CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA - UNIALFA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

RANIERY RODRIGUES DE SOUZA

BARREIRAS E DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS ESG: UM ESTUDO SOBRE A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ATUAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Goiânia

2025

RANIERY RODRIGUES DE SOUZA

BARREIRAS E DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS ESG: UM ESTUDO SOBRE A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ATUAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Barbosa dos Santos

Goiânia

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

RANIERY RODRIGUES DE SOUZA

BARREIRAS E DESAFIOS NA INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS ESG: UM ESTUDO SOBRE A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E ATUAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Administração do Centro Universitário Alves Faria, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Barbosa dos Santos

Goiânia, 31 de março de 2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Francisco Carlos Barbosa dos Santos – Orientador

Prof. Dr. Roberto Flores Falcão – Membro Interno

Prof. Dra. Tatiana Ferrara Barros - Membro Externo

Este trabalho é dedicado à minha filha, Isadora Louredo Rodrigues, e aos meus pais, que sempre me dão forças para o meu crescimento intelectual e pessoal.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pela oportunidade e pela vida, à bibliotecária Claudineia Pereira de Abreu, pelo suporte incansável na busca por fontes e referências essenciais, e ao meu orientador, cuja orientação e dedicação foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Não há falta de informação, mas escassez de conhecimento (HAIR *et al.*, 2009).

RESUMO

A adoção de práticas relacionadas à governança ambiental, social e corporativa (ESG) tornou-se um fator relevante para decisões de investimento e estratégias organizacionais. A profissão contábil, essencial na geração e análise de informações financeiras e não financeiras, enfrenta desafios significativos na integração dessas práticas. Este estudo buscou investigar como os contabilistas lidam com barreiras internas e externas na implementação de práticas ESG, analisando a relevância da informação contábil para a governança corporativa e o fortalecimento da transparência.

A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, adotou uma abordagem mista, com questionários aplicados a contabilistas inscritos no Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-Go). Inicialmente, a amostra foi definida em 266 participantes inscritos, contudo, devido à baixa adesão, foi necessário ampliar a coleta de dados. Para isso, o questionário também foi disponibilizado em grupos de contabilistas, sem a possibilidade de confirmação formal de que todos os respondentes estavam efetivamente inscritos no CRC-Go. Essa estratégia foi considerada dentro da margem de erro de 5%, conforme o cálculo amostral proposto por Santos (2024). Ao final do período de coleta, obteve-se um total de 46 respostas.

Os dados coletados foram analisados por meio de estatística descritiva, análise fatorial e análise de correspondência. A análise descritiva revelou que 80,43 % dos respondentes consideraram a falta de regulamentação um obstáculo significativo, enquanto 71,74 % apontaram a insuficiência de capacitação como uma barreira crítica. A análise fatorial indicou a existência de dois fatores principais relacionados às barreiras internas e externas. A análise de correspondência identificou associações importantes entre categorias, reforçando a necessidade de maior alinhamento organizacional para a implementação de práticas ESG.

Os dados qualitativos complementaram essas descobertas, destacando questões, como a resistência da administração e a necessidade de incentivos governamentais. As percepções identificadas nos relatos qualitativos confirmaram os desafios evidenciados nas análises quantitativas, permitindo uma triangulação que enriqueceu a compreensão do tema.

Os resultados sugerem a necessidade de maior investimento em políticas públicas, capacitação técnica e regulamentação clara para apoiar a implementação efetiva das práticas ESG, alinhando-as aos princípios de governança corporativa e às demandas do mercado contemporâneo. Este estudo contribui para a compreensão das barreiras enfrentadas pelos profissionais da contabilidade e aponta caminhos para a promoção de práticas ESG no setor, reforçando a importância de metodologias mistas para a análise de fenômenos complexos.

Palavras-chave: Gestão Social e Ambiental**;** ESG (Governança Ambiental, Social e Corporativa); Contabilidade e Sustentabilidade; Governança Corporativa; Desafios na Implementação de ESG

ABSTRACT

The adoption of practices related to Environmental, Social, and Governance (ESG) has become a relevant factor for investment decisions and organizational strategies. The accounting profession, essential in generating and analyzing financial and non-financial information, faces significant challenges in the integration of these practices. This study aimed to investigate how accountants address internal and external barriers to implementing ESG practices, analyzing the relevance of accounting information for corporate governance and enhancing transparency. The research, of a descriptive and exploratory nature, adopted a mixed-methods approach, with questionnaires applied to accountants enrolled with the Regional Accounting Council of Goiás (CRC-Go). Initially, the sample was defined as 266 enrolled participants, however, due to low adherence, it was necessary to expand the data collection process. To this end, the questionnaire was also made available in accounting professionals' groups, without the possibility of formally confirming that all respondents were effectively registered with CRC-Go. This strategy was considered within the 5% margin of error, according to the sampling calculation proposed by Santos (2024). At the end of the data collection period, a total of 46 responses were obtained.
The data were analyzed through descriptive statistics, factor analysis, and correspondence analysis. Descriptive analysis revealed that 80,43 % of respondents considered the lack of regulation a significant obstacle, while 71,74 % pointed to insufficient training as a critical barrier. Factor analysis indicated the existence of two main factors related to internal and external barriers. Correspondence analysis identified significant associations between categories, highlighting the need for greater organizational alignment in implementing ESG practices.
The qualitative data complemented these findings, emphasizing issues such as administrative resistance and the need for government incentives. The perceptions identified in qualitative responses confirmed the challenges evidenced in quantitative analyses, allowing for triangulation that enriched the understanding of the subject.
The results suggest the need for greater investment in public policies, technical training, and clear regulation to support the effective implementation of ESG practices, aligning them with corporate governance principles and contemporary market demands. This study contributes to the understanding of the barriers faced by accounting professionals and outlines pathways to promote ESG practices in the sector, reinforcing the importance of mixed methodologies for analyzing complex phenomena.

Keywords: Social and Environmental Management; ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance); Accounting and Sustainability; Corporate Governance; Challenges in ESG Implementation

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Top 10 do ranking no ESG.....19
Figura 02 – Assuntos de destaque na ESG.....20
Figura 03 – Diferenças das funções entre gestão e governança.....24
Figura 04 – Alguns dos escândalos corporativos mais conhecidos por região.....28
Figura 05 – Princípios da GC.....54
Figura 06 – Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais agrupados por Categoria 64
Figura 07 – Nuvem de palavras.....117

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Cálculos estatísticos descritivos – Seção Parte 2.....74
Tabela 02 – Matriz de Correlação para a Análise Fatorial – Seção Parte 2.....80
Tabela 03 - Matriz de Correlação Categorizada – Seção Parte 2 83
Tabela 04 – Cálculo das Médias das Respostas – Seção Parte 2 84
Tabela 05 – Cálculos estatísticos descritivos – Seção Parte 3.....87
Tabela 06 – Matriz de Correlação para a Análise Fatorial – Seção Parte 3.....93
Tabela 07- Matriz de Correlação Categorizada – Seção Parte 3 96
Tabela 08 – Cálculo das Médias das Respostas – Seção Parte 3 97
Tabela 09 – Cálculos estatísticos descritivos – Seção Parte 4.....99
Tabela 10 – Matriz de Correlação para a Análise Fatorial – Seção Parte 4.....105
Tabela 11 – Matriz de Correlação Categorizada – Seção Parte 4 108
Tabela 12 – Cálculo das Médias das Respostas – Seção Parte 4 109

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estudo da evolução do ESG.....33
Quadro 02 – Estudos sobre RSC.....39
Quadro 03 – Revisão sistemática da literatura sobre RCS e contabilidade.....40
Quadro 04 – Quatro princípios de boas práticas da GC.....54
Quadro 05 – A lista dos 5 artigos mais citados para cada período.....57
Quadro 06 – Definição de pesquisa descritiva e pesquisa exploratória.....62
Quadro 07 – Respostas Qualitativas Categorizadas.....113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade dos respondentes.....70
Gráfico 02 – Sexo dos respondestes.....70
Gráfico 03 – Tempo de Experiência Profissional 71
Gráfico 04 – Tipo de Empresa em que trabalha.....71
Gráfico 05 – Nível de Formação Acadêmica.....72
Gráfico 06 – O que você entende sobre o conceito de ESG.....72
Gráfico 07 – Participação em Treinamentos sobre ESG ao longo da sua carreira.....73
Gráfico 08 – Gráfico de Barras com Médias e Desvios Padrão – Seção Parte 2.....76
Gráfico 09 – Gráficos de Frequência para Pergunta 1 – Seção Parte 2.....77
Gráfico 10 – Gráficos de Frequência para Pergunta 2 – Seção Parte 2.....77
Gráfico 11 – Gráficos de Frequência para Pergunta 3 – Seção Parte 2.....78
Gráfico 12 – Gráficos de Frequência para Pergunta 4 – Seção Parte 2.....78
Gráfico 13 – Gráficos de Frequência para Pergunta 5 – Seção Parte 2.....79
Gráfico 14 – Matriz de Correlação – Seção Parte 2.....81
Gráfico 15 – Mapa de Correspondência – Seção Parte 2.....85
Gráfico 16 – Gráfico de Barras com Médias e Desvios Padrão – Seção Parte 3.....88
Gráfico 17 – Gráficos de Frequência para Pergunta 1 – Seção Parte 3.....89
Gráfico 18 – Gráficos de Frequência para Pergunta 2 – Seção Parte 3.....90
Gráfico 19 – Gráficos de Frequência para Pergunta 3 – Seção Parte 3.....91
Gráfico 20 – Gráficos de Frequência para Pergunta 4 – Seção Parte 3.....91
Gráfico 21 – Gráficos de Frequência para Pergunta 5 – Seção Parte 3.....92
Gráfico 22 – Matriz de Correlação – Seção Parte 3.....94
Gráfico 23 – Mapa de Correspondência – Seção Parte 3.....98
Gráfico 24 – Gráfico de Barras com Médias e Desvios Padrão – Seção Parte 4.....101
Gráfico 25 – Gráficos de Frequência para Pergunta 1 – Seção Parte 4.....102
Gráfico 26 – Gráficos de Frequência para Pergunta 2 – Seção Parte 4.....102
Gráfico 27 – Gráficos de Frequência para Pergunta 3 – Seção Parte 4.....103
Gráfico 28 – Gráficos de Frequência para Pergunta 4 – Seção Parte 4.....103
Gráfico 29 – Gráficos de Frequência para Pergunta 5 – Seção Parte 4.....104
Gráfico 30 – Matriz de Correlação – Seção Parte 4.....106
Gráfico 31 – Mapa de Correspondência – Seção Parte 4.....110
Gráfico 32 – Frequência das Principais Palavras nas Respostas Qualitativas.....116

Gráfico 33 – Análise de Sentimentos das Repostas Qualitativas.....120
Gráfico 34 – Mapa de Correspondência.....122

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Questionário: Barreiras e Desafios na Integração de Práticas ESG na Contabilidade.....144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA	Análise de Correspondência
CEO	Chief Executive Officer
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGI	Índice de Governança Corporativa
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC-Go	Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
CSRD	Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRSC	Divulgação de Responsabilidade Social Corporativa
ESG	Governança Ambiental, Social e Corporativa
GC	Governança Corporativa
IASB	International Accounting Standard Board
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC	International Federation of Accountants
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MDS	Escalonamento Multidimensional
RISGC	Regime de Informação do Sistema de Governança Corporativa
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SOX	Lei Sarbanes-Oxley (2002)
SVD	Decomposição em Valores Singulares
UNPRI	Princípios das Nações Unidas para Investimento Responsável

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
1.1 OBJETIVOS GERAIS 27
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 28
2.1 RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: FRAUDE E ERRO 28
2.2 ESG (*ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE*) 33
2.2.1 Governança Ambiental 37
2.2.2 Governança Social 38
2.2.2.1 Responsabilidade social corporativa (RSC) 38
2.2.2.2 Contabilidade gerencial na tomada de decisão 44
2.2.2.3 Imparcialidade e independência do contador garantido segurança psicológica 46
2.2.3 Governança Corporativa 48
2.2.3.1 Teoria da agência, governança corporativa e *stakeholders*, no campo da administração 48
2.2.3.1.1 Teoria da agência 48
2.2.3.1.2 Governança corporativa 49
2.2.3.1.3 Stakeholders 55
3 METODOLOGIA DE PESQUISA 60
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA 67
4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS – SEÇÃO PARTE 1 69
4.1.1 Análise dos Resultados Seção Parte 2 – Análise descritiva, fatorial e de correspondência – Para Dados Quantitativos (Escala *Likert*) 74
4.1.1.1 Análise fatorial dos resultados – Seção Parte 2 79
4.1.1.2 Análise de correspondência dos resultados – Seção Parte 2 84
4.1.2 Análise dos Resultados Seção Parte 3 – Análise descritiva, fatorial e de correspondência – Para Dados Quantitativos (Escala *Likert*) 86
4.1.2.1 Análise fatorial dos resultados – Seção Parte 3 92
4.1.2.2 Análise de correspondência dos resultados – Seção Parte 3 96
4.1.3 Análise dos Resultados Seção Parte 4 – Análise descritiva, fatorial e de correspondência – Para Dados Quantitativos (Escala *Likert*) 99
4.1.3.1 Análise fatorial dos resultados – Seção Parte 4 104
4.1.3.2 Análise de correspondência dos resultados – Seção Parte 4 108

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUALITATIVOS.....111
4.2.1 Análise Qualitativa com citações diretas anonimizadas.....111
4.2.2 Análise de Respostas Qualitativas Categorizadas.....113
4.2.3 Análise das Principais Palavras – Frequência das Palavras.....115
4.2.4 Análise das Palavras Categorizadas – Nuvem de Palavras.....117
4.2.5 Análise de Sentimentos – Respostas Qualitativas.....119
4.2.6 Análise Fatorial Qualitativa.....120
4.2.7 Análise de Correspondência Qualitativa.....121
4.2.8 Análise Mista – Integração dos Resultados.....123
5 CONCLUSÃO.....125
5.1 RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DA PESQUISA.....125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....128
ANEXOS.....144

1 INTRODUÇÃO

Observa-se uma mudança notável na tomada de decisões de investimento, com um número crescente de investidores confiando em informações não financeiras, como o desempenho da governança ambiental, social e corporativa (ESG) de uma empresa, para orientar seus investimentos (ALDA, 2021; CHAI *et al.*, 2022).

De acordo com Barbosa e Klann (2023a), o engajamento em práticas ESG é capaz de influenciar a tomada de decisão do mercado, especificamente por parte de investidores e analistas, tornando-se uma informação de valor relevante, assim como determinadas informações contábeis.

O investimento em ESG estimulou o interesse geral entre os gestores de ativos. Em 2019, a capitalização de portfólios[1] focados em ESG, nos principais mercados, ultrapassou US$ 30 trilhões. Os investidores se importam com tal investimento por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, ao focar no investimento ESG, as práticas éticas de investimento são ativamente promovidas. Segundo, ele é, cada vez mais, considerado para melhorar o desempenho de um portfólio administrado, aumentando os retornos e reduzindo o risco do portfólio (BROADSTOCK *et al.*, 2021).

Broadstock *et al.* (2021) demonstram que o desempenho ESG está positivamente associado aos retornos cumulativos de curto prazo das ações CSI300, em torno da crise da COVID-19. Ao fazer esse estudo, para a literatura, ilustram empiricamente a resiliência de ações com alto desempenho ESG, em tempos de crise financeira em todo o mercado, consistente com a visão de que os investidores podem interpretar o desempenho ESG, como um sinal de desempenho futuro das ações, e/ou mitigação de risco, em tempos de crise.

De acordo com Stocker (2024), nos últimos anos, a sustentabilidade deixa de ser apenas um tópico e torna-se um pilar para as empresas no Brasil. Para ele, as empresas de todos os setores estão reconhecendo a importância de integrar práticas de ESG como uma estratégia de negócios eficaz. Ainda de acordo com o autor: "... empresas que investem em sustentabilidade são vistas como líderes de mercado e inovadoras, atraindo um público consciente e engajado".

[1] Coleção de investimentos financeiros, também chamada de "carteira de investimentos". Essa coleção engloba as mais diversas formas de aplicações financeiras, como ações, REITs – no caso do mercado norte-americano – , ETFs, títulos, renda fixa, fundos fechados, etc. (VEST, 2023).

Conforme Faro e Salomão (2024), em sua edição do ranking de destaque ESG, agora ampliado com mais iniciativas das empresas brasileiras divulgadas publicamente, o Banco do Brasil assume a liderança, com a nota mais alta no iESG (Índice de Imagem ESG).

Ainda de acordo com esses autores, na Figura 01, o setor bancário e financeiro volta a chamar atenção, não só por estar na ponta do ranking, como por incluir outras quatro instituições no Top 10 (Caixa, Bradesco, Santander e Itaú Unibanco).

Figura 01 - Top 10 do ranking no ESG

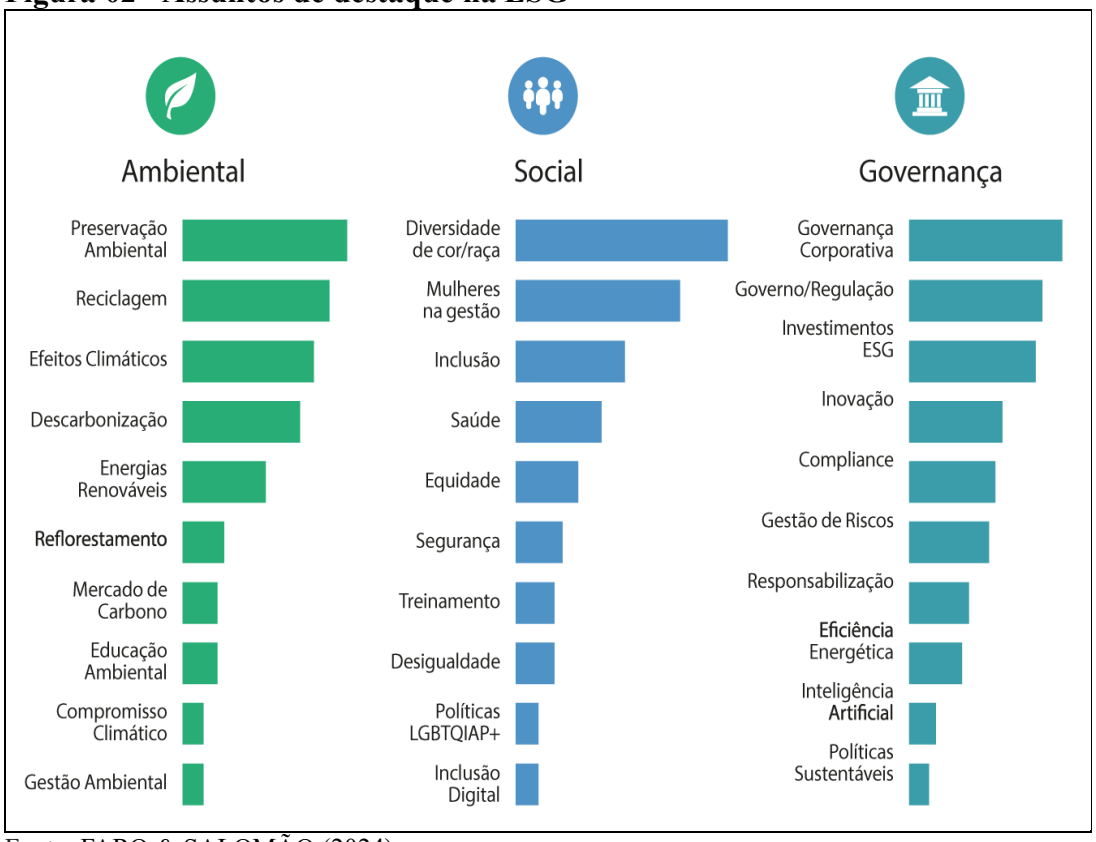


	EMPRESA	iESG
1	Banco do Brasil	10,007
2	Petrobras	9,113
3	Ambev	8,682
4	Suzano	8,462
5	Caixa	7,979
6	Bradesco	7,139
7	Gerdau	5,639
8	Natura	5,595
9	Santander	5,582
10	Itaú Unibanco	5,569

Fonte: FARO & SALOMÃO (2024)

Conforme a figura 02, para Faro e Salomão (2024): "...nos gráficos de barras, a seguir, pode-se ver a radiografia comparativa do debate ESG, com os 10 temas de cada eixo mais divulgados pelas empresas brasileiras, em ordem decrescente."

Figura 02 - Assuntos de destaque na ESG



Fonte: FARO & SALOMÃO (2024)

Moreira *et al.* (2023) demonstram que a adoção de práticas ESG, objetiva a redução de conflitos de interesse e gerenciamento de partes interessadas, além de evidenciar boa reputação e compromisso ético perante a sociedade. Além disso, os acionistas e investidores que alocam recursos nas entidades necessitam de informações da aplicabilidade e eventuais benefícios da adoção de tais práticas, para avaliar se há relação bidirecional (investimentos em ESG e seu reflexo no desempenho corporativo).

A redução da poluição ambiental e a prática da responsabilidade social são fortemente defendidas pela sociedade. ESG é um novo conceito que considera como as empresas alcançam o desenvolvimento sustentável (WANG *et al.*, 2023).

Hossain e Kryzanowski (2021) detectaram uma ligação negativa entre o desempenho ESG e o grau de corrupção em corporações americanas. Ademais, notou-se que os impactos da corrupção, nessas práticas, são mais relevantes do que outras normas externas tradicionais, como capital social e religiosidade.

De acordo com Ratna e Anisykurlillah (2020), para mitigar tais escândalos, no futuro, a educação ética se mostra igualmente importante, uma vez que melhora o ceticismo profissional.

Cohen *et al.* (2010) demonstram que, devido aos grandes escândalos contábeis, como Enron e WorldCom, bem como a um número preocupante de reavaliações de lucros, conforme Palmrose e Scholz (2004) e Agrawal e Chadha (2005), aconteceu um clamor e pedidos para reformulação das leis de responsabilidades e supervisão da gestão, auditoria externa e governança corporativa (em particular, o comitê de auditoria e o conselho de administração). Os autores evidenciam que: "...estes pedidos culminaram na promulgação da Lei Sarbanes-Oxley, em 2002, denominada de SOX."

A Lei SOX, de 2002, na qual o Congresso introduziu uma série de iniciativas de governação corporativa nas leis federais de valores mobiliários, não é apenas uma mudança considerável na lei, mas também um desvio no modo de regulação (ROMANO, 2004).

De acordo com Poje e Zaman Groff (2022), para mudar o comportamento e a mentalidade, a criação de políticas não é suficiente – o desenvolvimento moral também é necessário, e demonstram que:

> Para evitar novos escândalos corporativos, foram adotadas diferentes alterações legislativas, incluindo a Lei Sarbanes-Oxley, a Diretiva 2006/43/CE, a Diretiva 2014/56/UE e o Regulamento 537/2014. Ao recuperar a confiança do público, os códigos profissionais provaram ser outra parte essencial. Consequentemente, o Código de Ética para Contadores Profissionais, emitido pelo Conselho Internacional de Normas de Ética para Contadores (IESBA), foi revisado.

Kwarteng e Servoh (2024), em seu estudo, apoiam a noção de que o desenvolvimento do comportamento ético em profissionais de contabilidade, incluindo administradores, é guiado por filosofias morais.

São apontados, segundo Girão e Barreto (2023), as regras de Governança Corporativa (GC) que toda empresa de capital aberto é obrigada a seguir, de acordo com a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (B[3]), a fim de buscar um alto nível de governança, restruturação societária, manutenção de boas práticas e transparência, atraindo diversos investidores.

Ainda, no tocante aos sistemas/regras de GC, na visão de Júnior e Nehme (2023), é importante ressaltar que, normalmente, todas as empresas têm uma estrutura de GC que inclui a contabilidade e a auditoria, além de envolver a diretoria, o conselho de administração, o comitê de auditoria e o conselho fiscal. Esses, em conjunto com as entidades públicas reguladoras e fiscalizadoras, desempenham seus papéis, responsabilidades e compromissos no desempenho de suas funções.

De acordo com Frogeri *et al.* (2019), o conceito de governança tem sido utilizado nos mais variados contextos e campos de estudo (ex.: Governança da Internet, Governança

Empresarial, Governança de TI, Governança de Segurança da Informação, Governança de Dados, Governança da Informação, Governança Digital, Governança Pública, entre outras).

O objetivo da GC é maximizar o valor da empresa, proteger os interesses dos acionistas e garantir a sustentabilidade do negócio a longo prazo. A GC busca a sustentabilidade das partes interessadas, chamadas de *stakeholder*, também conhecido como os agentes interessados no bom andamento da empresa, que é um dos termos utilizados em diversas áreas como gestão de projetos, comunicação social, administração e arquitetura de *software*, referente às partes interessadas, que devem estar de acordo com as práticas de GC executadas pela empresa (FROGERI *et al.*, 2019).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2024) , os agentes de governança devem assegurar que a organização possua políticas e processos claros, eficazes, implementados e devidamente disseminados, tanto para identificar e tratar esses conflitos – fundamentados pelos princípios de integridade, transparência, equidade, responsabilização (*accountability*) e sustentabilidade –, como para orientar as tomadas de decisão de modo imparcial, equânime e transparente – sempre em prol dos melhores interesses da organização e isentos da influência de interesses pessoais, comerciais ou de outra natureza, sejam eles de indivíduos, organizações ou grupos.

A GC indica um caminho seguro para que as organizações sigam uma direção de forma transparente e que possam ser monitoradas. De acordo com o IBGC (2024), a GC é um conjunto de princípios, normas, estruturas e procedimentos que orientam e supervisionam as organizações, visando à criação de valor sustentável para a empresa, seus acionistas e para a comunidade como um todo. Esse sistema orienta o trabalho dos agentes de governança e demais membros de uma organização na procura de um equilíbrio entre os interesses de todos os envolvidos, contribuindo de maneira positiva para a sociedade e o meio ambiente.

Enquanto a estrutura da GC indica um caminho seguro para a empresa ser transparente e monitorada, tem-se também, na contabilidade, uma estrutura conceitual, denominada de pronunciamentos contábeis. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC00(R2), 2024), essa estrutura conceitual: (a) auxiliam na transparência ao aprimorar a comparabilidade internacional e a qualidade das informações financeiras, possibilitando que investidores e outros participantes do mercado façam escolhas econômicas embasadas; (b) intensificam a prestação de contas, diminuindo a disparidade de informações entre os fornecedores de capital (proprietários/empresa) e aqueles que confiaram seu dinheiro a eles (os investidores/acionistas). As declarações fundamentadas nessa estrutura conceitual fornecem dados essenciais para responsabilizar a gestão. Os pronunciamentos, por serem considerados

como fonte de informações mundialmente comparáveis, se tornam de vital importância para os reguladores em todo o mundo; (c) contribuem para a eficiência econômica, ajudando os investidores a identificar oportunidades e riscos em todo o mundo, melhorando assim a alocação de capital. Para os negócios, o uso de uma linguagem de contabilidade única e confiável, derivada dos pronunciamentos, com base nessa estrutura conceitual, diminui o custo do capital e reduz os custos de relatórios internacionais.

Nesse sentido, visando a transparência na qual a empresa pode ser monitorada, identificando os riscos, com uma estrutura de GC, e baseado na estrutura de pronunciamentos contábeis, para Fontes Filho e Alves (2018), boas práticas de GC são fundamentais para minimizar os problemas de comando e controle nessas empresas, contribuindo para ampliar sua transparência e *accountability*.

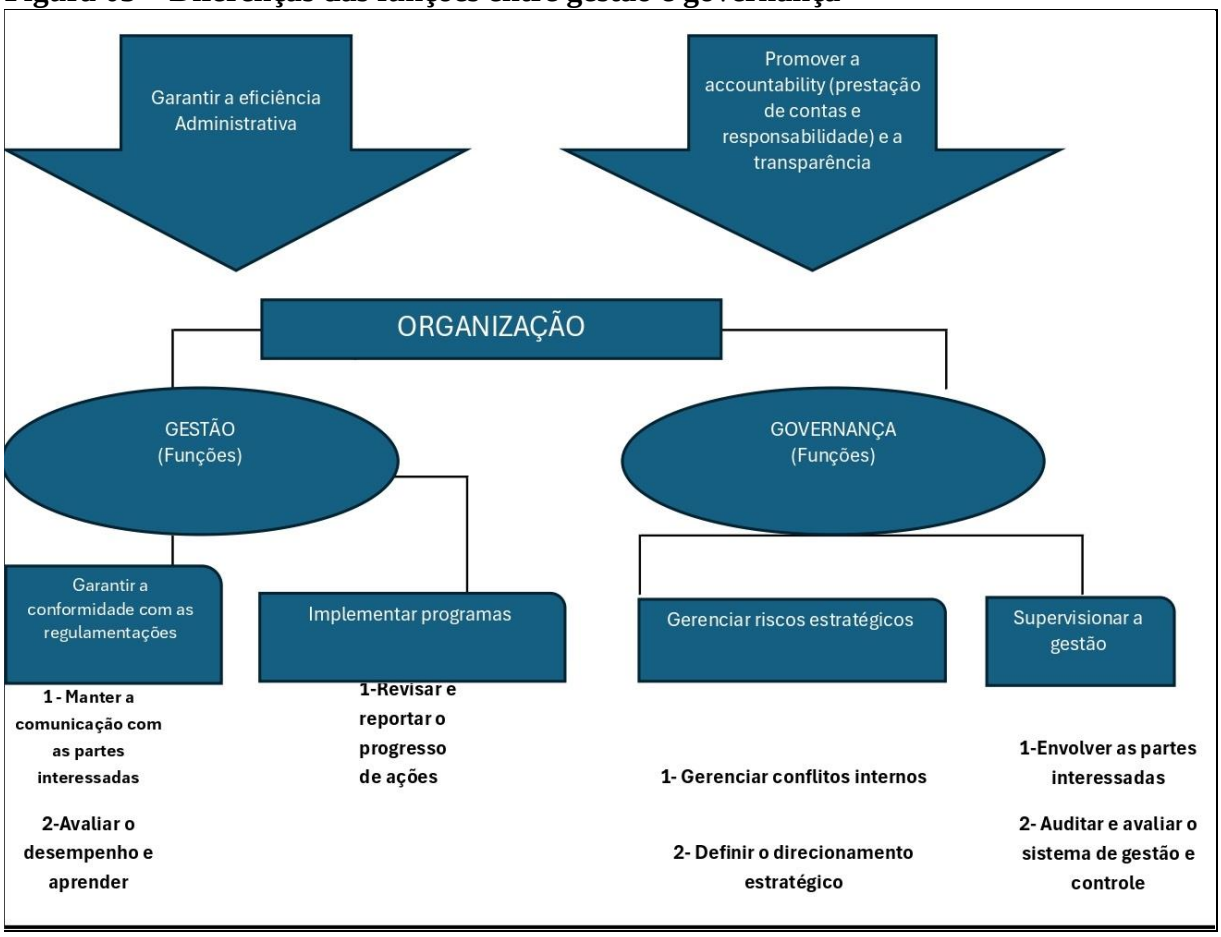
Desta forma, os pronunciamentos contábeis indicam que avanços são possíveis e que podem minimizar, os riscos, principalmente a questão dos problemas de agência. Vieira e Tavares (2019) afirmam que a não separação entre propriedade e gestão cria uma situação de potencial conflito de interesse, no que se refere a questão entre proprietários e demais atores interessados (principal/acionista) e os gestores (agente), caraterizado como o problema agente-principal.

Ainda de acordo com os autores, devido à incapacidade do principal acionista, ou *stakeholder*, de supervisionar completamente o agente (gestor), surgem riscos de agência (estratégias oportunistas podem ser implementadas pelo agente em prejuízo do interesse do principal) e custos de agência (relacionados à supervisão dos agentes pelos principais, à prestação de contas dos agentes aos principais e à absorção das perdas remanescentes resultantes de comportamentos oportunistas não atenuados), que são intrínsecos a essas relações e são frequentemente observados, não apenas em empresas. Existem também relações de agência em outras modalidades de delegação, como quando os cidadãos transferem o poder político para os governantes por meio de eleições (política-democrática), quando os governantes designam burocratas para a execução das políticas públicas (burocrática), ou quando as pessoas contratam profissionais que fornecem serviços (advogados, médicos, mecânicos, professores, entre outros). Portanto, a parte principal deve estabelecer estruturas de governança que possibilitem a gestão e o controle dessas relações ou sistemas, assegurando que os agentes atuem de acordo com seus interesses (reduzindo o conflito de agência, assegurando a conformidade e o melhor desempenho possível do agente em relação ao interesse do principal).

Em relação ao problema agente-principal, deve-se observar que existem diferenças fundamentais entre gestão da empresa e governança. Vieira e Tavares (2019) definem que a governança tem como funções: a) definir o direcionamento estratégico; b) supervisionar a gestão; c) envolver as partes interessadas; d) gerenciar riscos estratégicos; e) gerenciar conflitos internos; f) auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e g) promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência. A gestão, por sua vez, tem como funções: a) implementar programas; b) garantir a conformidade com as regulamentações; c) revisar e reportar o progresso de ações; d) garantir a eficiência administrativa; e) manter a comunicação com as partes interessadas; e f) avaliar o desempenho e aprender.

A Figura 03, a seguir, demonstra as diferenças das funções entre gestão e governança.

Figura 03 – Diferenças das funções entre gestão e governança



Fonte: VIEIRA & TAVARES (2019), pág. 80 e 81, com adaptação do autor.

Para Souza *et al.* (2020): "... o mercado vem exigindo das empresas maior transparência e confiabilidade nas informações e demonstrações contábeis, bem como uma gestão que reflita credibilidade e competência de seus resultados apresentados."

O contador figura então, como uma ferramenta de controle e manutenção primordial para coexistência da organização. Os autores destacam que: "... isso reflete uma busca para diferenciar-se perante o mercado financeiro, com o intuito de apresentar confiança na relação entre empresa e seus *stakeholders."*

Ainda segundo os autores, os administradores de negócios e, particularmente, os especialistas em contabilidade precisam de instrumentos eficientes para melhorar e monitorar os sistemas de controle interno. Isso resulta em informações apropriadas, confiáveis e que apoiem os gestores e investidores na hora de tomar decisões.

Diante de tantos casos de fraudes contábeis geradas por informações contábeis manipuladas que geram prejuízos para a sociedade como um todo e, considerando a importância da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e sua relação com a GC, bem como a expressividade que os profissionais da contabilidade geram, analisam, interpretam e apresentam informações, financeiras e não financeiras, relevantes sobre o desempenho contábil das organizações, surge a seguinte pergunta de pesquisa: "Como os contabilistas lidam com as barreiras internas e externas na integração de boas práticas ESG, e como esses desafios afetam a relevância das informações contábeis na GC e o comprometimento da atuação dos contabilistas?"

Justificou-se o foco da pesquisa em dois aspectos centrais: a relevância da informação contábil para a implementação das práticas ESG e o papel dos contabilistas, nesse contexto. O termo "integração" destaca a ideia de incorporar, de forma plena e eficaz, as práticas ESG nas organizações.

O tema destacou o foco nos obstáculos específicos enfrentados pelos contabilistas, ao adotar práticas ESG, além de enfatizar a importância de transparência e GC. A escolha de palavras como "barreiras" e "desafios" reforça o caráter investigativo e crítico da pesquisa, enquanto "boas práticas ESG" sinaliza um compromisso com os padrões de sustentabilidade e ética.

Para tanto, foi feito uma pesquisa mista, quali-quantitativa, junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-Go), que abrange todos os contabilistas do estado de Goiás. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2024), existe uma população de 13.479 profissionais ativos no CRC-Go.

Para Kwarteng e Servoh (2024), é necessária atenção urgente para entender por que os contadores, encarregados de proteger os recursos corporativos, se envolvem em atividades escandalosas. Não investigar e abordar essa questão pode levar a um declínio, e eventual erosão, da confiança pública na contabilidade.

De acordo com Otusanya *et al.* (2017), os administradores, como os responsáveis pelas despesas, os responsáveis pelas aquisições e pela salvaguarda dos recursos organizacionais, deveriam combater à corrupção juntamente com a contabilidade, mas estão frequentemente envolvidos nesses atos. Para os autores:

> Como guardiões das organizações, os contadores desempenham um papel crucial em garantir o uso criterioso e a contabilidade adequada dos recursos organizacionais. Consequentemente, a corrupção é quase impossível sem o envolvimento de funcionários da contabilidade. Isso enfatiza a necessidade de examinar a corrupção entre a contabilidade e os futuros profissionais da contabilidade.

De acordo com Jia e Li (2021), apesar das evidências na literatura sobre a importância das informações ESG, foram encontrados também resultados contraditórios no cenário do mercado financeiro. Para Alipour *et al.* (2019), ao analisar empresas iranianas, concluiu que a promoção ambiental dessas companhias não teve um impacto significativo na continuidade de seus lucros. Cordazzo *et al.* (2020), nas empresas da Itália, notaram que as informações sobre ESG não tinham relevância para o mercado.

Assim, segundo Jia e Li (2021),existem provas que indicam uma correlação positiva entre o desempenho ESG e lucros de maior qualidade, com as organizações exibindo lucros mais duradouros.

Para Wang *et al.* (2023), os auditores estão, cada vez mais, se concentrando nas informações não financeiras das empresas, quando conduzem seus trabalhos para expressar uma opinião de auditoria. De acordo com a teoria da assimetria de informação, os auditores têm uma forte disposição para avaliar os riscos do negócio por interesse próprio, o que pode influenciar, ainda mais, as decisões que tomam. De acordo com a teoria da sinalização, o desempenho ESG pode sinalizar o risco corporativo e reduzir o risco de auditoria do auditor.

A teoria da sinalização baseia-se na análise da relevância da divulgação de práticas ESG pelas empresas (sinais) para participantes do mercado, como investidores e analistas (receptores) (BARBOSA & KLANN, 2023a).

Segundo Zhang *et al.* (2020), o desempenho ESG é visto como a participação de organizações em práticas de responsabilidade social. Sob a perspectiva da teoria da sinalização, o grau de envolvimento, nessas práticas, é percebido como uma maneira de as empresas demonstrarem sua habilidade de lidar com lacunas institucionais para os *stakeholders*, em contraste com outras entidades.

Conforme Barbosa e Klann (2023a), o engajamento em práticas ESG pode influenciar investidores e analistas, maximizando, assim, a relevância dos números contábeis. Como contribuições profissionais, pode-se destacar que os resultados encontrados permitem que, tanto

investidores como acionistas se atentem às práticas socialmente responsáveis. Desse modo, os acionistas, enquanto detentores do capital podem exigir mecanismos capazes de garantir que as práticas ESG reflitam, de forma fidedigna, a realidade na qual as empresas se encontram, em relação aos seus níveis de engajamento.

Wang *et al.* (2023) demonstram que um bom desempenho ESG significa que a empresa assumiu um nível relativamente alto de responsabilidade ambiental e social e tem uma boa estrutura interna de GC, que são fatores importantes para o auditor considerar ao emitir uma opinião de auditoria.

Esta pesquisa foi relevante para a administração ao demonstrar barreiras na integração das práticas ESG e contribuir com subsídios à gestão sustentável. Destacou-se a importância de os gestores considerarem a atuação dos contabilistas, que enfrentam resistência interna, ausência de regulamentação e carência de formação continuada. Também evidenciou lacunas na formação acadêmica quanto à sustentabilidade corporativa. Por fim, os resultados refletiram percepções individuais, não generalizáveis, mas úteis para futuras reflexões sobre o tema.

1.1 OBJETIVOS GERAIS

Investigou as barreiras e desafios enfrentados pelos contabilistas na integração de boas práticas ESG, analisando a relevância da informação contábil com foco na promoção da transparência e fortalecimento da GC nas organizações.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificou as práticas contábeis relacionadas à ESG adotadas pelas empresas, e os desafios enfrentados pelos contabilistas em sua implementação.
2. Analisou as barreiras internas (como resistência organizacional e falta de capacitação) e externas (como falta de regulamentação), que dificultam a integração das práticas ESG.
3. Investigou a percepção dos contabilistas sobre o impacto das práticas ESG na transparência e na GC das empresas.
4. Avaliou como a formação e a capacitação dos contabilistas influenciam sua atuação na implementação de práticas ESG.
5. Examinou o papel da contabilidade na mensuração e no reporte dos indicadores ESG, identificando os principais obstáculos enfrentados pelos profissionais, para garantir a transparência das informações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: FRAUDE E ERROS

A importância da ética na contabilidade aumentou muito após os escândalos corporativos, e esses escândalos refletem uma grave falta de ética no campo dos relatórios financeiros, que se destinam, principalmente, a fornecer representação verdadeira e justa aos usuários externos das demonstrações financeiras e responsabilidade perante o público em geral (POJE & ZAMAN GROFF, 2022).

Conforme a Figura 04, pode-se observar alguns dos escândalos corporativos mais conhecidos, por região:

Figura 04 - Alguns dos escândalos corporativos mais conhecidos por região

Região	Alguns dos escândalos mais conhecidos
América do Norte	Enron (2001), Global Crossing (2002), WorldCom, Tyco (2002), HealthSouth (2003), Freddie Mac (2003), American International Group (2005), Lehman Brothers (2008) e escândalo Satyam (2009)
A Europa	Parmalat (2003), Olympus (2011), Swiss Leak (2015), Panama Papers (2016), CumEx-Files (2017), e Danske Bank (2018)
A Ásia	SK Global (2001), Olympus (2011), Toshiba (2015) e Luckin Coffee (2020)
América do Sul	Petrobras (2014) e Deloitte Brasil (2016)
Austrália	Harris Scarfe (2000), OneTel (2001) e HIH Seguros (2001)
África do Sul	Zuma (2016)Tradução

Fonte: POJE & ZAMAN GROFF (2022)

Perera *et al.* (2014) observam que, no início dos anos 2000, ocorreram inúmeros casos de fraudes contábeis, escândalos em grandes corporações. Casos famosos foram destaque no mundo inteiro, como das empresas americanas Tyco, Enron, Xerox e WorldCom, das europeias Cirio e Parmalat, e das brasileiras Sadia, Banco Pan Americano e Banco Santos.

O caso mais recente foi em janeiro de 2023, quando um grave acontecimento abala o mercado acionário brasileiro: a companhia Americanas divulga que haviam sido encontradas "inconsistências contábeis" estimadas em R$ 20 bilhões na conta fornecedores (NEIRA & GOZZI, 2023).

Girão e Barreto (2023) destacam que a Americanas fez contratação de risco sacado e, dentro do controle interno, na contabilidade, as operações não foram registradas devidamente nos balanços contábeis e foram inúmeras operações ocultadas, subestimando o grau de endividamento da empresa.

De acordo com Torres (2023), até então, essa contratação de risco sacado, no mundo das finanças, era pouco conhecida. A maioria dos investidores brasileiros conheceu a palavra *forfait*, ou risco sacado, após os anúncios das fraudes contábeis ocorridas na Americanas S.A..

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2020), a contabilização de operações de risco sacado de forma indevida pode inflá-lo. E sob a ótica da teoria da agência, pode-se inferir que as relações principal-agente e os problemas de agência, especificamente os de controle, estão relacionados a essa manipulação contábil.

Júnior e Ribeiro (2017) definem o risco sacado, ou *forfait*, como:

> Em síntese, a operação de forfait nada mais é do que uma cessão de créditos (recebíveis comerciais) sem coobrigação, firmada entre o cedente/originador do crédito (fornecedor de bens ou serviços da empresa devedora da fatura/duplicata originada) e o cessionário, em regra uma instituição financeira. É, a bem da verdade, uma operação estruturada pela própria empresa devedora (qualificada por "empresa âncora") junto aos seus fornecedores e instituição financeira com a qual opera. Um detalhe importante são as nuances tributárias, que podem justificar em parte a motivação para celebração da operação: a não incidência de IOF sobre o crédito cedido.

Diante do ocorrido, o CFC vem a público, por intermédio do seu presidente, esclarecer o pronunciamento, divulgado em 12/01/2023, sobre o caso do Grupo Americanas. De acordo com Júnior e Nehme (2023), a Contabilidade é uma profissão vigorosa, fundamentada em uma ciência robusta e em um contexto normativo global, que se adapta para identificar, interpretar e bem retratar as transações realizadas no mercado. O contador age como um catalisador de mudança social, auxiliando empresas e entidades a cumprirem seus deveres e contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios.

Girão e Barreto (2023) destacam que:

> No início de 2022, foi feita nova reestruturação societária, de modo que as Lojas Americanas foram incorporadas à Americanas S.A.. A marca passou a ser organizada em três categorias: *core* (Americanas, Submarino, Shoptime e Sou Barato), iniciativas de crescimento (Puket, Imaginarium, Natural da Terra e Hortifruti) e futuro (Ame Digital, inteligência artificial e *machine learning*). Como resultado, a empresa se tornou um dos maiores empregadores do Brasil, com cerca de 45.000 mil colaboradores, e passou a ser listada no Novo Mercado da B[3], o segmento com mais alto nível de governança, transparência e responsabilidade societária. Essas regras incluem, por exemplo, a obrigação de divulgar informações financeiras e de negócios de forma regular e completa, além de garantir a presença de um conselho de administração independente e eficiente. A adesão a essas regras tem sido importante para a Americanas, uma vez que deve contribuir para a manutenção de boas práticas de governança corporativa e transparência, o que, por sua vez, atrai investidores e aumenta a confiança dos acionistas na empresa.

O CFC, por meio da Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TA 240 (R1) – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO À FRAUDE, NO CONTEXTO DA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – faz a distinção entre fraude e erro.

Para os fins desta norma, considera-se: "... as distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis" (CFC, 2024).

As fraudes geram impactos negativos, prejuízos financeiros e corporativos:

> Fraudes corporativas podem gerar prejuízos bilionários para investidores, clientes e fornecedores. Em muitos casos, levam as empresas ao desaparecimento, ceifando empregos e gerando impactos negativos sobre a comunidade. Além disso, podem abalar a confiança de clientes, acionistas e investidores em determinadas indústrias e instituições, com resultados desfavoráveis para a sociedade (COSTA & WOOD JR., 2012).

Para o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 2023), é da administração o dever e a responsabilidade por fixar a orientação geral dos negócios da companhia e por fiscalizar a gestão de seus diretores, empregados e prepostos. É dela, portanto, a responsabilidade primária de prevenção e detecção de fraude e de erros.

Segundo o instituto, para mitigar o risco de ocorrência de erros, fraudes ou descumprimentos de leis ou regulamentos, é essencial a existência de um sistema de freios e contrapesos na organização, como parte de um bom sistema de governança.

Para os negócios contemporâneos, a contabilidade atua como ferramenta de gestão (patrimonial, econômica e financeira), funcionando como um sistema de freios e contrapesos na organização. Sendo assim o contabilista deve atuar de forma relevante na análise de influências externas e internas, onde a organização está inserida (VENTURI *et al.*, 2019).

O contador está paralelo ao controle interno. Diniz *et al*. (2020) definem que o contador é o profissional encarregado do controle financeiro na administração, possuindo conhecimentos técnicos em contabilidade, matemática financeira, estatística e outras áreas para melhor geração de informações para tomada de decisões.

Ainda para os autores, a contabilidade é essencial para a gestão financeira e a manutenção de empresas e administrações. É responsabilidade do contador assegurar uma gestão mais eficaz dos negócios, estruturando os sistemas econômicos das empresas, registrando seu patrimônio e, simultaneamente, exercendo a função de controle financeiro e econômico.

Para Costa *et al.* (2018), o contador deve se concentrar mais em analisar e fornecer informações relevantes para a tomada de decisões do que apenas em entregar resultados operacionais. O Código de Ética Profissional do Contador estabelece as diretrizes para o exercício da profissão. Aspectos como zelo, honestidade, diligência e competência técnica são

destacados no código como essenciais para a prática da profissão. Ele enfatiza a importância de seguir as leis em vigor, respeitar os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, além de preservar a dignidade e a independência profissional.

Para Oliveira e Borges (2020), os controles internos estão relacionados à proteção dos ativos e informações geradas pela contabilidade, fazendo com que haja respeito e obediência às normas políticas administrativas estabelecidas.

Por sua vez, Diniz *et al.* (2020) dizem que o controle interno é o órgão responsável por avaliar, fiscalizar todos os processos dentro da administração, com a finalidade de garantir a aplicação dos planos e metas estabelecidas. De acordo com os autores, o contador e o controle interno têm de obedecer ao princípio da segregação de funções. As duas funções desempenham um papel significativo na Administração, contudo, é imprescindível que cada uma seja desempenhada de forma independente. O controle interno tem como objetivo supervisionar todas as ações da administração, incluindo as do contador. Não seria justo que a mesma pessoa executasse e fiscalizasse seu próprio trabalho. Isso confirma que as duas funções têm diferenças e são desempenhadas de forma individual e separada.

O controle interno e gerenciamento de risco são formas de se evitar, ao máximo, grandes casos de fraudes que venham a prejudicar a imagem e as finanças das empresas, contribuindo para o sistema de conformidade/integridade organizacional, o que é atualmente denominado *compliance* (VENTURI *et al.*, 2019).

Para Venturi *et al.* (2019), especificamente no que concerne à Contabilidade, os controles também devem abranger a adoção dos seguintes fundamentos:

> a) Documentação Confiável: corresponde à utilização de documentação hábil para o registro das transações. Documento hábil é aquele revestido de formalidades legais exigidas em cada espécie concreta, conforme sua natureza, para comprovar a operação realizada.
> b) Conciliação: indica a precisão ou diferenças existentes entre diversas fontes de informação, visando à manutenção equilibrada entre estas e à eliminação tempestiva de possíveis pendências.
> c) Análise: objetiva a identificação da composição analítica dos itens em exame. Exame minucioso de uma coisa em cada uma das suas partes.
> d) Plano de Contas: compreende a classificação dos dados da empresa dentro de uma estrutura formal de contas. A existência de um manual de contabilidade que proceda o uso destas contas, fomenta a classificação e a utilização adequada de cada conta.
> e) Tempo Hábil: determina o registro das transações dentro do período da competência e no menor espaço de tempo possível.

Ainda de acordo com os autores, aspectos da proteção aos erros e fraudes, a gestão de riscos e controles internos aplicados à Contabilidade podem contribuir para a boa governança, o que pode induzir a potencialização de benefícios para a competitividade organizacionais, a saber:

> •A governança corporativa vem sendo usada como indicadora de desempenho, da mesma forma que as demonstrações financeiras são utilizadas como indicadoras de avaliação da saúde financeira da empresa;
> •Aproximadamente entre 70 e 80% dos investimentos estão dispostos a pagar um valor maior no mercado de ações pelas organizações que praticam a governança; isso acontece no mundo;
> •Aproximadamente 60% dos investidores em todas as partes do mundo estão de olho nas empresas de países que estabelecem para os desenvolvimentos dos negócios diretrizes rígidas, como direito de propriedade, níveis de corrupção, normas contábeis, além dos fatores corporativos, como direitos dos acionistas e transparência na divulgação das prestações de contas, pois essas empresas são mais valorizadas no mercado de ações.

Para Oliveira e Soares (2018), os controles internos podem ser segmentados em contábeis e administrativos. Os autores definem que os controles contábeis são o plano organizacional e os métodos, procedimentos e registros referentes à salvaguarda patrimonial (dos ativos) e à legitimidade dos registros contábeis. Os controles administrativos tratam da eficiência das operações orientadas para a política de negócios e dos registros financeiros, sendo compostos pelo planejamento organizacional, procedimentos e registros acerca da tomada de decisão para autorização de operações pela administração, função gerencial ligada ao alcance de objetivos, metas e à instituição dos controles gerenciais sobre as operações.

Simultaneamente, a integração da técnica de contabilidade forense com o sistema de controle interno proporciona um instrumento eficaz para o desenvolvimento de uma estratégia de gestão do risco de fraude (YANG & LEE, 2020).

Yang e Lee (2020) demonstram ainda que, devido ao surgimento da computação em nuvem e da tecnologia inteligente, combinar a tecnologia de contabilidade forense com a detecção de fraudes é um fato significativo para a contabilidade e gestão quando evidencia que: "... a tecnologia de contabilidade forense fortalece as vantagens da coleta, processamento e análise de evidências de auditoria para produzir relatórios de informações de decisão que avaliam o risco de fraude e promovem a detecção correta de fraudes".

Sendo assim, como lacuna de pesquisa, sugere-se o papel das tecnologias emergentes na mensuração de indicadores ESG. Explorar como tecnologias como *big data*, inteligência artificial e *blockchain* podem ser aplicadas para melhorar a precisão e a confiabilidade dos indicadores ESG, além de facilitar o reporte e a transparência.

A implementação da contabilidade forense promove a maximização da eficácia da auditoria e avaliação do risco de fraude. Bhasin (2015) sugeriu que a implementação da contabilidade forense necessita de instalações de tecnologia de última geração, para descobrir e analisar fraudes no ambiente tecnológico moderno e sofisticado.

Finalizando, Pamungkas *et al.* (2018) indicaram que a fraude contábil é resultado de sistemas de supervisão inadequados, e que uma empresa tem a obrigação de implementar um bom mecanismo de monitoramento e buscar a padronização dos procedimentos operacionais.

2.2 ESG (*ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE*)

Para Pereira *et al.* (2021), o termo ESG surgiu, pela primeira vez, em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), o *Global Compact* (2004), *Who Care Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World*. De acordo com Eccles *et al.* (2019), o ex-Secretário Geral da ONU propôs uma iniciativa conjunta de instituições financeiras para desenvolver diretrizes e recomendações sobre como integrar melhor as questões ambientais (*Environmental*), sociais (*Social*) e de governança corporativa (*Governance*), o ESG.

Segundo Wu *et al.* (2024), o conceito de investimento ESG foi introduzido, inicialmente, em 2006, pelos Princípios das Nações Unidas para Investimento Responsável (UNPRI). A seguir, um quadro de estudos, apresentando a evolução do ESG:

Quadro 01 – Estudo da evolução do ESG

Ano	Estudo
2006	O ESG abrange uma avaliação ampla de aspectos não financeiros de corporações, com foco em administração ambiental, responsabilidade social e governança eficaz. Essa mudança de paradigma incentiva as empresas a maximizar o valor social, além da busca do interesse próprio, e se alinha com os princípios do desenvolvimento sustentável, na era contemporânea. Ao integrar fatores ESG em suas operações, as empresas podem contribuir ativamente para práticas de desenvolvimento verde.
2015	No final de 2015, a Bolsa de Valores de Hong Kong exigiu que as empresas listadas seguissem a regra "cumprir ou explicar", de 2016, o que elevou a proposta de divulgação voluntária a um nível de divulgação semi-obrigatório.
2021	No final de 2021, quase 4.000 instituições de investimento em todo o mundo fizeram parceria com o UNPRI, abrangendo mais de 60 países e representando um valor de ativos coletivo superior a US$ 120 trilhões. As principais empresas globais de tecnologia têm uma alta taxa de divulgação de ESG, com mais de 90% das 150 principais empresas de tecnologia listadas sediadas no Vale do Silício (Lonergan SV150), fornecendo divulgação de ESG, em 2021. A quantidade e a qualidade da divulgação variam dependendo do tamanho da empresa. Nos últimos anos, um número crescente de países e regiões implementou requisitos de divulgação de ESG por meio de leis e regulamentos ou requisitos de listagem em bolsa de valores. Em um movimento significativo para abordar riscos relacionados ao clima e promover a transparência, a *Singapore Exchange* (SGX) implementou novos regulamentos, no final de 2021. As empresas listadas agora são obrigadas a aderir ao princípio de "cumprir ou explicar" e divulgar informações climáticas usando a estrutura fornecida pela *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). Esta estrutura serve como referência para relatar riscos e oportunidades relacionados ao clima.
2022	Em 28 de novembro de 2022, o Conselho da União Europeia adotou a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), exigindo que as empresas divulguem relatórios ESG com base nas Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS). Isso demonstra o comprometimento da UE em promover transparência e responsabilidade em práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) entre as empresas.

	No entanto, muitos países e regiões em todo o mundo ainda estão nos estágios iniciais de desenvolvimento de padrões ESG e mecanismos de divulgação. A falta de diretrizes unificadas ou requisitos de relatórios obrigatórios significa que a divulgação ESG continua amplamente voluntária, limitando seu impacto na formação do comportamento corporativo em todas as jurisdições. No entanto, os relatórios ESG desempenham um papel crucial, além da conformidade regulatória. Sistemas robustos de divulgação ESG permitem que as partes interessadas avaliem o impacto ambiental, a responsabilidade social e as práticas de governança de uma empresa. Os investidores dependem cada vez mais de dados ESG para tomar decisões de investimento informadas, enquanto os consumidores priorizam negócios éticos e sustentáveis. Além disso, uma estrutura de relatórios ESG bem estabelecida aumenta a confiança e a credibilidade entre as partes interessadas, melhora o gerenciamento de riscos e impulsiona a criação de valor a longo prazo. Ao fornecer informações ESG transparentes e comparáveis, as empresas podem efetivamente abordar as preocupações das partes interessadas, mitigar riscos de reputação e impulsionar um impacto social positivo. Considerando esses benefícios, reguladores e formuladores de políticas em todo o mundo devem priorizar o desenvolvimento de padrões abrangentes de relatórios ESG e garantir sua implementação efetiva. Fazer isso aproveitará o poder das informações ESG, para promover práticas comerciais sustentáveis e responsáveis, contribuindo, em última análise, para uma economia global mais resiliente e inclusiva.
2023	A partir de 2023, os setores de energia, financeiro e agrícola, que devem ser significativamente impactados pelas mudanças climáticas e pela transição para uma economia de baixo carbono, serão obrigados a fazer divulgações climáticas obrigatórias. Esses requisitos garantem que setores vitais na economia de Singapura abordem ativamente os riscos relacionados ao clima e alinhem suas operações com as metas de sustentabilidade. Ao implementar essas medidas, a SGX visa a promover melhor compreensão e gerenciamento dos riscos relacionados ao clima dentro da comunidade financeira, permitindo que os investidores tomem decisões mais informadas e encorajando as empresas a adotar práticas sustentáveis. Essas etapas ressaltam o comprometimento de Singapura em combater as mudanças climáticas e garantir uma transição suave para um futuro de baixo carbono.

Fonte: WU *et al.* (2024) – elaborado pelo autor.

Para Matallín-Sáez e Soler-Domínguez (2023), esses dados estão demonstrando a eficácia do investimento verde, tornando evidente que estratégias de investimento sustentáveis geram economia de custos e resultados superiores.

O desempenho sustentável das empresas pode ser medido pela ESG, que é caracterizado como fatores ambientais, sociais e de governança. Os índices ESG refletem as iniciativas das empresas que geram impacto para remediar os danos ambientais, injustiças sociais e melhorar as suas práticas de governança, seja a empresa pertencente ao setor público ou privado (WALTER, 2020).

Conforme Iamandi *et al.* (2019), existe um grande e crescente interesse em identificar padrões de sustentabilidade corporativa, uma vez que as empresas não são apenas julgadas por seu desempenho financeiro, mas também por sua capacidade de reagir a diferentes desafios ambientais, sociais e de GC.

De acordo com Chen *et al.* (2024), os desempenhos ambiental, social e de governança (ESG), juntamente com a novidade da inovação, são fatores significativos na promoção do desenvolvimento sustentável para as empresas.

O ESG incentiva as empresas a assumirem responsabilidade social, mitigarem os riscos de mercado e promoverem o desenvolvimento sustentável (TALIENTO *et al.*, 2019).

O desempenho ESG de uma empresa inclui três dimensões: proteção ambiental, responsabilidade social e GC. De acordo com o Singh *et al.* (2019), o desempenho ambiental está nas empresas utilizarem os processos de produção e fornecerem produtos ecologicamente corretos e que ajudem a empresa a obter vantagens competitivas.

Para Høvring (2017) e Zhang (2022), o desempenho da responsabilidade social alivia o problema da assimetria da informação, fortalecendo, assim, ao máximo, as relações da empresa com os acionistas, agregando múltiplos valores abrangentes para as partes interessadas. De acordo com Manning *et al.* (2019) e Kurzhals *et al.* (2020), o desempenho da GC inclui dois aspectos: interno e externo. Coordena a relação entre a empresa e as suas partes interessadas por meio de uma série de acordos institucionais e, em última análise, salvaguarda os interesses da empresa e das suas diversas partes interessadas.

Lee e Isa (2020), em relação ao desempenho ESG, também dividem em três dimensões: ambientais, sociais e de governança. Esses autores demonstram os recursos naturais, emissões de poluentes e inovações em defesa do meio ambiente, são as práticas correspondentes ao ambiente. De acordo com as práticas sociais, demonstram a força do trabalho, direitos humanos e a responsabilidade pela oferta de um produto com qualidade. Por fim, as práticas de governança têm o foco nas questões relacionadas à gestão, aos acionistas, bem como às estratégias socialmente responsáveis.

Partindo para a análise da relação entre o desempenho ambiental, social e de governança (ESG) e a relevância das informações contábeis de empresas, segundo Spence (2002), utiliza-se como base a teoria da sinalização, visto que uma de suas preocupações é a redução da assimetria de informações entre duas partes relacionadas, conforme Connelly *et al.* (2011), por meio da divulgação de informações capazes de ofertar as tomadas de decisão de seus respectivos usuários.

No âmbito organizacional, Connelly *et al.* (2011) definem a teoria da sinalização como a intenção da gestão das organizações em compartilhar informações e, consequentemente, receber sinais do mercado, das partes interessadas e da sociedade.

Taj (2016) define que são quatro elementos que compõem esta teoria: sinalizador, sinais, receptor e *feedback*. No contexto apresentado, os sinalizadores são os gestores internos das organizações, enquanto os sinais são formados pelo fluxo de informações que estes gestores divulgam aos participantes do mercado. Identificam-se tais participantes como os receptores, aqueles externos à empresa, sendo indivíduos, investidores e funcionários. Por fim, o *feedback*

se caracteriza pelas interações ocorridas entre sinalizadores e receptores (CONNELLY *et al.*, 2011; MAVLANOVA *et al.*, 2012).

Quanto à relevância das informações contábeis, Aksu *et al.* (2017) demonstram que as empresas que adotam padrões contábeis, bem como práticas de divulgação informacional de maior qualidade, possuem, como resultado, números contábeis mais associados ao preço de suas ações, e demonstram, também, que o engajamento em práticas ESG é capaz de influenciar na tomada de decisões, quando os investidores detêm informações contábeis de valor relevante.

Barbosa e Klann (2023b) demonstram que o engajamento das empresas no desempenho ESG pode ser considerado como um sinal emitido aos participantes do mercado, quanto ao seu comprometimento com práticas socialmente responsáveis, de modo que se reflita na relevância de suas informações contábeis. Connelly *et al.* (2011) demonstram que, de acordo com a teoria da sinalização, quando os sinalizadores são classificados como de alta qualidade, têm os custos de produção do sinal superados pelos benefícios da sinalização.

Beisland (2009) evidencia que pesquisas referentes à relevância das informações contábeis buscam investigar, empiricamente, a utilidade da informação contábil, na perspectiva dos investidores em ações. Relacionam-se, ainda, com a eficiência de mercado, visto que a verificação dessa relevância, nas tomadas de decisões, implica na constatação de que os investidores as utilizam como uma medida de avaliação.

De acordo com Degenhart *et al.* (2017), nas pesquisas nacionais, também consideraram práticas ESG em seus estudos, e foi encontrado uma relação positiva entre a ESG e a relevância das informações contábeis. Foi observado que as informações relativas a tais práticas eram percebidas pelos investidores como relevantes, de modo que afetavam suas tomadas de decisão.

Para Barbosa e Klann (2023b), com base nos resultados relacionados aos efeitos do desempenho ESG na relevância das informações contábeis de empresas brasileiras listadas na B[3], constatou-se que o engajamento em comportamentos socialmente responsáveis se relaciona positivamente com a relevância das informações contábeis.

E, por fim, Tettamanzi *et al.* (2022) demonstram que a função das empresas é vital em situações disruptivas, como uma crise ou, mais recentemente, uma pandemia, e a busca por valor para os acionistas não pode ser a única meta na execução de negócios. É preciso levar em conta também a dinâmica ambiental, social e de governança. Ademais, uma governança corporativa apropriada e eficiente deve resultar em uma divulgação de maior qualidade, contribuindo assim para a proteção global e dos ecossistemas.

2.2.1 Governança Ambiental

A crise climática exige a integração sistemática de questões ambientais nas práticas de gestão de empresas em todos os setores. Para Bauer e Greiling (2024), a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), de 2022, criou uma necessidade, em muitas organizações grandes, sem fins lucrativos, de serviços sociais e de saúde, dentro da União Europeia, de estender a integração de questões ambientais até 2025.

Ainda de acordo com os autores, a partir de 2025, a CSRD se tornará obrigatória na União Europeia, em consonância com a Agenda 2030 e o Acordo de Paris de 2015, ambos da ONU, intensificando suas pressões coercitivas em direção a uma transformação verde. Assim, em todos os níveis de governança, os estados-nação devem tomar medidas de longo alcance para neutralizar os efeitos já dramáticos da crise climática.

A literatura sobre sustentabilidade investigou preocupações ambientais em diferentes premissas para descobrir uma mistura ideal de atividades sustentáveis no meio da luta contra as recentes mudanças climáticas (NAVEED *et al.*, 2022).

Segundo Naveed *et al.* (2022), o desejo das partes interessadas (*stakeholders*) de operar de maneira ecologicamente correta também levou as empresas a integrar práticas verdes na gestão estratégica e de processos de empresas.

Para Nadeem *et al.* (2020), a economia verde é uma estratégia para as empresas, dependente de diferentes fatores internos e externos, que vão desde a pressão das partes interessadas até a conscientização do consumidor, que abrangem todas as facetas da inovação relativas a produtos e processos verdes para gerenciar o meio ambiente, uso de energia, produção de poluentes, descarte e reciclagem de resíduos.

De acordo com Niu *et al.* (2022), o avanço da tecnologia e do desenvolvimento econômico elevou o padrão de vida e, ao mesmo tempo, trouxe um fardo maior para o meio ambiente. Sendo assim, a governança ambiental se tornou uma preocupação comum em todo o mundo.

Com o rápido desenvolvimento econômico e o encurtamento dos ciclos de vida dos produtos, a taxa de substituição de produtos tornou-se cada vez mais rápida, e a escassez global de energia causou crescente preocupação com a proteção ambiental em vários países (MAO *et al.*, 2021; MAO *et al.*, 2019).

Para Ghosh e Wolf (2021), a contabilidade ambiental torna os valores visíveis e, portanto, negociáveis, permitindo que os atores utilizem melhor os recursos, na busca do bem público. A contabilidade permite que as partes interessadas representem preocupações

ecológicas, como reduções de emissões de carbono, valor de *habitat* criado, ou poluição por nitrato mitigada, em termos quantitativos.

Nesse mesmo sentido, Boyd e Banzhaf (2007) demonstram que os defensores do fortalecimento dos sistemas de contabilidade ambiental argumentam que, uma vez que os serviços ecossistêmicos – como emissões de carbono, poluição por nutrientes ou *habitats* – sejam quantificados e as métricas integradas a outros cálculos macroeconômicos, burocráticos ou comerciais, é possível criar arranjos de governança ambiental mais transparentes, responsáveis e escaláveis.

Ghosh e Wolf (2021), em seu estudo, apontam que a contabilidade pode ser crucial para resolver negociações de valor e construir confiança, demonstrando claramente que arranjos contábeis podem não (e talvez não devam) reconciliar todas as reivindicações igualmente, e isso pode gerar vieses e recriar desequilíbrios estruturais. No entanto, de uma perspectiva performativa, o que os sistemas contábeis permitem é que eles concedam aos atores um palco para mostrar seus esforços em considerar valores conflitantes seriamente e usar regras para tomar decisões.

Ferramosca (2019) argumenta que empresas que aderem ao que geralmente são consideradas práticas de GC "boas" são mais capazes de criar valor sustentável para acionistas e *stakeholders*, sendo assim, o foco regulatório e público em empresas de gerenciamento de resíduos pode afetar não apenas seu desempenho ambiental e econômico, mas também seu comportamento contábil.

2.2.2 Governança Social

2.2.2.1 Responsabilidade social corporativa (RSC)

Irigaray *et al.* (2017) apontam que os primeiros estudos sobre a RSC são datados a partir do século XIX, e que as universidades colocaram na pauta as primeiras pesquisas, então, a partir de 1950. De acordo os autores: "...somente na última metade do século passado eles entraram definitivamente na pauta da academia."

Batistella *et al.* (2020) definem a RSC como o conjunto de ações que visam beneficiar a sociedade e as corporações, levando em consideração a economia, educação, transporte, saúde, moradia e governo.

Nesse sentido, destacam se os seguintes estudos, conforme o Quadro 02:

Quadro 02 – Estudos sobre RSC

Pesquisadores	Assunto
Frederick (1960); Friedman (1970); Davis (1973)	Sobre a responsabilidade dos negócios
Carroll (1979)	Quanto aos aspectos essenciais do desempenho social corporativo
Irigaray *et al*. (2017)	Sobre a análise da RSC, com base nos relatórios sociais de empresas listadas na Bolsa de Valores, B[3]
Alcamí *et al*. (2019); Costa *et al*. (2020); Barros e Sousa (2021)	Sobre a importância da RSC para as organizações sobre a perspectiva dos consumidores
Oliveira e França (2021)	Por meio da análise das práticas da RSC em empresas
Bussler *et al*. (2017); Baraibar Diez e Sotorrío (2018); Salazar *et al*. (2021)	Sobre a relação da RSC com a GC
Pinheiro *et al*. (2024)	Investiga a influência da cultura nacional sobre a divulgação de RSC, de empresas sediadas no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)

Fonte: CÍRICO JUNIOR & GALVÃO (2021), pág. 2 – adaptado e atualizado pelo autor.

Rivera *et al.* (2019) apontam a RSC como uma ferramenta utilizada pelas grandes empresas voltada para o *marketing* das organizações e uma oportunidade de obter reações positivas por parte dos *stakeholders*, quando estes conseguem visualizar as responsabilidades assumidas pelas empresas, no contexto de desenvolvimento econômico, social, ambiental, étnico, discricionário e legal. De acordo com Pinheiro *et al.* (2024), as ações de RSC são utilizadas como estratégias corporativas que se traduzem em resultados de longo prazo.

Baraibar-Diez e Luna Sotorrío (2018) destacam que: "... a verdade, contudo, é que as empresas precisam comunicar suas ações de RSC para terem reputação, mas devem fazê-lo corretamente, de forma transparente (de maneira confiável, compreensível e pontual) e, só assim, os *stakeholders* irão confiar na RSC".

Quando associa o profissional contábil, responsável por gerar informação contábil e financeira, ao desempenho das organizações e como parte integrante da GC que, por sua vez, associada à RSC das empresas, gera sustentabilidade das organizações. De acordo com Baraibar-Diez e Luna Sotorrío (2018) e García Salazar *et al.* (2021), o profissional contábil é parte contribuinte para a promoção da RSC das empresas.

Aboukhadeer *et al.* (2023) demonstram que, atualmente, a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios, devido à sua relevância na vida das entidades econômicas, particularmente considerando a evolução e as novas tendências da economia de mercado, fornecendo dados sobre a condição financeira e econômica da organização. Isso acontece por meio do sistema de contabilidade da instituição, cujos resultados são apresentados em relatórios financeiros e demonstrações financeiras, que todos os participantes e partes interessadas utilizam, para tomar decisões econômicas e administrativas.

Círico Junior e Galvão (2021) fizeram uma revisão sistemática da literatura sobre a RSC e contabilidade, identificando o papel do contador dentro da GC e a sua influência nesse contexto, apresentada no Quadro 03, a seguir:

Quadro 03 - Revisão sistemática da literatura sobre RSC e contabilidade

Autor	Estudo	Resultados
Ponte e Oliveira (2004)	Analisou o grau de observância quanto às orientações sobre as evidenciações contábeis que são praticadas pelas Sociedades Anônimas (S.A.), por meio da análise das demonstrações contábeis de 95 empresas, no tocante ao exercício encerrado em 31/12/2002	Os autores identificaram que havia demandas organizacionais sobre a necessidade de as empresas buscarem transparência e informações contábeis de qualidade a serem divulgadas, estando disponíveis também aos seus *stakeholders*. Nesse estudo, os autores destacaram a importância da ética e da Responsabilidade Corporativa, por meio da divulgação de informações de natureza social no Balanço Social
Pontes *et al*. (2007)	Objetivou analisar o *disclousure* das informações obrigatórias, não obrigatórias e avançadas, presentes nas demonstrações contábeis das S.A., no Brasil, de 2002 a 2005	Diante do exposto, observa-se que o responsável por analisar, interpretar, registrar as informações e gerar os demonstrativos das organizações são os contadores, portanto, é notável a importância do profissional contábil para a promoção da RSC das organizações brasileiras, por dispor de conhecimento sobre as informações de natureza financeira, econômica e patrimonial das organizações, podendo atuar como peça-chave para o aconselhamento aos tomadores de decisões
Vellani e Ribeiro (2009)	Sobre um sistema contábil voltado para a gestão da ecoeficiência das empresas, por meio de um estudo de casos múltiplos, com a análise das ações ecológicas das empresas, no que tange ao tratamento de resíduos próprios, preservação de áreas verdes, programa de educação ambiental externo, evidenciando as ações internas e externas das empresas	Observa-se a relação entre o profissional da contabilidade, que é responsável pela geração de informações por meio das técnicas contábeis, com as práticas social e ambientalmente responsáveis das empresas
Bufoni *et al*. (2009)	Analisou a eficácia no processo de certificação, chamado, na época, de "Empresa Cidadã", que foi promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC/RJ), que objetivou incentivar a qualidade e a transparência das ações sociais das empresas, incentivando-as a elaborarem e divulgarem os seus Balanços Sociais	Nota-se que as iniciativas por parte de órgãos representativos da contabilidade, referentes a incentivos voltados à promoção de ações socioambientais das empresas, tendem a frisar o máximo sobre a existência da relação dos profissionais da contabilidade com a RSC das organizações brasileiras
Oliveira *et al*. (2009)	Analisou a divulgação de informações sociais por empresas brasileiras do segmento de listagem do Novo Mercado, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), de acordo com indicadores da ONU de responsabilidade social	O estudo reforça a importância das grandes empresas divulgarem as informações sobre as ações sociais referentes aos indicadores sociais

Teixeira *et al*. (2011)	Investigou sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o desempenho das organizações	Ressaltam a importância do comprometimento e do desempenho das empresas por meio das práticas de RSC, que estão associados ao desenvolvimento econômico das organizações
Ruiz (2015)	Estabeleceu a relação entre a GC, a Responsabilidade Social e a regulação contábil nas organizações	O autor destaca que a prática contábil, com a função social, é mediada pela regulação que é determinada pela prevalência de algum modelo de GC, destacando que é comum falar em regulação e, até mesmo, em regulação contábil, mas não é comum haver critérios claros sobre o conceito
Batistella *et al*. (2021)	Analisou a influência das diferenças culturais na relevância da informação contábil	Conclui-se que as dimensões culturais dos países interferem na atribuição da relevância concedida pelo mercado de capitais à informação contábil produzida pelas empresas
Andrade e Fujino (2024)	Analisou o Regime de Informação do Sistema de Governança Corporativa (RISGC), por meio do desenvolvimento de uma ferramenta de análise qualitativa, capaz de identificar gargalos informacionais decorrentes das relações de poder e dos processos decisórios que impactam na informação contábil produzida e divulgada aos usuários externos, por meio das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	Confirmou que o RISGC é, de fato, um recurso interpretativo do sistema de relações de uma estrutura da GC, a partir da dinâmica de interação entre os seus elementos, por meio do mapeamento das ações que embutem conflitos entre atores da governança e da gestão e atores da sociedade, que, em conjunto, refletem o seu modo informacional

Fonte: CÍRICO JUNIOR & GALVÃO (2021), pág. 4-5 – adaptado e atualizado pelo autor.

Nos países desenvolvidos, as informações de RSC e de GC são assumidas como uma parte importante da informação financeira, porque permitem ao investidor estimar a severidade do sistema de controle interno da empresa e a precisão do risco de falência da empresa (KIM & KIM, 2014).

De acordo com Siddiqui *et al.* (2023), com a imposição da ISO 26000, em relação à RSC, a maioria das empresas, independentemente de seu porte ou localização, pode, voluntariamente, preparar relatórios anuais sobre suas atividades relacionadas à RSC e à divulgação de responsabilidade social corporativa (DRSC). A DRSC é definida como a comunicação de uma empresa sobre suas atividades sociais (comunidades, meio ambiente e funcionários) ao público em geral.

Segundo a ISO 26000:201, a DRSC é uma norma de orientação e de aplicação voluntária, não sendo adequada nem para propósitos de certificação. A responsabilidade social se manifesta pelo anseio e pelo objetivo das entidades em incluir aspectos socioambientais em suas decisões, assumindo a responsabilidade pelos efeitos de suas ações na sociedade e no ambiente. Isso também sugere que a responsabilidade social esteja presente em toda a organização, seja implementada em suas interações e considere os interesses dos *stakeholders*.

Mathews (1997) demonstra que existem três razões para reportar informações de RSC: (1) melhorar o desempenho financeiro e econômico de uma empresa; (2) melhorar a sua legitimidade; e (3) conseguir uma conexão de contato social.

Quando acontece a boa vontade, voluntária, das organizações em transmitir ou divulgar a RSC, tem-se uma possível relação entre a divulgação de responsabilidade e o desempenho das organizações, atendendo, assim, as expectativas das partes interessadas (BUALLAY *et al.*, 2020).

De acordo com Siddiqui *et al.* (2023), a maioria das partes interessadas tornaram-se desconfiadas em relação às práticas de RSC de algumas organizações, pois acreditam que, em alguns casos, os objetivos, ali demonstrados às iniciativas de RSC, não são genuínos.

Para Buallay e Hamdan (2023), as partes interessadas percebem que algumas ações de RSC são apenas *greenwashing* (lavagem verde), nas quais as empresas demonstram, intencionalmente, seu compromisso com as ações de RSC, aprimorando o desempenho social, ao mesmo tempo que escondem práticas empresariais insustentáveis.

Dumitrescu *et al.* (2022) mostram que, em 2022, cerca de US$ 30,3 bilhões, representando um quarto dos ativos mundiais, foi investido de acordo com critérios Ambientais, Sociais e de Governança (ESG). Para os autores, surpreendentemente, apesar do forte interesse demonstrado pelos investidores, as organizações ainda carecem de padrões e de informações claras, sobre o que significa investimento sustentável. Essa falta de clareza na informação, assimetria informacional, dá origem à possibilidade de os gestores de ativos se rotularem de forma oportunista como ESG, para fins de atrair o dinheiro dos investidores, sem realmente se comprometerem com o investimento sustentável, uma prática conhecida como “lavagem verde” (*greenwashing).*

Hąbek e Wolniak (2016) enfatizam que, quando o DRSC é voluntário, as organizações fornecerão apenas algumas informações corporativas selecionadas, representando um desempenho positivo da empresa, criticando, assim, que os relatórios podem se tornar menos confiáveis, uma vez que podem demonstrar o que não acontece na realidade.

Na visão de Siddiqui *et al.* (2023), ficou demonstrado que pode acontecer de a apresentação descuidada das atividades de RSC impactar negativamente a reputação de uma organização, pois as pessoas podem interpretar as atividades apenas pela sua aparência, sem levar em conta o seu significado, prejudicando, assim, o rendimento da organização.

As empresas estão fazendo um grande esforço para se diferenciar umas das outras, por meio da imagem social positiva com iniciativas da RSC, mas existem poucos estudos desenvolvidos que exploram essas determinantes (NGUYEN *et al.*, 2021).

Os relatórios tendem, ou tornam-se, cada vez mais interessante, quando estes cumprem um papel mais importante, que é para cumprir sua obrigação de responsabilização. Isso demonstra que as empresas estão mais conscientes das expectativas das suas partes relacionadas ou interessadas (TIBILETTI *et al.*, 2021).

Rim e Ferguson (2020) apontam que existem duas formas de reagir, com relação às informações/relatórios de RSC. Além das informações essenciais, uma organização pode ser proativa (trabalhar voluntariamente, além das expectativas mínimas das partes interessadas) ou reativa (responder à pressão social). Apesar desses casos, o DRSC de uma organização, até certo ponto, revela o que esta fez em relação às práticas de RSC (SIDDIQUI *et al.*, 2023).

De acordo com Andrade e Fujino (2024), o processo informacional é iniciado na governança, por meio da disseminação das políticas e diretrizes institucionais, operacionalizadas pelos produtores (contabilidade), e finalizadas também na governança, pela autorização de publicação das Demonstrações Contábeis.

Ainda conforme os autores, a manutenção de um sistema econômico equilibrado depende da qualidade das informações (econômica, financeira e contábil) fornecidas pelos vários produtores, bem como da conduta ética dos profissionais que trabalham em instituições públicas e privadas. Esses profissionais, ao possuírem informações e a capacidade de manipulá-las, podem causar danos à sociedade em geral, como falta de informação e desinformação – a primeira marcada pela negação, falsa informação verdadeira e má orientação, e a segunda, pela informação manipulada e engano intencional, respectivamente –, por meio das Demonstrações Contábeis.

Segundo Platonova *et al.* (2018), muitos estudiosos evidenciaram o efeito positivo do DRSC no desempenho da empresa. Por outro lado, Pham e Tran (2020) afirmaram que estudos empíricos testemunharam uma ligação inconsistente entre DRSC e desempenho da empresa.

Outro ponto que influencia na RSC é a reputação corporativa (RC). Siddiqui *et al.* (2023) demonstram que a RC é uma avaliação da qualidade de uma organização. De acordo com Deephouse *et al.* (2016), a RC revela a avaliação de uma organização por seus *stakeholders*, e essa reputação serve como comparativo de comportamento das empresas com o de outras organizações e suas expectativas subjetivas para as práticas.

Lange *et al.* (2011) destacam os objetivos da RC, que são: (1) ser reconhecido, (2) ser reconhecido por algo, e (3) favorabilidade generalizada.

Siddiqui *et al.* (2023) enfatizam que a percepção e avaliação do público acerca de uma organização são influenciadas positivamente, quando esta apresenta uma conduta socialmente responsável. Sob a perspectiva do público, é essencial que as práticas de RSC de uma

organização sejam divulgadas e relatadas para que este esteja informado sobre tais práticas. São fundamentais relatórios e comunicações eficientes, para assegurar que as ações de RSC causem um impacto positivo na sociedade.

Finalmente, Freire e Albuquerque Filho (2022) destacam que empresas com maiores níveis de RSC apresentam maior possibilidade de elevar os cuidados com a informação divulgada, e, assim, denotar maior qualidade da informação contábil, aceitando a hipótese de que empresas que apresentam maiores práticas de RSC divulgam demonstrações contábeis de maior qualidade.

2.2.2.2 Contabilidade gerencial na tomada de decisão (geração de informações úteis para assimetria das informações)

O mundo do trabalho está em constante evolução e fatores, como a globalização e mudanças na estrutura das organizações, influenciam em direção a um resultado de carreiras profissionais mais complexas e dinâmicas (BARLEY *et al.*, 2017;HIRSCHI, 2018;AROLES *et al.*, 2019).

Para Thaller *et al.* (2024), devido à globalização e à digitalização, o cenário laboral está passando por transformações significativas. Essas tendências estão desafiando a contabilidade gerencial e forçando pessoas e entidades a se adaptarem.

Um grande número de publicações investigou a contabilidade gerencial em âmbito organizacional, ou seja, estão acontecendo mudanças no papel dos contadores. Eles estão saindo do “arroz com feijão” e passando para parceiros de negócios e cientistas de dados (WOLF *et al.*, 2020).

Assim, os contabilistas envolvidos na contabilidade gerencial, na gestão contábil, têm a principal tarefa de fornecer apoio à tomada de decisões. Esses profissionais estão incluídos nas tarefas de planejamento, controle e respostas junto às áreas de estratégias. Na literatura, é demonstrado que os tais contabilistas estão, cada vez mais, direcionados para os negócios, e desempenhando papel de conselheiro ativo da alta gestão (JÄRVENPÄÄ, 2007;DE LOO *et al.*, 2011).

A contabilidade gerencial é essencial, desempenhando papéis para tomadas de decisões complexas, garantindo o desenvolvimento sustentável das organizações. Para Vărzaru *et al.* (2023): “... na percepção dos contadores, os principais papéis da contabilidade gerencial na sustentabilidade organizacional são facilitadores e relatores do valor sustentável criado na organização.”

Ainda de acordo com os autores, os relatórios organizacionais influenciam a estabilidade financeira e o desenvolvimento sustentável, sendo os contabilistas essenciais nesse processo.

A função da contabilidade gerencial é avaliar, divulgar e fornecer informações úteis para tomada de decisões relativas à sustentabilidade das atividades organizacionais. Conforme Willekes *et al.* (2022), o papel dos profissionais de contabilidade gerencial, na gestão de valor sustentável, está aumentando.

Sendo assim, de acordo com Stacchezzini *et al.* (2016), a capacidade de uma empresa gerar informações qualitativas sobre as atividades desenvolvidas, em termos de sustentabilidade, determina a eficiência da decisão de gestão. A sustentabilidade tem sido bastante discutida na área acadêmica, tendo, como principal foco, a contabilidade gerencial como garantia dessa sustentabilidade.

Vărzaru *et al.* (2023) demonstram que a incorporação de elementos sustentáveis (financeiro, social e ambiental) em todas as etapas do processo decisório (estratégico, tático e operacional) e em todas as funções gerenciais (planejamento-orçamento, coordenação organizacional, pessoal e avaliação), com o objetivo de aprimorar as interações com os *stakeholders*, é um desafio crucial para a contabilidade gerencial. Desse modo, a contabilidade gerencial precisa ter um papel mais ativo na geração e preservação do valor sustentável da entidade.

Schaltegger e Zvezdov (2015) evidenciam que:

> Poderia-se esperar que os contadores desempenhassem um papel importante, primeiro, na melhoria das informações que as partes interessadas recebem sobre os impactos sociais e ambientais de uma empresa e, em segundo lugar, na melhoria de quão bem os gestores são informados sobre questões de sustentabilidade.

Para Grillo *et al.* (2016), pode-se visualizar no mercado uma reação, positiva ou negativa, quando um dado contábil se torna conhecido e a informação é divulgada.

As informações contábeis, no âmbito do mercado de capitais, possuem um papel fundamental, devendo ser compreensíveis, tempestivas e, ainda, retratar, da melhor forma, a realidade das empresas. Assim, considera-se tais informações como relevantes quando afetam os preços das ações, de forma que as de maior qualidade geram resultados patrimoniais maiores e mais relevantes (BARTH *et al.*, 2008).

Em virtude da necessidade das organizações em reportar informações, elas utilizam a contabilidade gerencial como uma ferramenta valiosa no processo de *accountability*, porque é a contabilidade que reúne um conjunto de técnicas no fornecimento de informações, financeiras

e não financeiras, relevantes à organização, de forma que estas auxiliem na tomada de decisões, avaliação, monitoramento e retribuição de seu desempenho (JOVANOVIC, 2012).

O contador, na função de confiança, utiliza métodos, técnicas e expertise, oferecendo um grande domínio de informações para os propósitos da empresa, gerando, assim, informações e relatórios financeiros a todos os participantes envolvidos no negócio empresarial. Entretanto, de acordo com o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC00(R2), 2024), a informação contábil deve ser útil, não havendo nenhuma hierarquia ou subordinação entre as características qualitativas da informação. Porém, o CPC00(R2) (2024) demonstra que deve haver uma separação entre as informações consideradas fundamentais das de melhoria.

O CPC00(R2) (2024) define quais são as caraterísticas qualitativas das informações financeiras úteis. Tem-se, então, as características qualitativas fundamentais, que são a Relevância e a Representação fidedigna, e as características qualitativas de melhoria, que são a Comparabilidade, a Verificabilidade, a Tempestividade e a Compreensibilidade.

Para finalizar, a contabilidade gerencial tem de acompanhar a evolução dos negócios. Nessa linha de visão, Júnior e Nehme (2023) demonstram que a realidade é que o cenário empresarial está se tornando cada vez mais intrincado, e a contabilidade segue essa tendência, para uma melhor compreensão e representação da realidade das operações. Desde 2010, o Brasil aderiu, oficialmente, ao padrão internacional de contabilidade, conhecido como *International Financial Reporting Standard* (IFRS), estabelecido pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), e adotado em mais de 130 nações. As companhias de auditoria independente também adotaram as práticas de auditoria internacionais, estabelecidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC), que foram traduzidas em normas aprovadas e publicadas pelo CFC.

2.2.2.3 Imparcialidade e independência do contador garantindo segurança psicológica (força de trabalho e direitos humanos)

De acordo com Lin *et al.* (2022a), os contadores geralmente enfrentam uma grande quantidade de carga de trabalho e precisam lidar com alta pressão e estresse em seu trabalho diário. A teoria da autodeterminação, afetividade positiva e o bem-estar psicológico dos contadores precisa ser cuidado por líderes e organizações, e de mais atenção dos pesquisadores.

Para Stupnisky *et al.* (2018), a motivação extrínseca surge quando uma pessoa realiza uma tarefa específica para receber incentivos externos e prevenir resultados adversos. Por outro lado, a motivação intrínseca é um tipo de motivação independente, que surge quando uma

pessoa se engaja em uma atividade, movida pelo sentimento de prazer e satisfação, inerente à própria atividade.

A afetividade positiva é frequentemente associada a atitudes positivas e resultados comportamentais no local de trabalho (PULLIGADDA *et al.*, 2016;MOHR *et al.*, 2021).

Para Bayhan Karapinar *et al.* (2020), o bem-estar psicológico é definido como "... avaliação geral dos indivíduos sobre sua qualidade de vida, dependendo de seus padrões e experiência emocional".

Portanto, esta pesquisa escolhe, como variável moderadora, o "Nível (tempo) de Experiência do Contabilista", porque está alinhado aos objetivos específicos da pesquisa, que é analisar barreiras que limitam a atuação dos contabilistas na implementação de boas práticas ESG, e como esses desafios afetam o seu comprometimento profissional**,** garantindo segurança psicológica.

Uma variável moderadora é aquela que afeta a relação entre uma variável independente (ex.: barreiras internas e externas na integração de ESG) e uma variável dependente - tempo de experiência profissional (ex.: comprometimento profissional com a relevância da informação contábil na GC).

De acordo com Kahn (1990), caso do trabalho contábil, a segurança psicológica é importante para os contadores, porque eles precisam ser protegidos para cumprir suas tarefas e aumentar seu desempenho no trabalho. Para Lin *et al.* (2022b), um alto nível de segurança psicológica fortalece a relação entre motivações, afetividade positiva e bem-estar psicológico.

Em particular, para Kahn, (1990),a segurança psicológica refere-se a "... sentir-se capaz de mostrar e empregar a si mesmo sem medo de consequências negativas de autoimagem, *status* ou carreira".

Para Lin *et al.* (2022b), quando os contabilistas percebem uma sensação de segurança em suas empresas, tendem a ter fortes motivações e vivenciar um estado emocional positivo e bem-estar psicológico. Isso ocorre porque os sentimentos de segurança funcionam como um mecanismo de proteção que potencializa a confiança, as motivações e as emoções no ambiente de trabalho. Por outro lado, se os contabilistas possuem um nível insuficiente de segurança psicológica, tendem a ter menos motivação e vivenciar um estado emocional negativo, tornando-se menos satisfeitos com seus trabalhos e vida pessoal.

Finalizando, a segurança psicológica reflete os sentimentos de segurança sem qualquer medo de consequências negativas, e um baixo nível de segurança psicológica indica que os contadores percebem alto risco e incerteza em seu trabalho e organização. A segurança

psicológica reflete a percepção dos contadores sobre segurança no local de trabalho (KAHN, 1990).

2.2.3 Governança Corporativa

2.2.3.1 Teoria da agência, governança corporativa e *stakeholders,* no campo da administração

De acordo com Bronstein (2020): "... compreender a dialética das relações entre o principal, agentes e demais *stakeholders* adquire importância nos estudos de Administração." Sendo assim, a seguir, a origem desses termos.

A teoria da agência, segundo Berle e Means (1932), tem sua origem na estrutura do direito societário nos Estados Unidos, na década de 1930, quando esses autores verificam que as empresas típicas existentes ali tinham sua gestão voltada para os proprietários (patrimônio pessoal dos proprietários do capital) e seus prepostos, caracterizando um novo modelo de administração, no qual o proprietário (principal) delega atribuições específicas a um gestor (agente).

O tema da GC, de acordo com Bertero (2008), foi amplamente discutido entre 1970 a 1980, quando o agente (gestor) não trabalha a favor do enriquecimento ou aumento do lucro do principal (proprietário), ocasionando os chamados problemas de agência.

A teoria dos *stakeholders* surgiu em memorandos internos dentro da administração, segundo relato de Donaldson e Preston (1995). Conforme os estudos empíricos de Boaventura *et al.* (2009), a teoria dos *stakeholders* tem influência da sociologia, do comportamento organizacional e da administração de conflitos.

De acordo com Bronstein (2020): "... os grupos de *stakeholders* incluem os acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade."

2.2.3.1.1 *Teoria da agência*

De um lado, tem-se os proprietários ou acionistas, denominados de principal, que são os donos do capital, e do outro, os gestores contratados, chamados de agentes, os administradores (JENSEN & MECKLING, 1976).

Os autores afirmam, no estudo "*Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*", que essa divisão entre principal e agente, podendo contratar e delegar poderes aos agentes (gestores, administradores), sem que esses possuam participação no capital societário da empresa, motiva um problema de controle, chamado de problema de agência.

O problema de agência surge quando, em razão de interesses diferenciados, geram os conflitos de interesses ou conflitos de agência ocasionados por uma gestão oportunista desconexa com o comportamento esperado pelo principal em relação ao agente. Fama e Jensen (1983) sugerem a repartição das funções de gerenciamento e de controle entre diferentes agentes, como mecanismo para reduzir esses problemas.

Os autores ainda demonstram que um sistema eficiente de controle é onde existe a separação do gerenciamento da decisão do gerenciamento do controle, pois, dessa forma, o processo visa a mitigar ou, de alguma forma, controlar os problemas de agência.

Além do problema de agência, citado acima, tem-se outras questões relevantes em relação à teoria de agência, como o custo de agência, a assimetria informacional e o risco moral.

O custo de agência é o alto custo da estrutura organizacional para evitar a ineficiência na relação do principal e o agente. Jensen e Meckling (1976) definem custo de agência como a soma de gastos com monitoramento do principal sobre as atividades dos agentes e as perdas residuais decorrentes de divergências entre o principal e o agente.

Em relação à assimetria informacional, Eisenhardt (1989) esclarece que os problemas contratuais entre principal e agente podem ser causados, dentre outros fatores, pelo desconhecimento de informações úteis existente entre eles.

E, por último, mas não menos importante, o risco moral, conforme Martinez (1998), que ocorre quando o principal não é capaz de controlar todas as ações do agente.

2.2.3.1.2 *Governança corporativa*

A OECD (2005) relata que os escândalos empresariais chamaram a atenção dos governos, dos reguladores, das empresas, dos investidores e do público em geral para as fraquezas dos sistemas de GC e para a necessidade de resolver essa questão.

A contabilidade é vista, então, como fonte de informação gerencial e como um mecanismo dentro da GC. A GC e a contabilidade andam juntas, lado a lado, uma impactando a outra, ou seja, uma dentro da outra, intrinsecamente. Para Costa e Lopes (2007), a contabilidade é a causa da estrutura da GC e vice-versa, demonstrando, assim, a relevância da informação contábil.

De acordo com os autores: "... ao longo dos séculos, a Contabilidade vem sendo utilizada como instrumento de apoio à tomada de decisão, por consistir em um modelo de identificação, mensuração e divulgação dos eventos econômicos que afetam uma entidade."

Para Jensen e Meckling (1976), o foco inicial da GC está no conflito entre o agente e o principal, denominado de teoria da agência.

Segundo Abilio Martins *et al.* (2021), a expressão GC já é conhecida nos ambientes corporativos há algum tempo, contudo, foi somente após os escândalos contábeis ocorridos nos Estados Unidos, antes de 1980, que ganhou destaque na sociedade. Isso evidencia a necessidade das empresas em adotarem uma gestão mais transparente, tanto na tomada de decisões, quanto nas ações realizadas pelos seus administradores.

Ainda de acordo com os autores, "... a função da GC é acompanhar o relacionamento entre a administração (agentes) e os proprietários (principais) e reduzir as diferenças existentes entre eles, principalmente em relação a assimetria de informações". Não há falta de informação, mas escassez de conhecimento (HAIR *et al.*, 2009).

Chagas (2007) enfatiza, ainda, que a GC se trata de um sistema que, usando principalmente o conselho de administração, estabelece regras e possibilita uma gestão eficiente e eficaz. Sendo assim, a GC é um assunto de interesse relevante para os que atuam nas áreas de controladoria e contabilidade.

A contabilidade produz informações e se concentra na coleta, no registro, na análise e na interpretação de informações financeiras, na qual deverão ser úteis e verídicas, enquanto a controladoria é uma disciplina mais ampla e orientada para o gerenciamento. Martinez (1998) salienta que a contabilidade produz informações em que o principal e o agente baseiam suas relações.

A controladoria, considerada uma evolução da ciência contábil, desempenha um papel fundamental nas estratégias organizacionais, direcionando a gestão quanto ao desdobramento e adequação ao processo (CARVALHO JÚNIOR & ROCHA, 2009).

De acordo com Bianchi e Nascimento (2005), a controladoria pode ser vista como uma ferramenta interna de GC, que aumenta a proteção dos usuários das informações da empresa, ao permitir a divulgação dos atos administrativos de forma transparente. Isso permite a diminuição da assimetria de informações e, consequentemente, a redução dos conflitos de agência.

Aboukhadeer *et al.* (2023) demonstram que a qualidade da informação tem um impacto direto na GC e restaura a confiança baseada em um conjunto de critérios dentro da gestão. Para eles: "... o motivo mais importante para aplicar as regras de GC é restaurar a

confiança nos mercados financeiros afetados pelas fraudes e erros". Isso foi o que atingiu muito as grandes empresas, principalmente pela imprecisão dos dados e informações contábeis e seus erros.

Ainda de acordo com os autores: "... além disso, um dos princípios fundamentais subjacentes ao processo de GC é o princípio da divulgação e da transparência. Portanto, a divulgação contábil é uma das coisas mais importantes na instituição econômica".

Para Carvalho *et al.* (2023) é possível supor que a adoção de mecanismos de GC reduz a assimetria informacional, podendo inibir o comportamento discricionário dos gestores e, portanto, as empresas seguirem níveis diferenciados de GC pode ter menor probabilidade de suavizar resultados.

Castro (2008) diz que as escolhas contábeis de forma discricionária que visam reduzir a variabilidade dos resultados é a prática de suavização de resultados. Lintner (1956) foi quem, inicialmente, documentou o fenômeno, denominado suavização de resultados, ou suavização de dividendos, e pode ser definida como o ajustamento parcial do lucro a uma taxa discricionária ideal de pagamentos de dividendos, fazendo, assim, que o lucro seja incorporado lentamente aos dividendos pagos, ocorrendo uma estabilização e manutenção do pagamento de dividendos.

A informação contábil e a suavização de resultados são continuamente influenciadas por riscos, incertezas e, principalmente, por fatores econômicos e também pelo ambiente de GC. Para Ball *et al.* (2000), tanto a qualidade da informação contábil quanto a suavização de dividendos são influenciados pelo ambiente de GC.

Os autores ainda pontuam que a relevância da informação contábil está diretamente relacionada ao ambiente de GC, que, no regime jurídico *code law*[2], como no do Brasil, a contabilidade funciona como mecanismo de monitoramento para os investidores, perdendo suas condições de mediar relações contratuais entre agente e principal.

Para Prazeres e Lagioia (2020), a relevância da informação contábil está positivamente associada ao ambiente de GC. Em outras palavras, quanto maior a proteção legal, mais a contabilidade será capaz de intermediar as relações contratuais entre agente e principal. Isso auxilia no acompanhamento do desempenho dos contratos, por meio da diminuição de

[2] No sistema legal *code law*, observa-se uma orientação legalista, com evidenciação somente do que a lei determina (alto grau de detalhamento das regras a serem cumpridas), tendo, assim, menos flexibilidade na preparação das demonstrações contábeis, nas quais a preocupação maior é com os credores. A contabilidade de países com sistema jurídico codificado (*Code Law*) e consuetudinário (*Commom Law*) possui visões distintas dos propósitos dos sistemas contábeis (CARMO *et al.*, 2011).

problemas de assimetria de informações, diminuindo, assim, os custos de agência associados aos riscos de expropriação.

O índice de governança corporativa (CGI) é o resultado da avaliação do ambiente interno e do sistema de controles da empresa. Uma GC adequada permite reduzir os riscos de falência das empresas e fornecer informações úteis, oportunas e confiáveis ao público (KIM & KIM, 2014).

Dentro da GC, também é bastante discutido a independência do conselho. Em relação a esta, há estudiosos que relatam que, quanto maior a independência dos conselheiros, maiores são as divulgações, as qualidades dos relatórios financeiros, e existe uma relação positiva com os atributos da GC. Botti *et al.* (2014) apontam que um conselho em grande proporção é positivo e indica que, quanto maior o conselho, menor é o nível de problemas de agência, ou seja, são inversamente proporcionais. São também mais voluntários no fornecimento de maiores divulgações, e isso diminui a assimetria informacional entre a administração e as partes interessadas. Koh *et al.* (2007) explanam que a independência dos membros dos conselhos deixa evidente a eficácia e a eficiência de suas funções, quando envolve a monitorização da qualidade dos relatórios financeiros.

Por outro lado, há pesquisas que dizem o contrário. Anastasia Chi-Chi (Phd) & Oghenefegha Friday (2014) concluem que a independência do conselho está negativamente relacionada com a qualidade dos relatórios financeiros. Da mesma forma, Larcker *et al.* (2007) não concluem positivamente que qualquer ligação entre os atributos de GC, incluindo a independência do conselho, melhora a qualidade dos relatórios financeiros.

De acordo com Sun (2023a), a qualidade dos relatórios financeiros é fundamental para as empresas, para as partes interessadas e para o governo, para garantir transparência e responsabilidade. Na GC, a qualidade do relatório financeiro é sustentada por inúmeras teorias, com algumas das mais reconhecidas sendo a teoria da agência, a teoria da mordomia e a teoria institucional.

O autor explica cada uma dessas teorias. A teoria da agência propõe que as empresas se deparam com uma situação de agente principal, na qual os gestores podem dar prioridade aos seus interesses, em detrimento aos dos investidores. Por outro lado, a teoria da mordomia traz que os gerentes atuam como administradores da empresa, atuando em prol do bem-estar da organização, se tiverem os recursos e suporte necessários. Por fim, a teoria institucional destaca a relevância das normas e valores sociais e culturais na construção do comportamento organizacional.

Existem várias teorias que lidam com o momento dos relatórios financeiros. Na literatura, elas foram apresentadas para esclarecer a conexão entre a GC e os atrasos de tempo nos relatórios financeiros (SUN, 2023a).

Com esses atrasos e entregas intempestivas de relatórios, tem-se a teoria dos relatórios internos que, de acordo com Waris e Haji Din (2023), postula que a administração está focada, principalmente, em avaliar o desempenho interno da empresa.

Para os autores, existe um atraso, ou adiamento, por parte dos gerentes, em fornecer notícias desfavoráveis sobre a empresa e, consequentemente, eles demandam tempo adicional para preparar respostas e divulgar o mau desempenho. Isto também é observado na administração, onde se percebe que as boas notícias são liberadas mais antecipadamente.

No Brasil, a CVM, por meio de seus relatórios semestrais de Supervisão Baseada em Risco, divulga informações sobre a não prestação, ou atraso, na entrega das informações periódicas pelas companhias (CVM,2020).

As IFRS (Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, em português), enfatizam a importância de atualizar os relatórios financeiros em tempo hábil, pois as informações devem estar disponíveis para os usuários quando são mais úteis no processo de tomada de decisão.

De acordo com o Sun (2023b), são inúmeros os estudos empíricos que destacam os relatórios financeiros intimamente relacionados com a GC. Conforme Ashton *et al.* (1987), o primeiro estudo a examinar os relatórios financeiros foi realizado nos Estados Unidos, e observou-se o atraso nos relatórios, má qualidade no controle interno e, consequentemente, relatórios financeiros de baixa qualidade.

As empresas tem muita dificuldade em comunicar más notícias, por isso, utilizam técnicas contabilísticas criativas para as evitar, de acordo com algumas pesquisas realizadas (NGUYEN, 2023).

Sendo assim, para evitar essa contabilidade discricionária, de certa forma criativa, de acordo com Landriscina (2020), o IBGC, bem como o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, estão pautados, e encontram-se baseados em quatro princípios de boas práticas, quais sejam: Transparência; Equidade, Prestação de contas (*accountability*) e Responsabilidade Corporativa.

A Figura 05, a seguir, demonstra que a GC é composta por 5 princípios: transparência, integridade, equidade, responsabilização e sustentabilidade.

Figura 05 - Princípios da GC



Fonte: IBGC (2023), elaborado pelo autor (2024).

No Quadro 04, a seguir, é definido os quatro princípios de boas práticas da GC.

Quadro 04 - Quatro princípios de boas práticas da GC

Princípio	Definição
Transparência	Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse, e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização.
Equidade	Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
Prestação de contas (*accountability*)	Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
Responsabilidade corporativa	Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos.

Fonte: LANDRISCINA (2020), IBGC.

Para Galanos *et al*. (2022): "... a GC surge como tema de interesse nos estudos de Administração pela lente de Finanças Corporativas, por meio dos estudos da separação entre a propriedade e o controle, principal teoria apontada pelos estudos de governança."

Ainda de acordo com os autores, a sua chegada ao Brasil se deu na década de 1990, quando o país se abriu economicamente, e a GC veio como uma forma de aumentar a credibilidade e competitividade das empresas, em busca de atrair investidores. Sucessivas ondas de escândalos empresariais mundiais, nos anos seguintes, aqueceram a discussão sobre a governança, e o tema ganha força com o surgimento dos conflitos entre acionistas controladores e minoritários.

2.2.3.1.3 *Stakeholders*

Parmar *et al.* (2010) relatam que a palavra "*stakeholder*", da forma como é usada agora, apareceu, pela primeira vez, em um contexto interno no memorando no *Stanford Research Institute* (agora, *SRI International, Inc*.), em 1963.

Freeman (1998) também confirma o surgimento da palavra em um memorando interno do Instituto, em 1963, e é qualquer pessoa que tem influência na política da empresa, conseguindo afetar ou ser afetado pelas decisões, onde estas devem estar coordenadas pelos interesses desses *stakeholders*.

Donaldson e Preston (1995) consideram que todos os participantes, os que tem interesses legítimos dentro de uma organização empresarial, devem obter benefícios e que, portanto, não caberia, nesse caso, a priorização de interesses, em detrimento de outros.

A teoria dos *Stakeholders* possui caráter normativo e instrumental. A parte normativa está relacionada à moral e à ética, consequentemente, as implicações instrumentais se relacionam à maximização do lucro (DONALDSON & PRESTON, 1995).

De acordo com Mahadeo *et al.* (2011), no tocante ao normativo, está direcionado ao dever que as organizações têm frente à prestação de contas de suas ações aos *stakeholders*. A vertente gerencial, ou instrumental, busca o controle dos *stakeholders*, pois estes detêm influências que causam impactos direto na organização, até mesmo nos seus recursos, podendo afetar a continuidade ou perpetuidade da mesma.

Nas organizações privadas, os *stakeholders* são os credores, trabalhadores, fornecedores, consumidores, entre outros, nos quais a estrutura da GC, seja administrativa, política, social e legal, visa a assegurar os direitos e garantias das partes envolvidas e assegurar os interesses a serem alcançados (IFAC, 2013).

No que se refere ao setor público, não menos diferente, os *stakeholders* são identificados como os agentes políticos, servidores públicos, usuários de serviços, fornecedores, mídia e cidadãos em geral, cada qual com interesse legítimo na organização pública, mas não necessariamente com direitos de propriedade(IFAC, 2001).

Segundo Mubeen *et al.* (2021), as partes interessadas podem ser classificadas em dois grupos: partes interessadas investidoras (acionistas) e partes interessadas não investidoras (meio ambiente, comunidade local, funcionários, clientes e fornecedores).

De acordo com Watanabel *et al.* (2022), estudos recentes analisaram os papéis da GC orientada para as partes interessadas para alcançar o crescimento empresarial sustentável. Sakawa e Watanabel (2021) demonstram que as inovações corporativas progridem em empresas familiares com orientação para as partes interessadas.

Ainda conforme Watanabel *et al.* (2022), o papel da GC interna, como as características do conselho, é crucial para investidores e partes interessadas. Na prática, são recomendados conselhos menores com mais conselheiros independentes. De acordo com a Lei Sarbanes-Oxley (2002), SOX, recomenda-se que os conselhos estabeleçam comitês de auditoria compostos apenas por diretores independentes.

Sakawa e Watanabel (2021) demonstram que os estudiosos das partes interessadas argumentam que os gestores podem não conseguir ver e tratá-las como pessoas reais, que merecem consideração moral. Por outro lado, Bastian e Haslam (2011) evidenciam que as partes interessadas que não são gestoras, podem deixar de ver e tratar uns aos outros como pessoas reais, que merecem consideração moral, gerando graves consequências para todos os envolvidos.

Quando os executivos deixam de se importar com a ética e a moral, visando somente o lucro, não tratando as partes interessadas como pessoas que merecem consideração, a tendência é o fracasso. De acordo com Parmar *et al.* (2010), a primeira década do século XXI foi marcada por dois grandes abalos na confiança do público, em relação às empresas, enquanto entidade. No começo da década, escândalos empresariais, como Enron, WorldCom e Tyco, intensificaram a percepção de que corporações e gestores empresariais pouco se importam com a ética, em sua busca incessante por lucros.

Segundo Poje e Zaman Groff (2022), foi feito um levantamento dos cinco artigos mais citados, para cada período, sobre ética e moral na contabilidade, conforme o Quadro 05. Para o propósito da análise, os artigos foram divididos em três períodos de tempo, a saber, décadas: 1991-2000, 2001-2010 e 2011-2020. A primeira década corresponde ao período anterior aos grandes escândalos corporativos, a segunda coincide com os escândalos, enquanto a terceira

representa o período após os escândalos. A seleção de períodos permite identificar o possível impacto dos escândalos contábeis corporativos e a desconfiança pública relacionada à profissão contábil, sobre a educação ética em pesquisa contábil.

Quadro 05 – A lista dos 5 artigos mais citados para cada período

1991–2000		2001–2010		2011–2020	
Citações	**Artigo de**	**Citações**	**Artigo de**	**Citações**	**Artigo de**
89	Eynon *et al*. (1997)	150	Cohen *et al*. (2001)	31	Chabrak e Craig (2013)
65	Verde e Weber (1997)	116	Roxas e Stoneback (2004)	22	Martinov-Bennie e Mladenovic (2015)
48	Jones e Hiltebeitel (1995)	90	De Lange *et al*. (2006)	19	O'Leary e Stewart (2013)
45	Karcher (1996)	86	Dellaportas (2006)	18	Musbah *et al*. (2016)
44	Fischer e Rosenzweig (1995)	84	McPhail (em inglês)	17	Tweedie *et al*. (2013)

Fonte: POJE & ZAMAN GROFF (2022) – adaptado pelo autor.

Há estudiosos que ligam diretamente a consideração moral com a orientação empresarial de uma organização, juntamente com a humanização das partes interessadas (PARMAR *et al.*, 2010).

Somjai *et al.* (2019) propõem que a governança, por si só, é significativa, mas combiná-la com as partes interessadas do mercado pode aumentar a eficácia das iniciativas de melhoria da sustentabilidade para as empresas.

Vazquez-Brust (2022) menciona que governança colaborativa, que é uma abordagem diferente à governança, enfatiza uma forma de gestão cooperativa, substituindo os modelos tradicionais, e é baseada na negociação e na gestão coordenada com as partes interessadas.

Diante disso, destaca García e Welford (2015) que, na governança participativa, as partes interessadas estão envolvidas na tomada de decisões e na gestão das organizações, influenciando, assim, os resultados de desempenho.

Hernández-Hernández *et al.* (2023) definem que: "... essas abordagens alternativas de governação reconhecem a importância de envolver múltiplas partes interessadas e de promover processos inclusivos na consecução dos objetivos de sustentabilidade."

Para Mitchell *et al.* (2015), a inclusão das partes interessadas na tomada de decisões organizacionais e a questão resultante da criação de valor, são problemas espinhosos que a teoria das partes interessadas tem procurado abordar, e esse progresso tem sido lento, porque a atual teoria e a prática contábil não abordam as necessidades de tomada de decisão de todas as partes interessadas.

A continuidade dos negócios de forma integrada com a economia, sustentabilidade e ética respondem aos interesses das partes interessadas com responsabilidade. Para Manetti (2011), os relatórios são relevantes para uma pluralidade de partes interessadas e os acadêmicos geralmente comparam sua análise às práticas de envolvimento das partes interessadas.

A teoria das partes interessadas tem sido uma abordagem influente em muitas áreas de estudos de negócios (HÖRISCH *et al.*, 2020).Para Tang *et al.* (2021), investir em atividades de RSC pode ajudar as empresas a melhorar sua reputação e relacionamento com as partes interessadas.

De acordo com Mubeen *et al.* (2021), a RSC aumenta o valor firme, considerando todas as partes interessadas igualmente e protegendo seus interesses. Uma empresa pode diminuir seus riscos e custos ao estabelecer um relacionamento adequado com seus *stakeholders*.

De forma genérica, pode-se ligar o desempenho de uma empresa às práticas de RSC. Para Adams (2002), as atividades de RSC, dentro de uma empresa, aumentam, e muito, a confiança das partes interessadas, levando a um maior desempenho.

Ainda de acordo o autor, a RSC é uma ferramenta valiosa e faz com que as empresas se responsabilizem perante ao público e demostrem lealdade perante uma sociedade. Por isso, é importante apoiar as políticas da RSC. Freeman e Hasnaoui (2011) enfatizam que os acionistas geralmente assumem que as empresas otimistas se envolvem em atividades de RSC.

Segundo Wang e Chen (2017), a RSC gira em torno de soluções de problemas e os diretores e executivos de uma organização devem estar altamente envolvidos com estratégias relacionadas à RSC.

Conforme demonstrado por Shah *et al.* (2021), os CEOs podem usar a RSC para medir sua associação com os acionistas e manter um relacionamento positivo. Estudos mostraram que os custos das agências podem ser reduzidos por meio de práticas de RSC e liberados para as partes interessadas (JENSEN, 2002).

De acordo com Mubeen *et al.* (2021), os representantes das partes interessadas também declararam que a RSC proporciona riqueza equilibrada aos acionistas e estimula outros investidores a investirem em empresas que a praticam. Pesquisas indicam que o rendimento da empresa tem uma relação positiva com a RSC.

Para Levy e Lazarovich-Porat (1995), os gestores são os agentes responsáveis por sinalizar as informações aos seus *stakeholders*. De acordo com a teoria da sinalização, tais sinalizações podem afetar o valor da empresa devido à redução da assimetria de informações (CONNELLY *et al.*, 2011).Sendo assim, as empresas devem contribuir para a responsabilidade

social e o bem social por meio de seus respectivos *stakeholders*, como governos, consumidores, trabalhadores e acionistas.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo descreve a metodologia adotada para condução da presente pesquisa, delineando os procedimentos e estratégias que sustentam a investigação. O estudo utilizou o método *survey*. A pesquisa, baseada em levantamentos (*survey*), é vital na educação e nas ciências sociais, oferecendo *insights* sobre comportamentos e percepções humanas (WILSON *et al.*, 2024).

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória, com o objetivo de compreender as barreiras e desafios na integração de práticas ESG e sua relação com a relevância da informação contábil, a partir da perspectiva dos contabilistas.

Inicialmente, para a amostra da pesquisa foi estabelecida em 266 profissionais inscritos no CRC-Go, conforme o cálculo amostral proposto por Santos (2024), com margem de erro de 5%. Adiante, apresenta-se a fórmula utilizada para o cálculo da amostra.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado, aplicado aos contabilistas inscritos no CRC-Go. A aplicação do questionário foi realizada pela própria autarquia, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), impossibilitando que o pesquisador fizesse a aplicação diretamente. O questionário foi desenvolvido com o objetivo de obter informações sobre como os profissionais da contabilidade desempenham um papel ativo na promoção da governança corporativa sustentável e no fortalecimento das práticas ESG no ambiente empresarial.

No entanto, devido à baixa taxa de respostas, o questionário também foi compartilhado em grupos de contabilistas dos quais o autor é membro. Como esses grupos incluem profissionais da área contábil, mas sem confirmação formal de que todos são efetivamente inscritos no CRC-Go, pode haver variação na composição final da amostra. Essa situação foi considerada dentro da margem de erro amostral de 5%, sem prejuízo à validade das análises realizadas. O período de aplicação ocorreu entre 02 de janeiro de 2025 e 24 de janeiro de 2025, com as respostas coletadas e protegidas pelo *Google Forms*.

De acordo com Zanella (2013), o questionário é uma ferramenta de coleta de dados, composta por uma sequência estruturada de questões descritivas (perfis socioeconômicos, tais como renda, idade, grau de instrução, ocupação e outros), comportamentais (padrões de consumo, comportamento social, econômico e pessoal, entre outros) e preferenciais (opinião e avaliação de uma determinada situação).

O questionário utilizado na pesquisa, intitulado “Barreiras e Desafios na Integração de Práticas ESG na Contabilidade”, foi estruturado em cinco seções principais para abordar de forma abrangente o tema investigado:

Parte 1: Perfil do Respondente

Essa seção buscou coletar informações demográficas e profissionais dos participantes, como idade, gênero, experiência profissional e vínculo organizacional, a fim de caracterizar o público-alvo da pesquisa.

Parte 2: Percepções sobre Práticas ESG

Focou em compreender como os respondentes percebem a relevância e a aplicação de práticas ESG nas empresas e a importância dessas práticas para a contabilidade e a GC.

Parte 3: Barreiras Internas e Externas na Implementação de ESG

Abordou os desafios enfrentados pelos contabilistas, tanto no ambiente organizacional quanto em relação a fatores externos, como regulamentação, cultura organizacional e disponibilidade de recursos.

Parte 4: Formação e Capacitação para ESG

Explorou o nível de preparação dos profissionais contábeis para lidar com as demandas de ESG, investigando a adequação da formação acadêmica, oferta de treinamentos e programas de capacitação.

Parte 5: Perguntas Abertas

Incluiu questões qualitativas abertas para que os respondentes pudessem expressar opiniões detalhadas, sugerir melhorias ou compartilhar experiências relacionadas à integração de práticas ESG na contabilidade.

Essa estruturação permitiu uma análise diversificada, integrando dados quantitativos e qualitativos, essenciais para responder aos objetivos da pesquisa.

De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações, como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. Geralmente assumem a forma de levantamento (*survey*).

No quadro, a seguir, a definição da pesquisa descritiva e exploratória:

Quadro 06 – Definição de pesquisa descritiva e pesquisa exploratória

Tipos de Pesquisa	Definição
Pesquisa descritiva	As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título, e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.
Pesquisa exploratória	Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Fonte: GIL (2002) – elaborado pelo autor.

Foi empregada uma abordagem mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, de modo a capturar tanto a profundidade quanto a amplitude do fenômeno em análise. A lógica da integração de dados é de oferecer possibilidade(s) de resposta(s) que não seria(m) atingida(s) pela explanação de apenas uma ou outra abordagem (quantitativa e qualitativa), e, tampouco, se estas abordagens forem meramente sobrepostas, mas não, de fato, integradas (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Conforme Oliveira (2020), sendo um paradigma científico em construção (e até mesmo pela natureza da ciência), é esperado que os pressupostos que envolvem as pesquisas de métodos mistos tenham movimentos de idas e vindas, bem como de evolução. Isso inclui com ênfase a integração de dados como um fator que confirma/confere ao estudo o *status* de pesquisa mista.

Segundo Minc *et al.* (2022), a pesquisa de métodos mistos é uma abordagem que integra intencionalmente métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos para responder a uma questão de pesquisa. A marca registrada da pesquisa de métodos mistos é o foco no *design* de estudos que integram dados quantitativos e qualitativos, produzindo resultados maiores do que qualquer método poderia produzir por si só.

De acordo com Ma *et al.* (2022): "... a pesquisa qualitativa visa entender e descrever experiências e percepções subjetivas." Ainda para os autores, a pesquisa qualitativa pode envolver métodos mistos, nos quais métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos são combinados, desempenhando um papel cada vez maior na pesquisa.

Sawatsky *et al.* (2019) demonstram que a pesquisa qualitativa foi desenvolvida originalmente dentro das ciências sociais e, de acordo com esses pesquisadores: "... a pesquisa qualitativa é uma 'atividade situada', o que significa que a pesquisa e as observações são feitas no mundo real, de uma situação da vida real."

Nesse sentido, Cooper e Schindler (2016) demonstram que: "... a pesquisa qualitativa visa atingir o entendimento profundo de uma situação" e "... o objetivo da pesquisa qualitativa é a imersão do pesquisador no fenômeno a ser estudado."

De acordo com Sawatsky *et al.* (2019), os pesquisadores qualitativos buscam "dar sentido" aos significados que os participantes da pesquisa trazem para diferentes fenômenos, para permitir uma maior compreensão desses fenômenos. Por meio da pesquisa qualitativa, os observadores compreendem as crenças e valores dos participantes e a maneira como essas crenças e valores são moldados pelo contexto em que são estudados.

Segundo Pagotto e Borges (2023), acredita-se que a pesquisa quantitativa possui múltiplas potencialidades, sobretudo, associada ao uso de dados oriundos de fontes secundárias, apresentando, assim, contribuições sociais e gerenciais. De acordo com eles: "... no Brasil, a abordagem qualitativa é o método mais utilizado nas pesquisas em empreendedorismo."

Ainda para os autores: "... os preceitos sobre pesquisa quantitativa apresentados podem apoiar gestores que atuam com análises de dados na formulação de estudos mais robustos, independente da área de atuação, seja prático ou acadêmico".

O questionário foi elaborado com base nos objetivos específicos do estudo e aplicado junto aos profissionais da contabilidade. A escolha dessa população justifica-se pela relevância do tema para o exercício profissional dos contabilistas e pelo papel central que desempenham na adoção de práticas ESG e na GC. Para Costa (2011), população e amostra estão diretamente relacionadas com a inferência estatística:

> [...] a população e a amostra estão diretamente relacionadas com a inferência estatística. Geralmente, a partir da amostra obtêm-se os dados e as estatísticas que, por meio da inferência estatística, permitem-nos entender de uma maneira mais clara a população de referência.

Conforme CFC (2024), temos 10.176 profissionais na categoria de contador (6.140 do sexo masculino, e 4.036 do feminino), e 3.303 profissionais na categoria de técnico (2.385 do sexo masculino, e 918 do feminino), nas quais o estado de Goiás concentra um montante de 30,0636% de todos os profissionais ativos inscritos da região Centro-Oeste, perdendo somente para o Distrito Federal na quantidade de inscritos ativos, conforme representado na Figura 06, a seguir:

Figura 06 – Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais agrupados por Categoria



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Vice-Presidência de Registro - Coordenadoria de Registro

Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria -26/08/2024

Conselhos(s) em manutenção: SP

26/08/2024 Pesquisar

	Contador						Técnico						Total		
Estado	Masculino	%	Feminino	%	SubTotal	%	Masculino	%	Feminino	%	SubTotal	%	Total	% Na Região	% Brasil
Região: Centro-Oeste															
DF	6.312	44,7406	4.409	31,2518	**10.721**	75,9923	2.199	15,5869	1.188	8,4208	**3.387**	24,0077	**14.108**	31,4665	3,7473
GO	6.140	45,5523	4.036	29,9429	**10.176**	75,4952	2.385	17,6942	918	6,8106	**3.303**	24,5048	**13.479**	30,0636	3,5802
MS	2.841	37,7241	2.594	34,4443	**5.435**	72,1684	1.360	18,0587	736	9,7729	**2.096**	27,8316	**7.531**	16,7971	2,0003
MT	4.222	43,4496	3.990	41,0621	**8.212**	84,5117	1.117	11,4953	388	3,9930	**1.505**	15,4883	**9.717**	21,6728	2,5810
TOTAL	**19.515**	**43,5263**	**15.029**	**33,5207**	**34.544**	**77,0469**	**7.061**	**15,7489**	**3.230**	**7,2042**	**10.291**	**22,9531**	**44.835**	**100,0000**	**11,9087**

Fonte: CFC (2024)

Segundo Andrade (2020), o tamanho da amostra para um estudo precisa ser estimado no momento em que o estudo é proposto; uma amostra muito grande é desnecessária e antiética, e uma amostra muito pequena é anticientífica e também antiética. O tamanho da amostra necessário pode ser calculado, usando *software* estatístico, com base em certas suposições. Se nenhuma suposição puder ser feita, então um tamanho de amostra arbitrário é definido para um estudo piloto.

Nesse mesmo viés, Bolarinwa (2020) demonstra que o tamanho da amostra é uma das considerações importantes na fase de planejamento de uma proposta de pesquisa, mas os pesquisadores frequentemente enfrentam desafios para estimar o tamanho válido da amostra.

O tamanho da amostra da pesquisa, de acordo com Santos (2024), é de 266 contabilistas, com um erro amostral de 5%, e um nível de confiança de 90%, quando utilizado esse cálculo para pesquisa em ciências sociais.

Por fim, segue a fórmula utilizada para o cálculo do tamanho da amostra:

Fórmula de cálculo: $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) / Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot N - 1$

em que: n = amostra calculada, N = população, Z = variável normal, p = real probabilidade do evento, e = erro amostral.

Fonte: SANTOS (2024)

A amostragem utilizada nesta pesquisa é não probabilística, composta por uma parte referente aos respondentes que acessaram voluntariamente (autosseleção) o questionário por meio da divulgação oficial do CRC-Go, e outra parte, composta por respondentes que participaram voluntariamente (autosseleção) a partir da divulgação em grupos profissionais de contabilistas. Devido a essa característica, as inferências (análises) realizadas são

predominantemente descritivas, exploratórias e interpretativas, sem a intenção de inferência estatística rigorosa para toda a população contábil. De acordo com Etikan *et al.* (2016): "...a amostragem não probabilística pode ser usada quando a pesquisa não visa gerar resultados que serão usados para criar generalizações pertinentes a toda a população".

Os dados coletados foram agrupados em planilhas do *Excel* por Seção, conforme divisão do questionário, e enviados para o *ChatGpt* para confirmar e corroborar as respostas e análises. A pesquisa seguiu o método de Análise de Dados Mista (*Mixed Methods Analysis*), combinando estatística descritiva, análise fatorial, análise de correspondência e análise de conteúdo. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais ampla das barreiras enfrentadas pelos contabilistas na adoção de práticas ESG, utilizando técnicas robustas para validar os achados. Os dados foram submetidos a procedimentos de análise multivariada, utilizando principalmente as técnicas de análise fatorial e análise de correspondência.

A análise fatorial foi aplicada para identificar agrupamentos latentes de variáveis, enquanto a análise de correspondência buscou explorar associações entre categorias qualitativas dos dados. Essa abordagem visa assegurar um exame robusto e aprofundado das relações entre as variáveis, oferecendo subsídios para responder à pergunta de pesquisa e atender aos objetivos propostos. De acordo com Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010), cargas fatoriais acima de 0,40 já são consideradas aceitáveis para interpretação na análise fatorial, sendo recomendável o uso de valores superiores a 0,50 para garantir maior confiabilidade na associação entre variáveis e fatores.

Paranhos *et al.* (2016) demonstram que: "... por exemplo, ao utilizar um modelo de análise multivariada para estimar o valor da variável dependente, o pesquisador está interessado em identificar o impacto de cada fator sobre a variável resposta. Uma forma de integrar a estratégia de análise é realizar um estudo de caso com o mesmo objetivo".

De acordo com Hair *et al.* (2009), análise fatorial pode ser definida como:

> Análise fatorial é uma técnica de interdependência[3], cujo propósito principal é definir a estrutura inerente entre as variáveis na análise. Obviamente, variáveis têm um papel chave em qualquer análise multivariada. Se estivermos fazendo uma previsão de vendas com regressão, prevendo sucesso ou fracasso de uma nova empresa com análise discriminante, ou usando qualquer uma das demais técnicas multivariadas, devemos ter um conjunto de variáveis sobre o qual deve-se formar relações (p. ex., quais são as variáveis que melhor preveem vendas ou sucesso/fracasso?) Como tais, as variáveis são os alicerces fundamentais das relações.

[3] Classificação de técnicas estatísticas nas quais as variáveis não são divididas em conjuntos dependentes e independentes; ou seja, todas as variáveis são analisadas como um único conjunto (por exemplo, análise fatorial) (HAIR *et al.*, 2009).

De acordo com os autores, análise de correspondência é um método híbrido de escalonamento multidimensional (MDS) no sentido de que utiliza dados não métricos cruzados, para criar mapas perceptuais que podem posicionar as categorias de todas as variáveis em um único mapa. Fazendo isso, ela estende a análise MDS[4] para todo um domínio de questões de pesquisa previamente não tratáveis pelos métodos MDS tradicionais.

A metodologia apresentada reflete o compromisso com a rigorosidade científica e a relevância prática, possibilitando não apenas ampliar o conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também oferecer subsídios para ações concretas no âmbito profissional. É raro que os pesquisadores iniciem seus estudos sem primeiro, aplicar técnicas bibliométricas e cienciométricas, para obter *insights* sobre o cenário científico, identificar lacunas de conhecimento e descobrir, com mais precisão, o estado da arte em um campo de pesquisa específico (SAHOO, 2022;FAVARETTO *et al.*, 2019).

Para Pessin *et al.* (2023), é altamente aconselhável que o pesquisador fundamente o processo científico em uma metodologia consistente e gerenciável, iniciando com uma sequência de passos claramente definidos e estruturados. Um método bem empregado possui grande capacidade para guiar a redação científica de maneira eficaz, em diversas fases de execução.

De acordo com Munaro (2022): "... a escrita acadêmica é baseada em evidências científicas, buscando responder a uma questão de pesquisa específica por meio de raciocínio pragmático, métodos consistentes com objetivos e uma estratégia de busca sistemática."

Por fim, de acordo com Aria e Cuccurullo (2017), De Carvalho *et al.* (2020) e Donthu *et al.* (2021), em contextos empresariais e acadêmicos, a pesquisa deve se basear na análise de dados, empregando métodos e tecnologias que proporcionem racionalidade ao processo de produção científica. Além disso, é necessário relacionar as fronteiras do saber sob a perspectiva de certos autores e periódicos sobre um tema específico, revelando detalhes significativos da evolução da ciência por meio de dados científicos.

[4] O MDS se refere a uma série de técnicas que ajudam o pesquisador a identificar dimensões-chave inerentes a avaliações feitas por respondentes quanto a objetos e, então, posicionar tais objetos nesse espaço dimensional. Por exemplo, o MDS frequentemente é usado em *marketing* para identificar dimensões-chave inerentes a avaliações que os consumidores fazem quanto a produtos, serviços ou empresas (HAIR *et al.*, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados obtidos, com base nas respostas dos 46 respondentes do questionário, analisando as informações quantitativas e qualitativas, fazendo, então, uma análise mista, em relação aos objetivos da pesquisa. Os resultados estão organizados de forma a abordar o objetivo geral e cada objetivo específico, juntamente com a questão de pesquisa central.

Reforça-se que a análise foi feita de forma mista, destacando o método utilizado para cada parte. A obtenção de apenas 46 respostas pode ser atribuída a diversos fatores que influenciam as taxas de resposta em pesquisas acadêmicas. Conforme discutido por Faria (2024), as causas para a não resposta podem incluir dificuldades de contato, recusas dos participantes em colaborar e, até mesmo, inabilidades, como barreiras linguísticas. Além disso, preocupações com a segurança, excesso de pesquisas, extensão dos questionários e questões de privacidade são fatores que podem contribuir para a recusa dos respondentes.

A taxa de não resposta em pesquisas amostrais pode representar um potencial viés, especialmente quando a amostra obtida não reflete adequadamente as características da população investigada. No entanto, estudos indicam que a validade dos resultados pode ser preservada quando há diversidade nos perfis dos respondentes e aplicação de metodologias robustas de análise (IBRE, 2023). No presente estudo, ainda que a taxa de resposta tenha sido reduzida, a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas possibilitou uma análise mais aprofundada dos desafios enfrentados pelos contabilistas na implementação de práticas ESG, garantindo coerência com a literatura existente.

Segundo Andrade (2020), os baixos índices de resposta podem ser mitigados por estratégias de engajamento, como convites personalizados, lembretes programados e incentivos à participação. No entanto, mesmo com a aplicação dessas estratégias, a dificuldade em obter altas taxas de resposta persiste, particularmente em populações profissionais ocupadas, como a dos contabilistas.

A taxa de resposta obtida, nesta pesquisa, foi de 46 respondentes, representando, aproximadamente, 17,3% do tamanho da amostra esperada de 266 contabilistas. Embora seja considerada baixa, é essencial analisar se essa taxa impactou a confiabilidade e a representatividade dos resultados.

Impactos potenciais da baixa taxa de resposta

1. Representatividade da Amostra: Uma taxa de resposta reduzida pode levantar preocupações sobre a representatividade dos respondentes em relação ao universo de pesquisa. No entanto, como os respondentes foram selecionados a partir de uma população bem definida (os contabilistas), os dados refletem percepções válidas dentro do contexto estudado. Estudos, como de Andrade (2020), apontam que a representatividade pode ser preservada se os respondentes forem semelhantes em características-chave, como por exemplo, tempo de experiência e nível de capacitação.
2. Possível Viés de Não Resposta: O viés de não resposta ocorre quando os não respondentes possuem características ou percepções significativamente diferentes dos que responderam ao questionário. Por exemplo, contabilistas menos engajados com práticas ESG podem ter ignorado a pesquisa, enquanto aqueles mais interessados no tema foram mais propensos a responder. No entanto, não há evidências diretas, neste estudo, que indiquem um viés severo de não resposta.
3. Generalização dos Resultados: Apesar do número reduzido de respondentes, a amostra coletada apresentou diversidade em termos de idade, gênero, tempo de experiência e nível de formação. Isso reforça a possibilidade de que os resultados possam ser generalizáveis dentro do universo de profissionais contábeis, especialmente considerando que a análise qualitativa trouxe *insights* detalhados sobre as percepções e desafios enfrentados, porém, as inferências realizadas são unicamente interpretativas, sem a intenção de inferência estatística rigorosa para toda a população contábil.

Mitigação dos impactos

Conforme apontado por Andrade (2020), estratégias como o uso de questionários curtos, lembretes programados e incentivos poderiam ter aumentado a taxa de resposta. Ainda assim, a baixa taxa não invalida os resultados, especialmente porque a combinação de análise quantitativa, qualitativa e triangulação de métodos reforça a robustez das conclusões.

Embora a pesquisa tenha apresentado uma baixa taxa de resposta, essa limitação não comprometeu, de forma significativa, a qualidade ou a relevância dos resultados. A amostra coletada foi composta por respondentes com diversidade demográfica e profissional, o que contribuiu para a representatividade do estudo. Essa diversidade assegurou uma análise mais ampla e detalhada das percepções sobre as barreiras e desafios enfrentados pelos contabilistas, na implementação de práticas ESG.

As análises qualitativas desempenharam um papel essencial ao complementar e aprofundar os achados quantitativos. Enquanto os dados numéricos permitiram identificar tendências e padrões gerais, as respostas abertas forneceram *insights* específicos sobre as percepções dos contabilistas, especialmente no que diz respeito à necessidade de capacitação, regulamentação e apoio organizacional.

Além disso, a triangulação de métodos garantiu consistência e robustez nos resultados. A combinação de análises descritivas, fatoriais e qualitativas proporcionou uma visão integrada e alinhada à literatura existente, que também aponta para os desafios estruturais e institucionais na adoção de práticas ESG.

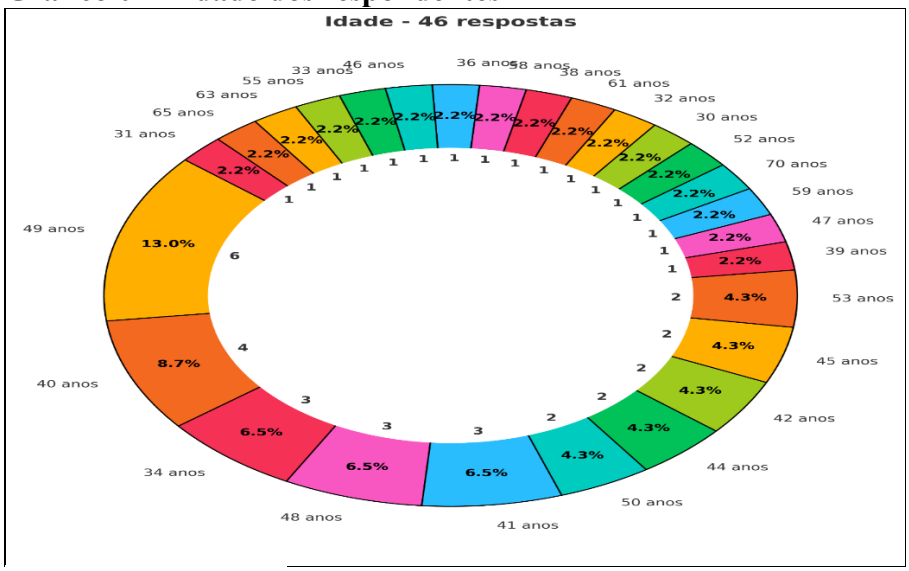
Portanto, os resultados da pesquisa são válidos e relevantes, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dificuldades enfrentadas pelos contabilistas no contexto da sustentabilidade corporativa e reforçando a necessidade de políticas públicas, capacitação técnica e maior alinhamento organizacional para a efetiva implementação de práticas ESG.

Por fim, embora a taxa reduzida de respostas possa limitar a generalização para todo o universo de profissionais do CRC-Go, os resultados são robustos para ilustrar as percepções e barreiras mais relevantes, no contexto do ESG na contabilidade.

4.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS – SEÇÃO PARTE 1

Nesta seção, ao analisar o perfil dos respondentes, foram questionados alguns aspectos, como tempo de experiência profissional, tipo de empresa em que trabalha, nível de formação acadêmica, o que a pessoa entende sobre o conceito de ESG, participação em treinamentos sobre ESG ao longo da carreira. Esses itens contribuíram para identificar as características gerais dos respondentes e contextualizar os resultados da pesquisa.

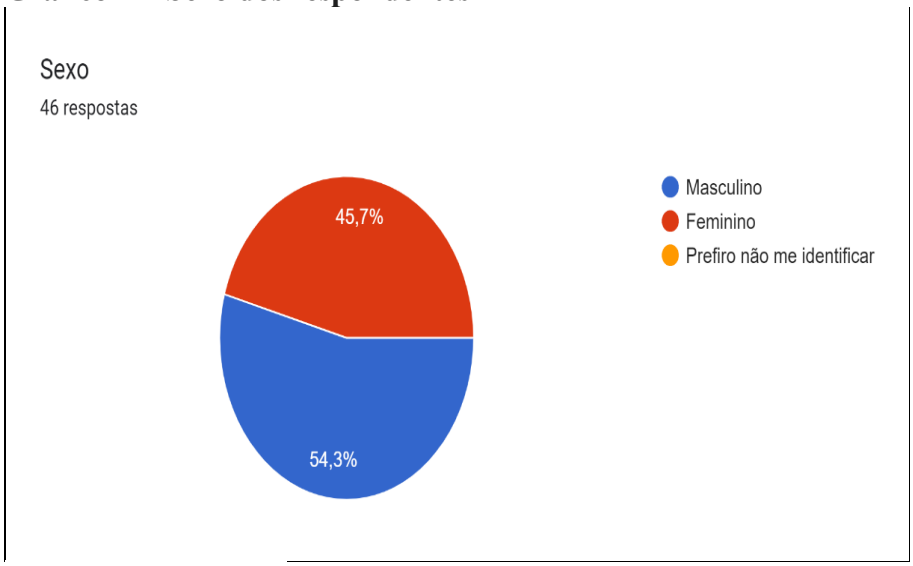
Gráfico 01 – Idade dos respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à idade, o perfil dos respondentes variou entre 30 e 70 anos, com a maioria concentrada na faixa etária de 49 anos, representando 13%, segundo o Gráfico 01, sendo essa a idade predominante no momento das respostas.

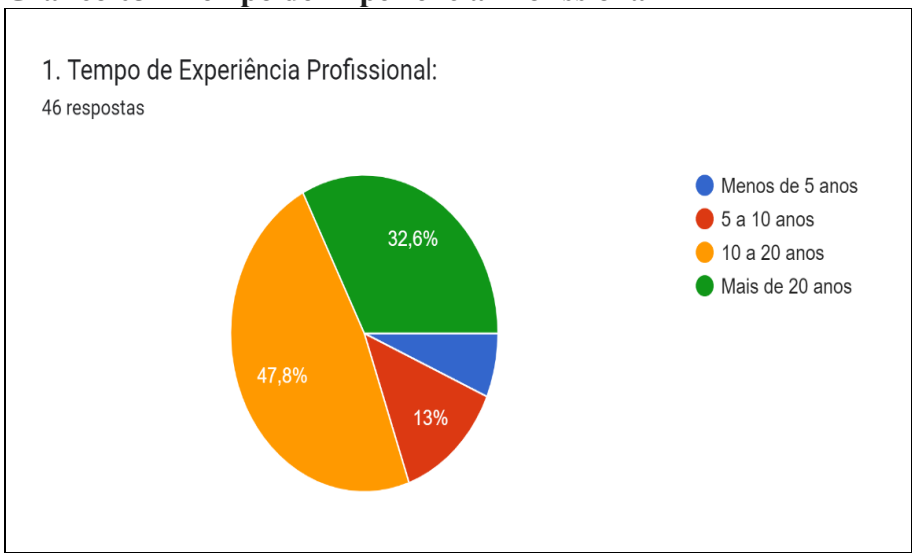
Gráfico 2 – Sexo dos respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao sexo, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, acima, 54,3% dos respondentes identificaram-se como do sexo masculino.

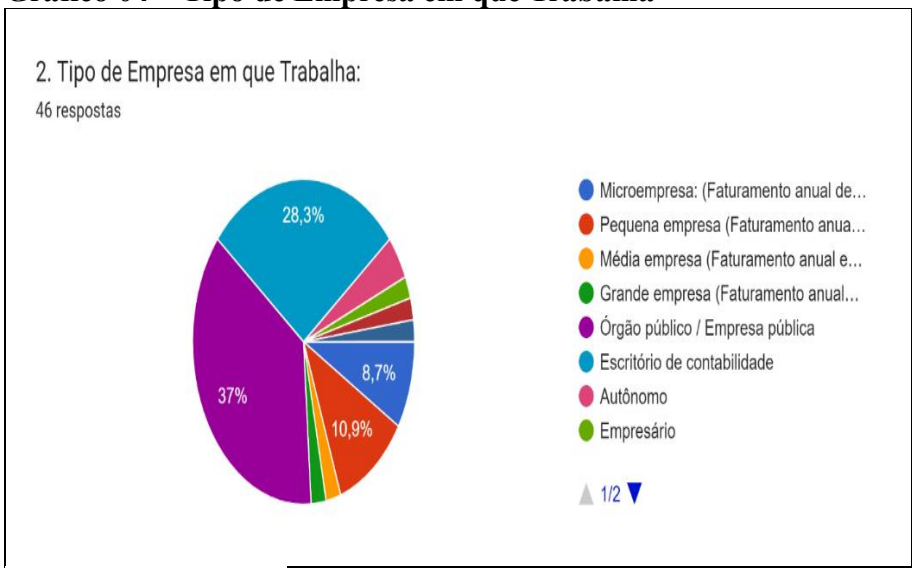
Gráfico 03 – Tempo de Experiência Profissional



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme ilustrado no Gráfico 03, os dados revelaram que 47,8% dos respondentes possuem entre 10 e 20 anos de experiência profissional. Esse dado reforça a relevância da formação e capacitação contínua para assegurar que esses profissionais estejam preparados para atender às crescentes demandas relacionadas às práticas ESG.

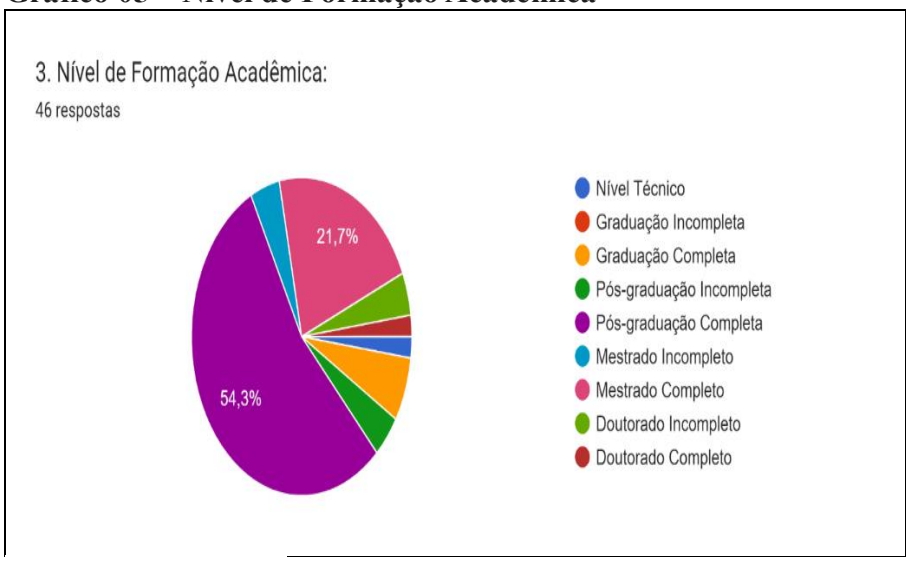
Gráfico 04 – Tipo de Empresa em que Trabalha



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao tipo de empresa em que trabalham, os dados indicam que 37% dos respondentes atuam em órgãos públicos ou empresas públicas. Esse resultado destaca a relevância do setor público na aplicação e implementação de práticas ESG, considerando seu impacto significativo na transparência e GC, segundo o Gráfico 04.

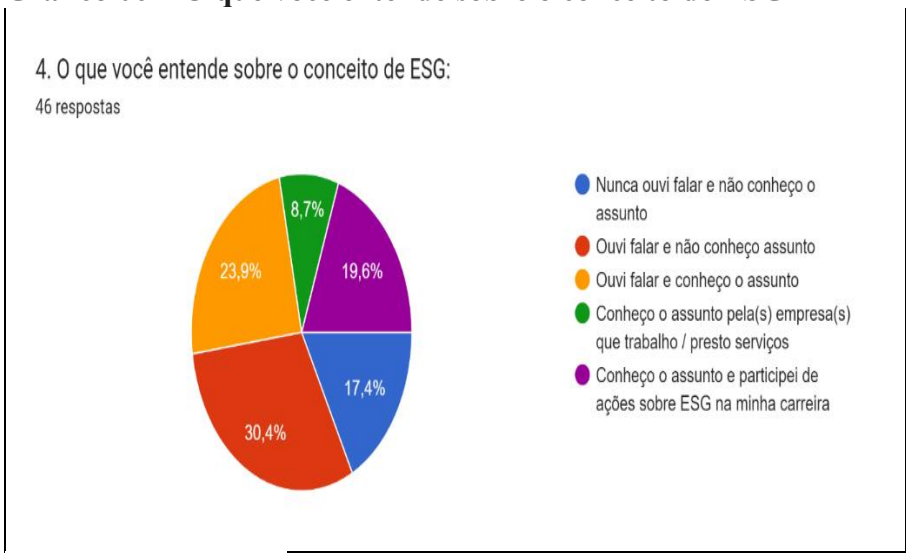
Gráfico 05 – Nível de Formação Acadêmica



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados coletados revelam que 54,3% dos respondentes possuem pós-graduação completa, evidenciando um alto nível de qualificação acadêmica entre os participantes da pesquisa. Esse resultado, demonstrado no Gráfico 05, reflete o compromisso dos profissionais em buscar formação continuada, o que pode influenciar positivamente na implementação e entendimento das práticas ESG no ambiente organizacional.

Gráfico 06 – O que você entende sobre o conceito de ESG

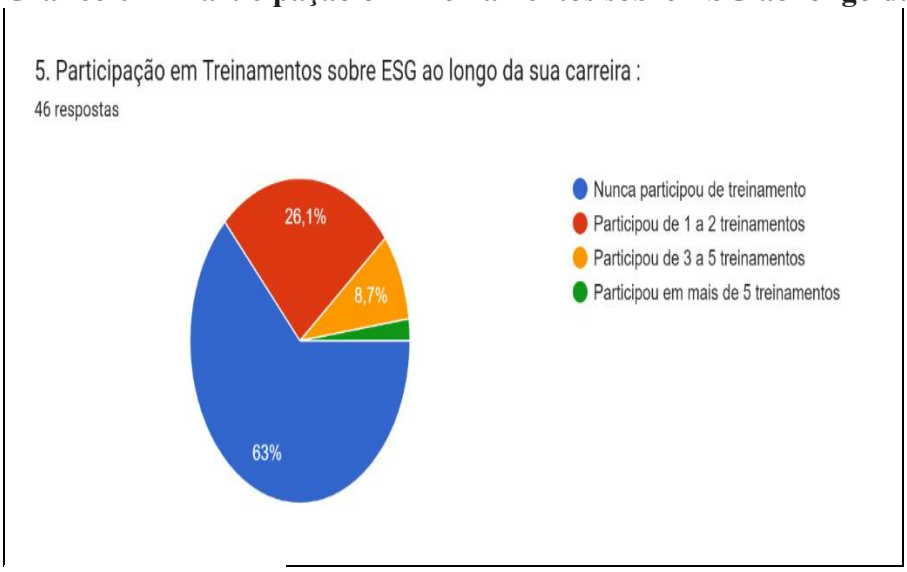


Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação ao entendimento sobre o conceito de ESG, os dados mostram que 30,4% dos respondentes afirmaram já ter ouvido falar sobre o tema, mas não possuem um conhecimento aprofundado sobre o assunto, conforme ilustrado no Gráfico 06. Esse resultado evidencia a necessidade de maior disseminação de informações e capacitações relacionadas ao tema, visando ampliar o entendimento e a aplicação prática de ESG no contexto organizacional.

De acordo com o Gráfico 07, abaixo, observa-se que 63% dos respondentes nunca participaram de treinamentos sobre ESG. Esse dado é preocupante, pois revela uma lacuna significativa na capacitação dos profissionais contábeis, em relação ao tema. Dessa forma, recomenda-se que o CRC-Go amplie seus esforços na divulgação do assunto, incluindo em sua grade de capacitação cursos e informações mais aprofundadas sobre ESG, com o objetivo de preparar os profissionais para as demandas atuais do mercado e fortalecer a GC, por meio da adoção de práticas sustentáveis.

Gráfico 07 – Participação em Treinamentos sobre ESG ao longo da sua carreira



Fonte: Dados da Pesquisa.

Nas próximas seções, para as análises, os dados coletados foram sistematicamente avaliados de forma quantitativa e qualitativa. Cada seção da pesquisa foi explorada para identificar padrões, tendências e associações que pudessem contribuir para responder à pergunta de pesquisa proposta. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, análise fatorial, de correspondência, representações gráficas e interpretação dos dados qualitativos categorizados, garantindo uma compreensão abrangente dos resultados obtidos. A seguir, apresentam-se os principais *insights* e implicações encontrados em cada etapa do estudo.

4.1.1 Análise dos Resultados Seção Parte 2 – Análise descritiva, fatorial e de correspondência – Para Dados Quantitativos (Escala *Likert*)

Na Seção Parte 2, estão as percepções sobre as práticas ESG, sobre as quais foram analisadas cinco perguntas que foram respondidas pelos participantes da pesquisa:

1. A contabilidade desempenha um papel essencial na mensuração dos indicadores ESG.
2. As práticas contábeis facilitam a transparência na divulgação de relatórios ESG.
3. A implementação de práticas ESG melhora a imagem da empresa perante os *stakeholders*.
4. A integração das práticas ESG na contabilidade contribui para a competitividade empresarial.
5. A inclusão de indicadores ESG aumenta a relevância das informações contábeis.

Na Tabela 01, são apresentados os cálculos das estatísticas descritivas referentes às respostas quantitativas da pesquisa, para a Seção Parte 2. Esses cálculos incluem a média, o desvio padrão, bem como os valores mínimos e máximos para cada pergunta analisada. A média oferece uma visão geral das tendências centrais das respostas, enquanto o desvio padrão reflete a variabilidade dos dados em relação à média. Os valores mínimo e máximo, por sua vez, indicam a amplitude das respostas dadas pelos participantes, permitindo uma análise mais detalhada sobre a distribuição dos dados coletados.

Tabela 01 – Cálculos estatísticos descritivos

	Pergunta 1	Pergunta 2	Pergunta 3	Pergunta 4	Pergunta 5
Nº observações	46	46	46	46	46
Média	4,3695652	4,369565217	4,434782609	4,260869565	4,3695652
Desvio Padrão	0,9032951	0,927570199	0,806974429	0,880272246	0,8783494
Mínimo	1	1	1	1	1
25%	4	4	4	4	4
50%	5	5	5	4	5
75%	5	5	5	5	5
Máximo	5	5	5	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

De forma geral, os dados mostram respostas consistentes com uma tendência de valorização da contabilidade e das práticas ESG, uma vez que a média para todas as perguntas está próxima de 4,37, em uma escala de 1 a 5. O fato de todas as perguntas apresentarem uma média acima de 4 indica que os respondentes concordam, em geral, com as afirmações apresentadas. O desvio padrão médio está em torno de 0,90, sugerindo variação moderada nas percepções dos respondentes.

Analisando cada pergunta separadamente, percebe-se que a Pergunta 1, que consiste em: “A contabilidade desempenha um papel essencial na mensuração dos indicadores ESG”, apresentou média 4,37 e desvio padrão 0,90, ou seja, a maioria dos respondentes considera que a contabilidade é essencial para a mensuração ESG. A pequena variação indica consenso moderado.

Na Pergunta 2, que traz: “As práticas contábeis facilitam a transparência na divulgação de relatórios ESG”, a média foi a mesma da pergunta anterior e o desvio padrão, 0,93. Isso significa alto nível de concordância sobre o papel das práticas contábeis na transparência, embora a variação seja ligeiramente maior.

Entre todas as perguntas, a maior média foi a da Pergunta 3, que diz: “A implementação de práticas ESG melhora a imagem da empresa perante os *stakeholders*”, a média foi 4,43 e o desvio padrão também foi o menor, 0,81. Esses números estão indicando uma forte percepção positiva sobre o impacto das práticas ESG na reputação empresarial.

Por outro lado, a Pergunta 4, que consiste em: “A integração das práticas ESG na contabilidade contribui para a competitividade empresarial”, apresentou uma média ligeiramente menor, mas ainda alta, 4,26, e desvio padrão 0,88, sugerindo que os respondentes reconhecem a importância da integração ESG, mas com leve divergência de opiniões.

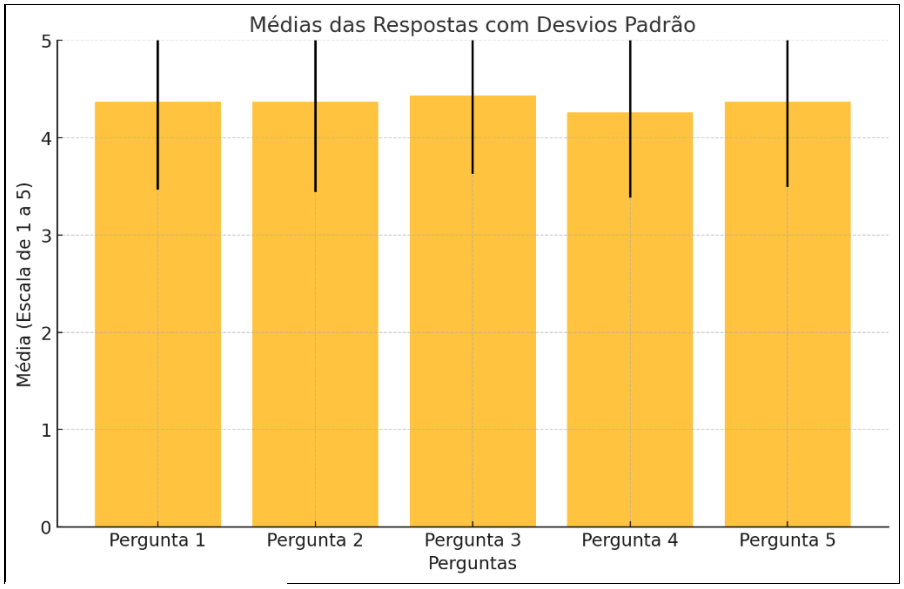
Para a Pergunta 5, que traz: “A inclusão de indicadores ESG aumenta a relevância das informações contábeis”, a média foi 4,37 e desvio padrão 0,88, o que implica em alta concordância sobre como os indicadores ESG fortalecem a relevância das informações contábeis.

A ocorrência de *outliers*, no caso, com respostas de valor mínimo (1 – Discordo Totalmente) pode indicar uma minoria que não percebe as práticas ESG como essenciais. Esses dados devem ser explorados qualitativamente para a compreensão dos motivos.

Desse modo, uma interpretação geral desses resultados pode ser feita, no que tange à valorização do ESG – a percepção dos contabilistas respondentes sobre a relevância da contabilidade no contexto ESG é amplamente positiva –; à competitividade e transparência – há forte concordância de que práticas ESG melhoram tanto a competitividade empresarial quanto a transparência nos relatórios –; e à leve divergência – algumas variações em perguntas, como a integração das práticas ESG na contabilidade, indicam possíveis barreiras ou desafios, que podem ser detalhados nas respostas qualitativas.

A seguir, os gráficos permitem visualizar os resultados, para melhor interpretá-los:

Gráfico 08 - Gráfico de Barras com Médias e Desvios Padrão – Seção Parte 2

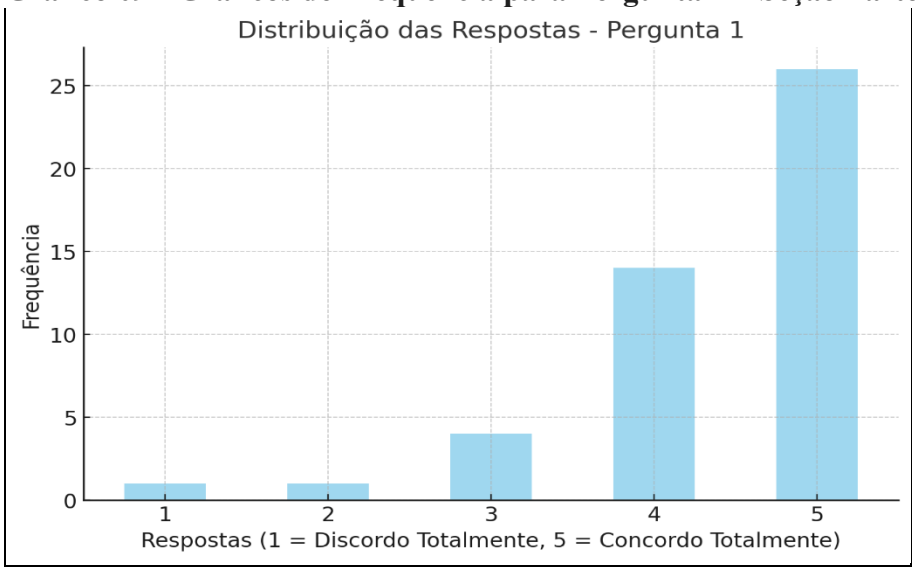


Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 08, acima, mostra as médias das respostas de cada pergunta na escala *Likert* (de 1 a 5), incluindo barras de erro que representam o desvio padrão, para evidenciar a variação nas opiniões. O gráfico evidencia que as médias (as barras maiores), para todas as perguntas, estão acima de 4, o que indica que os respondentes concordam com as afirmações relacionadas ao papel da contabilidade nas práticas ESG. O desvio padrão (a barra de erro - linhas verticais) indica a dispersão das respostas, ou seja, barras menores (ex.: Pergunta 3) mostram maior consenso entre os respondentes, enquanto as maiores (ex.: Pergunta 2) indicam mais divergência nas respostas.

Do Gráfico 09 ao 13, são gráficos de frequência, para cada pergunta. Eles detalham como os respondentes distribuíram suas respostas na escala *Likert*. O eixo X representa as opções de resposta (1 – Discordo Totalmente a 5 – Concordo Totalmente). O eixo Y mostra o número de respondentes que escolheram cada opção.

Gráfico 09 - Gráficos de Frequência para Pergunta 1 – Seção Parte 2

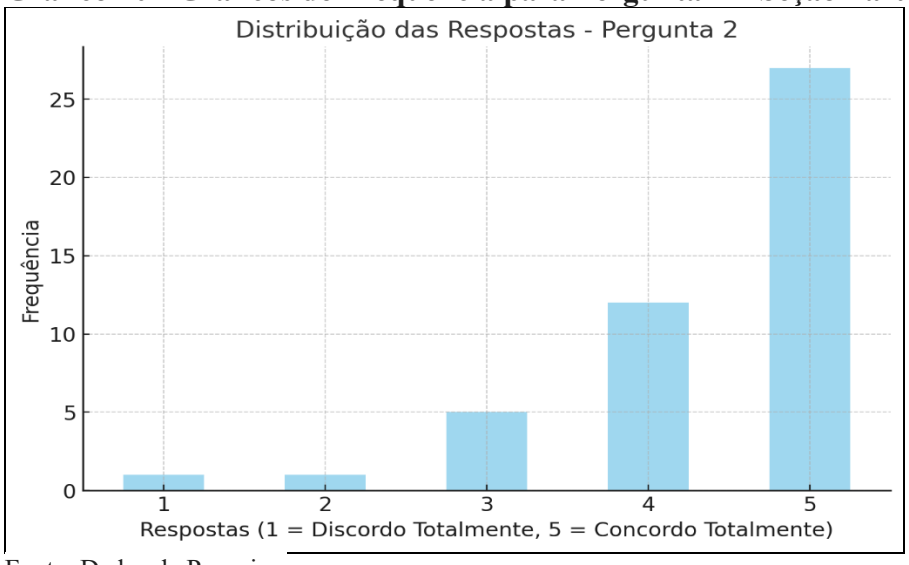


Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 09, acima, sobre a Pergunta 01 (“A contabilidade desempenha um papel essencial na mensuração dos indicadores ESG”), a maioria dos respondentes marcou 4 ou 5, significando concordância ampla, enquanto poucas foram as respostas em 1, 2 ou 3, indicando discordância mínima.

O Gráfico 10, a seguir, em relação à Pergunta 02 (“As práticas contábeis facilitam a transparência na divulgação de relatórios ESG”), teve o mesmo padrão de respostas, implicando em alta concordância sobre o papel das práticas contábeis na transparência.

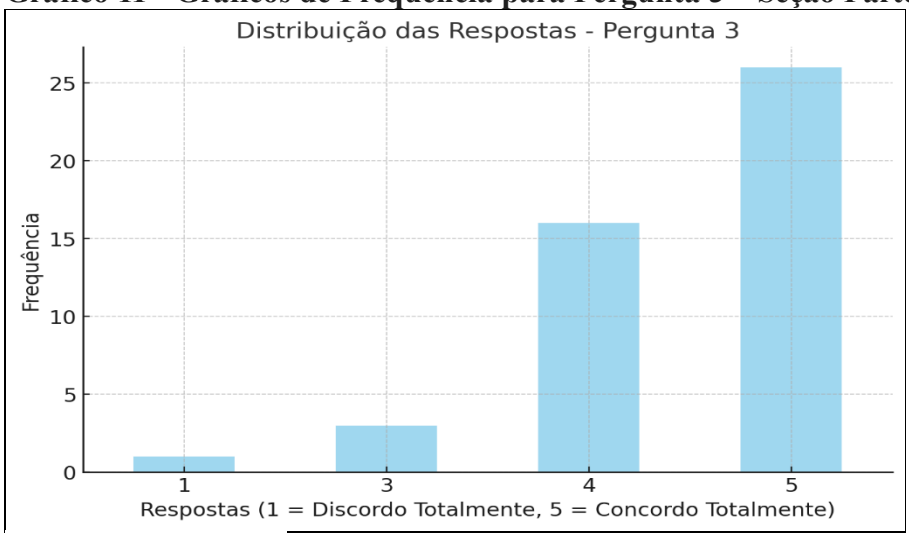
Gráfico 10 - Gráficos de Frequência para Pergunta 2 – Seção Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 11, abaixo, que trata da Pergunta 03 (“A implementação de práticas ESG melhora a imagem da empresa perante os *stakeholders*”), apesar de continuar a mesma tendência, percebe-se que há um aumento de resposta em 4 e não há respondentes em 2, implicando uma concordância maior de que é positivo o impacto das práticas ESG perante os *stakeholders*.

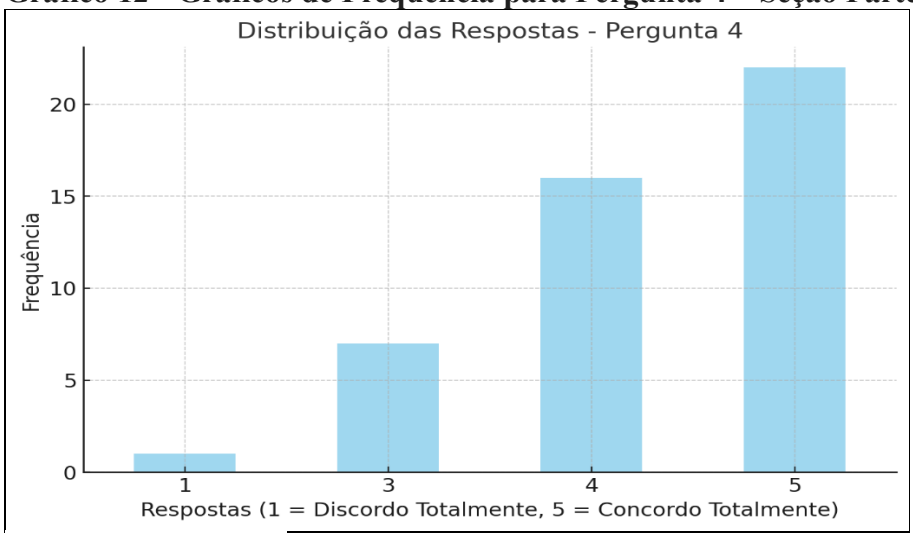
Gráfico 11 - Gráficos de Frequência para Pergunta 3 – Seção Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 12, a seguir, que trata da Pergunta 04 (“A integração das práticas ESG na contabilidade contribui para a competitividade empresarial”), também tem forte concentração em 4 e 5, mas apresenta uma leve dispersão maior, com alguns respondentes escolhendo 3, sugerindo que nem todos veem essa integração como essencial.

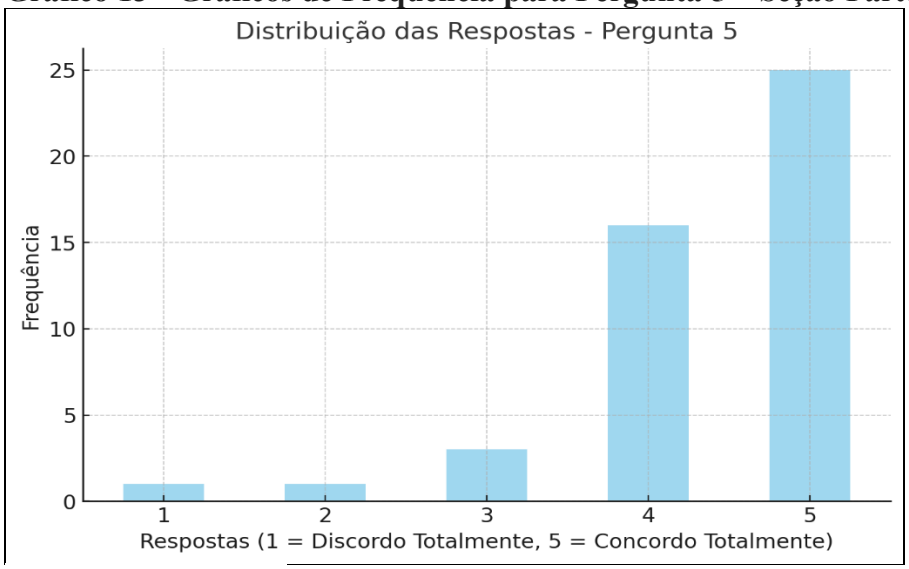
Gráfico 12 - Gráficos de Frequência para Pergunta 4 – Seção Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 13, abaixo, sobre a Pergunta 05 (“A inclusão de indicadores ESG aumenta a relevância das informações contábeis”), também concentrado em 4 e 5, e menor em 1, 2 ou 3, revela a concordância sobre como esses indicadores fortalecem a relevância das informações contábeis.

Gráfico 13 - Gráficos de Frequência para Pergunta 5 – Seção Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa.

A seguir, será realizada a análise fatorial dos resultados, aplicada aos dados da Parte 2.

4.1.1.1 – Análise fatorial dos resultados – Seção Parte 2

Nesta seção, serão apresentados os detalhes metodológicos, os resultados obtidos e as interpretações associadas à análise fatorial, aplicada aos dados da Parte 2.

Abaixo, a Tabela 02 traz a matriz de correlação para a análise fatorial. A matriz de correlação mostra o grau de relação entre as variáveis, que, neste caso, são as perguntas aplicadas na pesquisa.

A matriz de correlação apresentada segue a categorização proposta por Mukaka (2012) e Ratner (2009), que classifica as correlações da seguinte forma:

. Correlação muito fraca ou insignificante: 0 a 0,30

. Correlação fraca: 0,31 a 0,50

. Correlação moderada: 0,51 a 0,70

. Correlação forte: 0,71 a 0,90

. Correlação muito forte: > 0,90

Tabela 02 - Matriz de Correlação para a Análise Fatorial – Seção Parte 2

	Pergunta 1	Pergunta 2	Pergunta 3	Pergunta 4	Pergunta 5
Pergunta 1	1	0,814695612	0,62827325	0,546796219	0,69992837
Pergunta 2	0,81469561	1	0,55245494	0,478054289	0,65361606
Pergunta 3	0,62827325	0,552454937	1	0,712712137	0,74569745
Pergunta 4	0,54679622	0,478054289	0,71271214	1	0,59895624
Pergunta 5	0,69992837	0,653616069	0,74569745	0,59895624	1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Demonstra-se, aqui, uma interpretação dos dados para entender a adequação para a análise fatorial. Foi possível identificar as relações mais fortes, que seriam aquelas com os valores altos de correlação (acima de 0,50), o que indicaria que as variáveis podem estar associadas a um mesmo fator latente.

O próximo passo desta análise será utilizar o *heatmap* da matriz de correlação, o qual é uma ferramenta visual que permite explorar as relações entre as variáveis analisadas na Seção 2 da pesquisa, que aborda as percepções sobre práticas ESG na contabilidade.

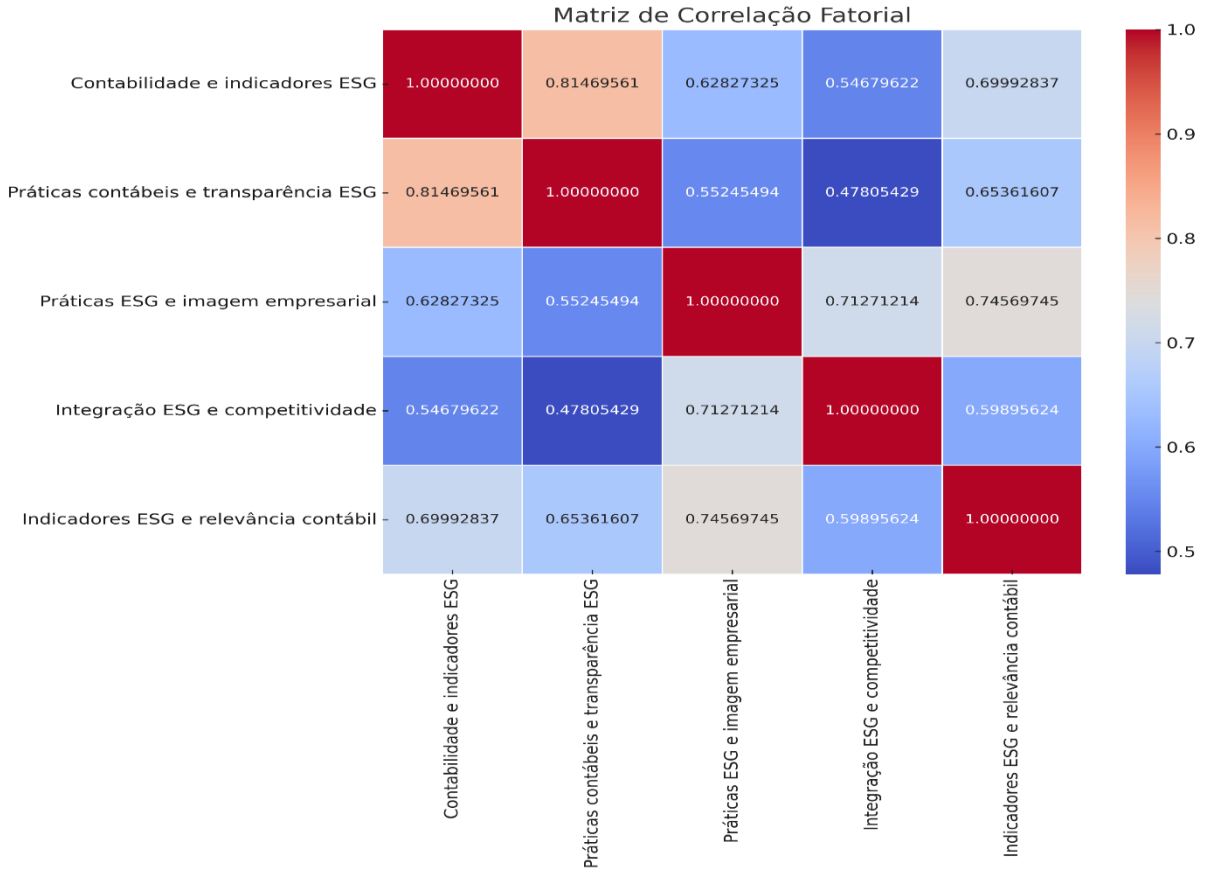
No contexto da análise fatorial, o *heatmap* é essencial para identificar padrões de agrupamento entre as variáveis, indicando quais itens possuem relações mais estreitas e podem formar fatores latentes. O *heatmap* é uma visualização da matriz de correlação, onde as cores indicam a intensidade da relação entre as perguntas. Ele facilita a identificação de variáveis fortes, moderadas e fracas. A representação gráfica das correlações, com variações de cores que vão de tons mais claros (correlações baixas ou negativas) a tons mais escuros (correlações altas e positivas), facilita a interpretação e destaca conexões relevantes entre as respostas dos participantes.

As cores vermelhas são intensamente positivas, indicam correlações fortes e positivas entre as perguntas, próximas de 1,00, por exemplo, se duas perguntas tiverem uma correlação próxima a 0,81, significa que os respondentes deram notas altas para ambas as perguntas. As cores azuladas inferem correlações negativas (próximas de -1,00), ou seja, quando uma variável tem um valor alto, a outra tende a ter um valor baixo, o que implica que quando houver correlações negativas fortes, próximas de -1,00, os respondentes veem as perguntas de maneira oposta (no *heatmap* analisado, abaixo, não há correlações negativas fortes, o que indica que todas as relações são positivas, ainda que com diferentes intensidades). Os tons claros indicam correlações fracas ou inexistentes, ou seja, as perguntas não estão estatisticamente relacionadas, por exemplo, se duas perguntas têm um valor próximo de 0,10, significa que não há uma relação clara entre os temas abordados por elas (no *heatmap* apresentado, abaixo, as menores

correlações observadas estão entre 0,48 e 0,55, o que indica relações moderadas, mas não inexistentes).

Esta análise é um passo inicial, crucial para determinar a adequação dos dados à análise fatorial, permitindo identificar possíveis redundâncias entre as variáveis e fornecer *insights* iniciais sobre as dimensões latentes que podem ser extraídas. A seguir, no Gráfico 14, são apresentados o *heatmap* da matriz de correlação e sua interpretação, destacando as implicações para a análise fatorial e os principais resultados encontrados.

Gráfico 14 – Matriz de Correlação – Seção Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa.

Do Gráfico 14, acima, é possível extrair análises que tem como objetivo de interpretar a percepção dos respondentes em relação à integração das práticas ESG, no contexto contábil. A matriz de correlação foi analisada com base na categorização de Mukaka (2012) e Ratner (2009), que classifica as correlações em muito fracas, fracas, moderadas, fortes e muito fortes. A interpretação dos dados permite identificar quais variáveis possuem maior relação segundo a percepção dos participantes da pesquisa.

Os resultados apontam que não foram identificadas correlações muito fracas ou insignificantes (0 a 0,30), o que sugere que todas as variáveis investigadas apresentam algum nível de associação, indicando que os respondentes reconhecem relações entre os fatores analisados.

No que tange às correlações fracas (0,31 a 0,50), observa-se que a variável Integração ESG e competitividade empresarial apresenta um índice de 0,478054 em relação à Práticas contábeis e transparência ESG. Esse achado sugere que, para os respondentes, a adoção de boas práticas ESG tem um papel na competitividade da empresa, embora sua conexão com a transparência dos relatórios contábeis ainda seja percebida de maneira mais sutil.

As correlações moderadas (0,51 a 0,70) indicam associações significativas entre algumas variáveis-chave, como a relação entre Práticas contábeis e transparência ESG e Práticas ESG e imagem empresarial (0.552455). Esse resultado sugere que os respondentes enxergam um vínculo importante entre a transparência contábil e a imagem que a empresa projeta perante os *stakeholders.* Além disso, a variável Indicadores ESG e relevância contábil apresentou correlações moderadas tanto com Integração ESG e competitividade empresarial (0.598956) quanto com Práticas contábeis e transparência ESG (0.653616). Esse achado evidencia que, na percepção dos respondentes, a inclusão de indicadores ESG contribui para reforçar tanto a relevância da contabilidade como um todo quanto sua aplicação para a competitividade empresarial.

As correlações fortes (0,71 a 0,90) são particularmente reveladoras, pois indicam conexões substanciais percebidas pelos respondentes. O vínculo mais forte foi observado entre Contabilidade e indicadores ESG e Práticas contábeis e transparência ESG (0.814696), sugerindo que os participantes da pesquisa percebem que a contabilidade desempenha um papel fundamental na promoção da transparência na divulgação dos indicadores ESG. Outro resultado relevante foi a forte relação entre Práticas ESG e imagem empresarial e Indicadores ESG e relevância contábil (0.745697), reforçando a percepção de que a adoção de práticas ESG está diretamente ligada à forma como a empresa é vista no mercado e à credibilidade das informações contábeis.

Importante destacar que não foram identificadas correlações muito fortes (> 0,90), com exceção da variável correlacionando com ela mesma (1,00), o que sugere que, embora existam relações expressivas entre as variáveis, não há sobreposição extrema entre elas. Isso pode indicar que os respondentes reconhecem que cada fator tem uma contribuição distinta na implementação das práticas ESG na contabilidade.

A partir da análise da matriz de correlação, é possível inferir de forma interpretativa que os respondentes percebem a contabilidade como um elemento central na estruturação e mensuração das práticas ESG. A transparência contábil e a divulgação de relatórios ESG emergem como fatores cruciais, sendo fortemente associados à credibilidade das empresas e à competitividade no mercado. Além disso, a adoção de práticas ESG é vista pelos participantes como um diferencial relevante na construção da imagem empresarial, reforçando o papel da contabilidade na governança e na conformidade regulatória.

Os principais achados apontam que:

1.A contabilidade é percebida como essencial na promoção da transparência ESG, conforme indicado pela forte correlação entre os respectivos fatores.

2.A integração dos indicadores ESG na contabilidade está moderadamente associada à competitividade empresarial, sugerindo que os respondentes reconhecem sua importância, mas não necessariamente como um fator determinante.

3.A imagem da empresa é fortemente impactada pela adoção de práticas ESG, demonstrando que a percepção do público e dos *stakeholders* pode ser influenciada diretamente pelas informações contábeis divulgadas.

A Tabela 03, abaixo, apresenta a matriz de correlação categorizada para uma compreensão ampla e interconectada desse determinado tema ou contexto.

Tabela 03 - Matriz de Correlação Categorizada – Seção Parte 2

	Contabilidade e indicadores ESG	Práticas contábeis e transparência ESG	Práticas ESG e imagem empresarial	Integração ESG e competitividade	Indicadores ESG e relevância contábil
Contabilidade e indicadores ESG	Muito Forte	Forte	Moderada	Moderada	Moderada
Práticas contábeis e transparência ESG	Forte	Muito Forte	Moderada	Fraca	Moderada
Práticas ESG e imagem empresarial	Moderada	Moderada	Muito Forte	Forte	Forte
Integração ESG e competitividade	Moderada	Fraca	Forte	Muito Forte	Moderada
Indicadores ESG e relevância contábil	Moderada	Moderada	Forte	Moderada	Muito Forte

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os achados, conforme a Tabela acima, reforçam a necessidade de um alinhamento cada vez maior entre as práticas contábeis e as diretrizes ESG, demonstrando que os profissionais da contabilidade desempenham um papel fundamental na consolidação dessas práticas dentro do ambiente corporativo.

4.1.1.2 Análise de correspondência dos resultados – Seção Parte 2

A análise de correspondência foi conduzida com base nas respostas de 46 participantes, buscando identificar padrões de associação entre as variáveis analisadas. Inicialmente, foram calculadas as médias das respostas para cada questão, conforme Tabela 04, a fim de sintetizar a percepção coletiva dos respondentes em relação ao papel da contabilidade na integração das práticas ESG. Essas médias serviram de base para a compreensão inicial dos dados, permitindo observar tendências gerais.

Tabela 04 – Cálculo das Médias das Respostas – Seção Parte 2

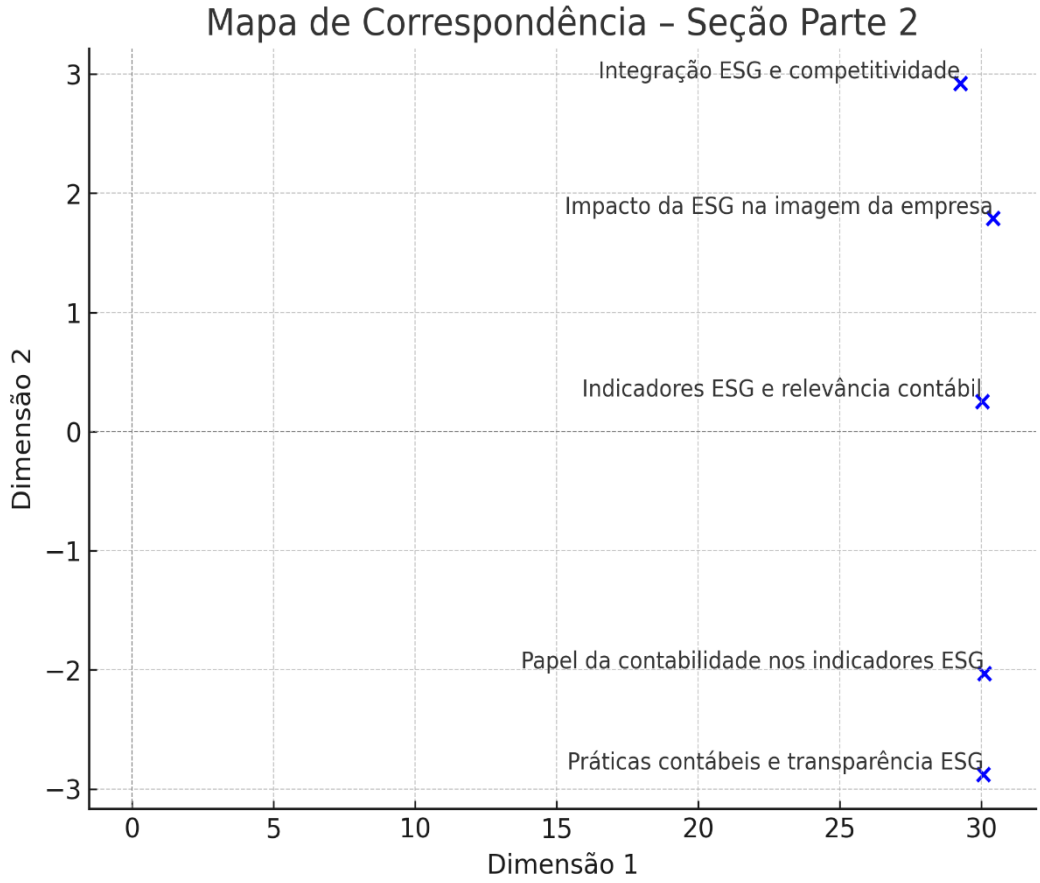
Variável	Média das Respostas	Posição no Eixo X	Posição no Eixo Y
Papel da contabilidade nos indicadores ESG	4,37	30,108	-2,028
Práticas contábeis e transparência ESG	4,37	30,088	-2,876
Impacto da ESG na imagem da empresa	4,43	30,428	1,789
Integração ESG e competitividade	4,26	29,264	2,924
Indicadores ESG e relevância contábil	4,37	30,041	0,254

Fonte: Dados da Pesquisa.

Entretanto, é importante destacar que a média das respostas não determina diretamente a posição das variáveis no gráfico. A análise de correspondência utiliza um método estatístico avançado, baseado na Decomposição em Valores Singulares (SVD), para transformar a matriz original de respostas em um novo sistema de coordenadas. Esse processo busca identificar associações entre as variáveis e projetá-las em um espaço bidimensional, onde a proximidade entre os pontos reflete a similaridade nas percepções dos participantes. Dessa forma, mesmo que duas variáveis apresentem médias semelhantes, elas podem aparecer distantes no gráfico caso as respostas individuais tenham padrões de variação distintos.

O Gráfico 15, a seguir, apresenta a disposição espacial de cinco variáveis relacionadas a percepção sobre as práticas ESG, a partir das respostas de 46 participantes.

Gráfico 15 – Mapa de Correspondência – Seção Parte 2



Fonte: Dados da Pesquisa.

Cada variável é representada por um ponto, cuja posição é determinada pela similaridade ou associação com as demais variáveis, conforme capturada pela análise de correspondência. Os eixos (Dimensão 1 e Dimensão 2) são combinações lineares das variáveis originais que concentram a maior parte da variabilidade dos dados, de modo que a proximidade entre os pontos indica maior afinidade ou associação de percepção entre as variáveis analisadas.

Observa-se que a variável “Práticas contábeis e transparência ESG” (posicionada mais próxima de “Papel da contabilidade nos indicadores ESG”) revela a percepção de que as rotinas contábeis desempenham papel fundamental na divulgação clara e confiável de informações ESG. Esse agrupamento sugere que, segundo os participantes, a contabilidade funciona como uma espécie de linguagem comum para validar a confiabilidade dos relatórios socioambientais.

Além disso, a variável “Integração ESG e competitividade” encontra-se relativamente próxima de “Impacto da ESG na imagem da empresa”, apontando que os respondentes consideram que a adoção de práticas ESG, quando bem incorporadas aos processos contábeis, contribui positivamente para a reputação corporativa e a vantagem competitiva. Em outras palavras, a partir da perspectiva dos respondentes, a empresa que integra aspectos ESG à contabilidade tende a obter maior reconhecimento e a fortalecer seu posicionamento no mercado.

No que se refere a “Indicadores ESG e relevância contábil”, sua proximidade com os demais itens evidencia que a quantificação e mensuração adequadas dos indicadores ESG são percebidas como partes integrantes e relevantes do processo contábil. Assim, reforça-se a ideia de que a contabilidade pode consolidar a credibilidade das informações ESG, possibilitando um maior nível de transparência e confiabilidade para *stakeholders* internos e externos.

Por fim, a dispersão observada no gráfico indica que, embora haja convergência de percepção sobre a importância de integrar ESG e contabilidade, nem todos os participantes respondentes da pesquisa, têm o mesmo grau de familiaridade ou concordância quanto à profundidade e à forma de implementação dessas práticas. Esse aspecto ressalta a necessidade de capacitação contínua, bem como de normativas e diretrizes mais claras que auxiliem na padronização da coleta, registro e divulgação de informações ESG no âmbito contábil.

Em síntese, o gráfico reforça que a contabilidade é percebida como um elemento central na consolidação das práticas ESG, atuando tanto na transparência dos relatórios quanto na competitividade das empresas. O reconhecimento desse papel pelos respondentes sugere que, para além do cumprimento de obrigações legais, a adoção consistente de métricas ESG pode resultar em benefícios reputacionais e estratégicos para as organizações.

4.1.2 Análise dos Resultados Seção Parte 3 – Análise descritiva, fatorial e de correspondência – Para Dados Quantitativos (Escala *Likert*)

Na Seção Parte 3, o tema abordado será as barreiras internas e externas na implementação de ESG, sobre o qual foram analisadas outras cinco perguntas, que foram respondidas pelos participantes da pesquisa:

1. A resistência da alta administração dificulta a adoção de práticas ESG.
2. A falta de recursos internos impede a implementação de ESG nas empresas.
3. A cultura organizacional não apoia a integração de práticas ESG.
4. A ausência de regulamentação específica dificulta a adoção de práticas ESG.
5. A pressão insuficiente de investidores reduz o interesse por ESG.

Na Tabela 05, abaixo, são apresentados os cálculos das estatísticas descritivas referentes às respostas quantitativas da pesquisa, para Seção Parte 3. Esses cálculos incluem a média, o desvio padrão, bem como os valores mínimos e máximos para cada pergunta analisada. A média oferece uma visão geral das tendências centrais das respostas, enquanto o desvio padrão reflete a variabilidade dos dados em relação à média. Os valores mínimo e máximo, por sua vez, indicam a amplitude das respostas dadas pelos participantes, permitindo uma análise mais detalhada sobre a distribuição dos dados coletados.

Tabela 05– Cálculos estatísticos descritivos – Seção Parte 3

	Pergunta 1	**Pergunta 2**	**Pergunta 3**	**Pergunta 4**	**Pergunta 5**
Nº observações	46	46	46	46	46
Média	4,17391304	4,10869565	3,869565217	4,217391304	4
Desvio Padrão	0,97306727	1,03769533	0,979993099	0,814126484	0,86922699
Mínimo	1	1	1	2	2
25%	4	4	3	4	3
50%	4	4	4	4	4
75%	5	5	5	5	5
Máximo	5	5	5	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Segundo a Tabela 05, pode-se notar que a Pergunta 1: “A resistência da alta administração dificulta a adoção de práticas”, apresentou média 4,17 e desvio padrão 0,97, ou seja, a maioria dos respondentes concorda que a resistência da alta administração é uma barreira relevante. Houve moderada variação nas respostas, indicando que algumas pessoas percebem essa barreira de forma menos significativa. Existem percepções extremas, uma vez que o mínimo foi “1” (Discordo Totalmente), e o máximo, “5” (Concordo Totalmente).

Na Pergunta 2, que consiste em: “A falta de recursos internos impede a implementação de ESG nas empresas”, a média foi 4,11 e o desvio padrão 1,04. Isso significa uma percepção geral de concordância com a falta de recursos como barreira, embora apresente maior variação em relação à Pergunta 1, sugerindo que nem todos os respondentes veem isso como uma barreira significativa. Também existem percepções extremas.

A média mais baixa foi a da Pergunta 3, que diz: “A cultura organizacional não apoia a integração de práticas ESG”, a média foi 3,87 e o desvio padrão 0,98. Esses números estão indicando menor concordância geral e moderada variação nas percepções sobre o apoio da cultura organizacional às práticas ESG. Aqui, também existem percepções extremas, e isso pode sugerir que algumas empresas têm culturas organizacionais mais abertas, enquanto outras enfrentam resistência.

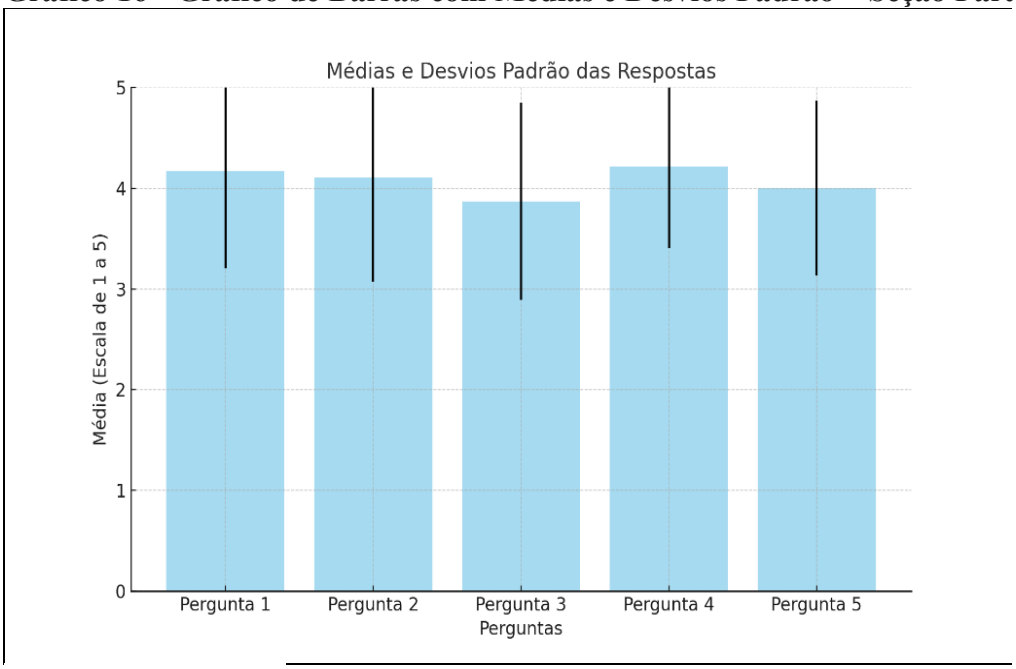
Por outro lado, a Pergunta 4, que traz: “A ausência de regulamentação específica dificulta a adoção de práticas ESG”, apresentou a maior média, 4,22, e menor desvio padrão, 0,81, sugerindo a percepção muito forte de que a falta de regulamentação é uma barreira, e com respostas mais consistentes, com pouco desvio em relação à média. Nesse caso, o mínimo foi “2” (Discordo) e o máximo “5” (Concordo Totalmente), implicando que a maioria dos respondentes concorda, com pouca discordância.

Para a Pergunta 5: “A pressão insuficiente de investidores reduz o interesse por ESG”, a média foi 4,00 e desvio padrão 0,87, ou seja, concordância significativa, mas menor do que na Pergunta 4, e, relativamente, maior dispersão, indicando opiniões mais diversas. Aqui, o mínimo também foi “2” (Discordo): algumas empresas sentem maior pressão dos investidores, enquanto outras, não.

Resumindo, a maior percepção de barreiras ocorreu na Pergunta 4, a qual teve a maior média (4,22), significando que a falta de regulamentação específica é a barreira mais reconhecida. Por outro lado, a menor percepção de barreiras se deu na Pergunta 3, que teve a menor média (3,87), sugerindo que o apoio cultural organizacional à ESG é percebido como menos crítico em comparação às outras barreiras. E, a maior variação nas respostas aconteceu na Pergunta 2, que apresentou maior dispersão, indicando percepções diferentes entre os respondentes.

A seguir, os gráficos permitem visualizar os resultados, para melhor interpretá-los. O Gráfico 16, abaixo, apresenta as médias e os desvios padrão das respostas:

Gráfico 16 - Gráfico de Barras com Médias e Desvios Padrão – Seção Parte 3



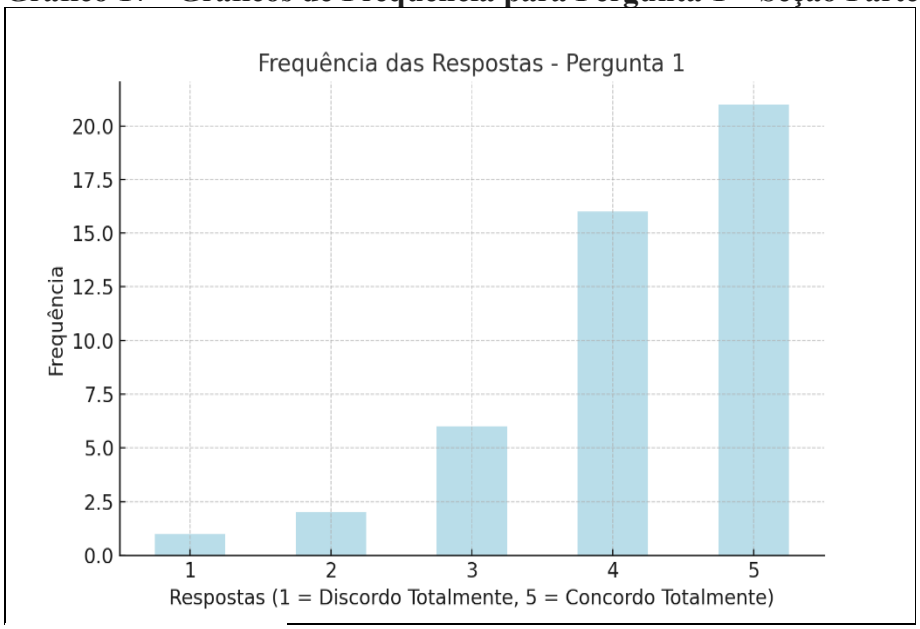
Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 16, acima, mostra as médias das respostas de cada pergunta na escala *Likert* (de 1 a 5), incluindo barras de erro que representam o desvio padrão, para evidenciar a variação nas opiniões. O gráfico evidencia que as médias estão acima de 4, exceto para a Pergunta 3, o que indica menor concordância sobre o apoio da cultura organizacional às práticas ESG. O desvio padrão indica a dispersão das respostas, ou seja, barras menores (ex.: Pergunta 4) mostram maior consenso entre os respondentes, enquanto as maiores (ex.: Pergunta 2) indicam mais divergência nas respostas.

Do Gráfico 17 ao 21, são gráficos de frequência, para cada pergunta. Eles detalham como os respondentes distribuíram suas respostas na escala *Likert*. O eixo X representa as opções de resposta (1 – Discordo Totalmente a 5 – Concordo Totalmente). O eixo Y mostra o número de respondentes que escolheram cada opção.

O Gráfico 17, abaixo, sobre a Pergunta 01 (“A resistência da alta administração dificulta a adoção de práticas”), houve frequência predominante em 4 ou 5, ou seja, a maioria dos respondentes acredita que a resistência da alta administração é uma barreira significativa. Poucos respondentes discordam totalmente, sugerindo que a maioria reconhece a barreira, mesmo que com intensidades diferentes.

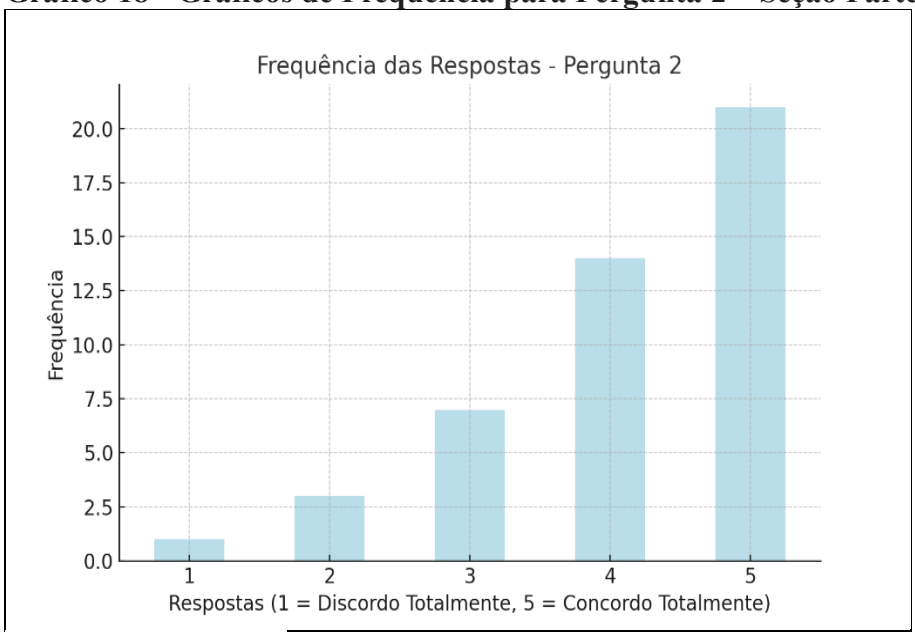
Gráfico 17 - Gráficos de Frequência para Pergunta 1 – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 18, a seguir, em relação à Pergunta 02 (“A falta de recursos internos impede a implementação de ESG nas empresas”), mostra a concentração em 4 e 5, que reflete uma percepção de que a falta de recursos internos é amplamente reconhecida como um obstáculo. Leve dispersão em 2 e 3 mostra que alguns respondentes podem estar em organizações que não enfrentam essa limitação.

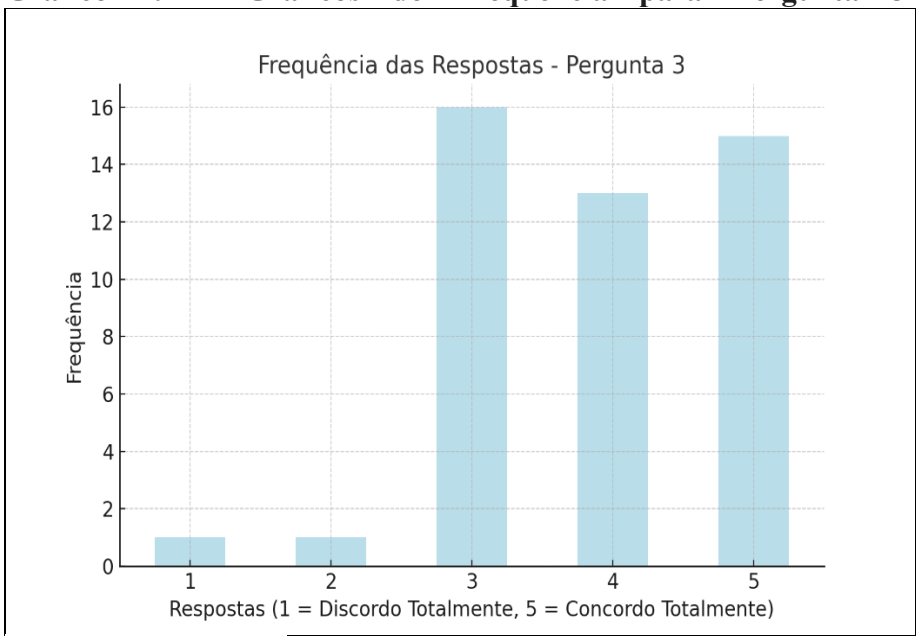
Gráfico 18 - Gráficos de Frequência para Pergunta 2 – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

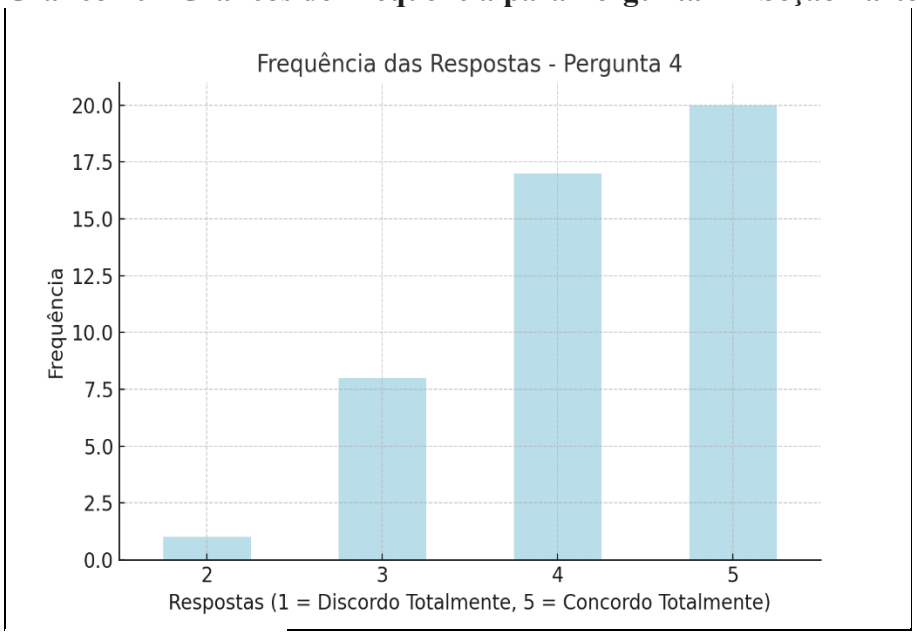
O Gráfico 19, abaixo, que trata da Pergunta 03 (“A cultura organizacional não apoia a integração de práticas ESG”), apresentou uma resposta mais equilibrada. Percebe-se que as frequências em 3, 4 e 5 mostram que essa barreira é percebida de forma mais variada, indicando menos consenso. A moderada presença de 3 (Neutro) reflete que algumas organizações têm culturas organizacionais que não necessariamente impedem ESG, mas também não as promovem ativamente.

Gráfico 19 - Gráficos de Frequência para Pergunta 3 – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

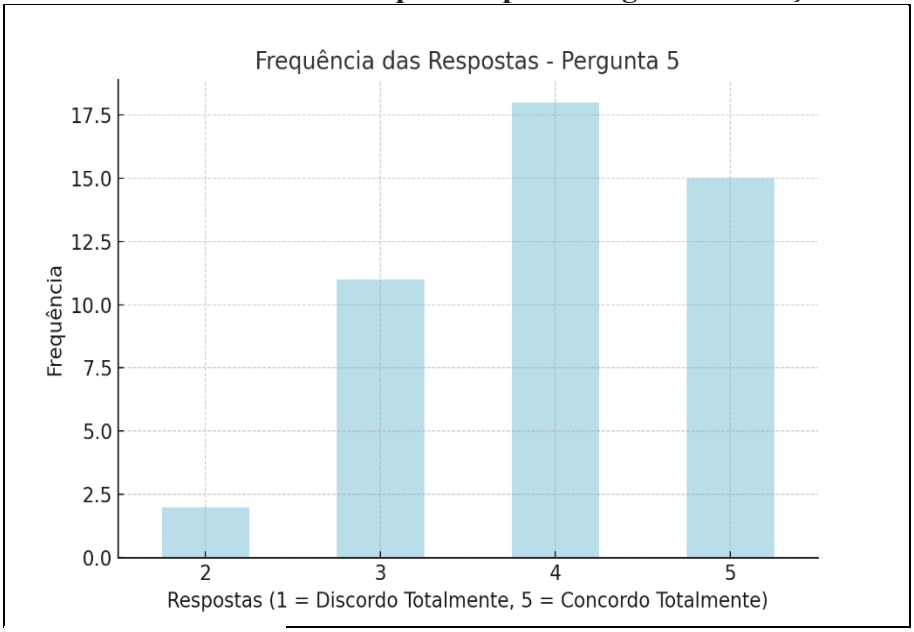
Gráfico 20 - Gráficos de Frequência para Pergunta 4 – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 20, acima, que traz a Pergunta 04 (“A ausência de regulamentação específica dificulta a adoção de práticas ESG”), tem forte frequência em 4 e 5, ou seja, a ausência de regulamentação é amplamente percebida como uma barreira relevante. O fato de não haver nenhuma resposta em 1 e poucas respostas em 2 revela quase nenhuma discordância, um consenso geral entre os respondentes sobre a relevância desse fator.

Gráfico 21 - Gráficos de Frequência para Pergunta 5 – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 21, sobre a Pergunta 05 (“A pressão insuficiente de investidores reduz o interesse por ESG”), também concentrado em 4 e 5, mas com alta frequência em 3, revela que muitos reconhecem que a pressão de investidores é um fator crítico para motivar práticas ESG, mas essa distribuição mais espalhada mostra que alguns respondentes não veem essa barreira como tão significativa.

Em resumo, pode-se citar que a barreira mais reconhecida é a Regulamentação, pois a pergunta 4 teve o maior consenso com a maioria das respostas concentradas em 4 e 5. A barreira menos evidente seria a Cultura Organizacional, uma vez que a Pergunta 3 teve maior dispersão, refletindo percepções variadas entre os respondentes. No entanto, a tendência geral é de que a maioria das barreiras é percebida como significativa, com maior concentração em níveis de concordância (4 e 5).

4.1.2.1 Análise fatorial dos resultados – Seção Parte 3

Nesta seção, serão apresentados os detalhes metodológicos, os resultados obtidos e as interpretações associadas à análise fatorial, aplicada aos dados da Parte 3.

A seguir, a Tabela 06 exibe a matriz de correlação para a análise fatorial. A matriz de correlação mostra o grau de relação entre as variáveis, que, neste caso, são as perguntas aplicadas na pesquisa.

A matriz de correlação apresentada segue a categorização proposta por Mukaka (2012) e Ratner (2009), que classifica as correlações da seguinte forma:

. Correlação muito fraca ou insignificante: 0 a 0,30

. Correlação fraca: 0,31 a 0,50

. Correlação moderada: 0,51 a 0,70

. Correlação forte: 0,71 a 0,90

. Correlação muito forte: > 0,90

Tabela 06 - Matriz de Correlação para a Análise Fatorial – Seção Parte 3

	Pergunta 1	**Pergunta 2**	**Pergunta 3**	**Pergunta 4**	**Pergunta 5**
Pergunta 1	1	0,50904779	0,21805784	0,2389695	0,31527727
Pergunta 2	0,5090478	1	0,43837193	0,5584834	0,17245765
Pergunta 3	0,2180578	0,43837193	1	0,2390196	0,15890025
Pergunta 4	0,2389695	0,55848344	0,23901958	1	0,25372795
Pergunta 5	0,3152772	0,17245765	0,15890025	0,25372795	1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Demonstra-se, aqui, uma interpretação dos dados para entender a adequação para a análise fatorial. Foi possível identificar as relações mais fortes, que seriam aquelas com os valores altos de correlação (acima de 0,50), o que indicaria que as variáveis podem estar associadas a um mesmo fator latente.

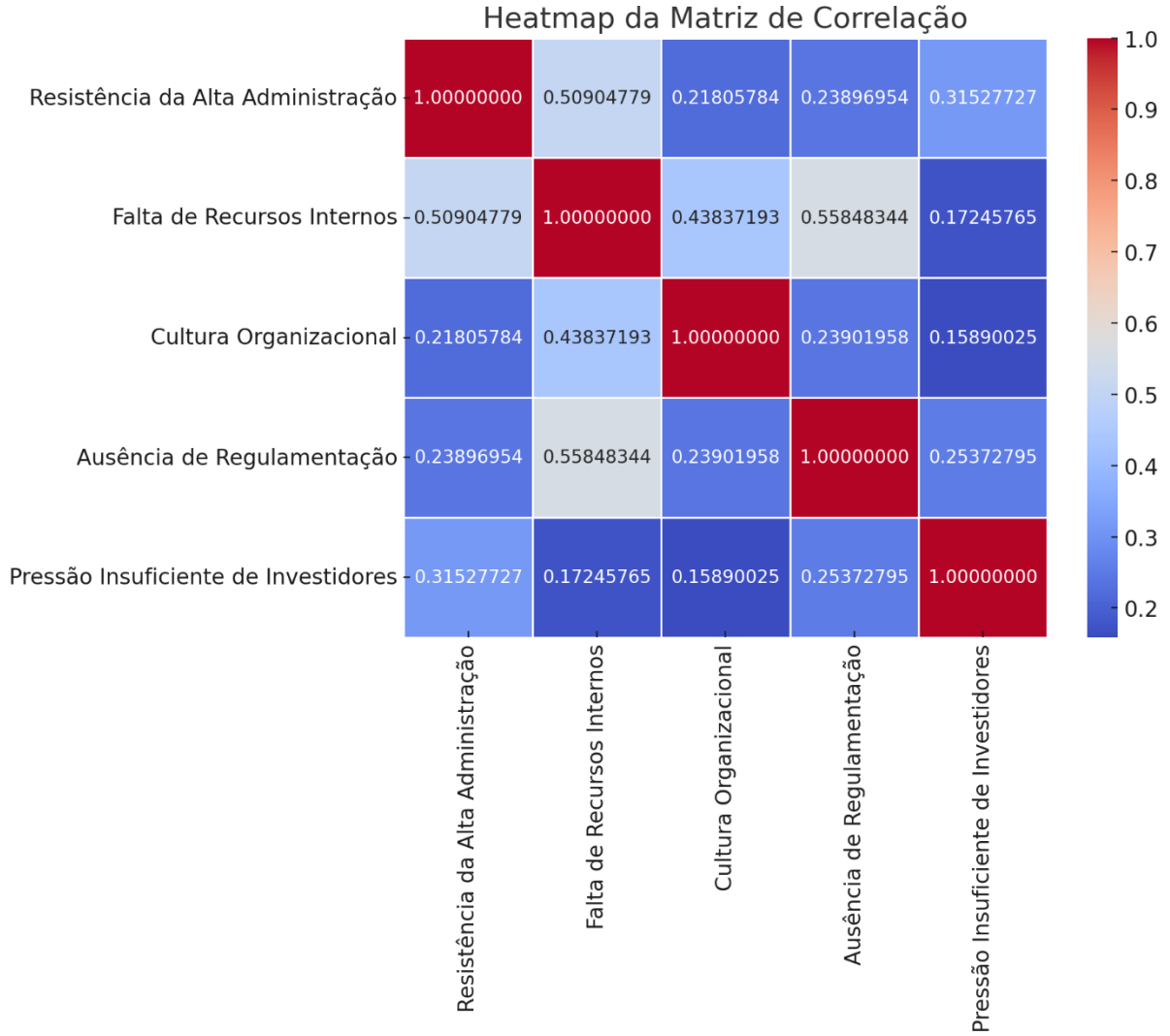
O próximo passo desta análise será utilizar o *heatmap* da matriz de correlação, o qual é uma ferramenta visual que permite explorar as relações entre as variáveis analisadas na Seção 3 da pesquisa, que aborda as barreiras internas e externas na implementação do ESG. Essa matriz apresenta as correlações entre as perguntas desta seção, identificando a força e a direção dos relacionamentos entre os itens avaliados.

No contexto da análise fatorial, o *heatmap* é essencial para identificar padrões de agrupamento entre as variáveis, indicando quais itens possuem relações mais estreitas e podem formar fatores subjacentes. O *heatmap* é uma visualização da matriz de correlação, onde as cores indicam a intensidade da relação entre as perguntas. Ele facilita a identificação de variações fortes, moderadas e fracas entre as variáveis. A representação gráfica das correlações, com variações de cores que vão de tons mais claros (correlações baixas ou negativas) a tons mais escuros (correlações altas e positivas), facilita a interpretação e destaca conexões relevantes entre as respostas dos participantes.

Esta análise é um passo inicial, crucial para determinar a adequação dos dados à análise fatorial, permitindo identificar possíveis redundâncias entre as variáveis e fornecer *insights* iniciais sobre as dimensões latentes que podem ser extraídas. A seguir, no Gráfico 22, são

apresentados o *heatmap* da matriz de correlação e sua interpretação, destacando as implicações para a análise fatorial e os principais resultados encontrados.

Gráfico 22 - Matriz de Correlação – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

Do Gráfico 22, acima, demonstra que a presente pesquisa investigou a percepção dos respondentes sobre os principais desafios enfrentados na integração de práticas ESG nas empresas. A partir das respostas obtidas, foi realizada uma análise de correlação para identificar a relação entre diferentes barreiras percebidas pelos profissionais da área contábil.

Os resultados demonstram que, segundo os respondentes, a falta de recursos internos e a ausência de regulamentação específica apresentam a relação mais expressiva, com uma correlação moderada (0,558). Esse achado sugere que a percepção dos respondentes indica que a escassez de recursos financeiros e estruturais dentro das empresas pode ser potencializada pela ausência de normativas claras que orientem a implementação do ESG. Em outras palavras,

a falta de regulamentação pode estar contribuindo para que as organizações não destinem os investimentos necessários para viabilizar ações sustentáveis, dificultando a integração efetiva das práticas ESG.

Outra relação relevante apontada pelos respondentes refere-se à resistência da alta administração e a falta de recursos internos, cuja correlação foi classificada como fraca (0,509). Esse dado sugere que, na visão dos participantes da pesquisa, há uma associação entre a postura da alta administração e a disponibilidade de recursos para ESG. Empresas cuja alta gestão demonstra resistência à implementação dessas práticas tendem a alocar menos recursos para sua efetivação. Essa relação pode indicar que a priorização do ESG ainda não está consolidada no nível estratégico de algumas organizações, o que impacta diretamente na viabilidade da adoção dessas diretrizes.

Ainda que em menor intensidade, os dados revelam uma correlação fraca entre a falta de recursos internos e a cultura organizacional (0,438), bem como entre a resistência da alta administração e a pressão insuficiente de investidores (0,315). Isso sugere que os respondentes percebem que, em algumas empresas, a cultura organizacional pode não estar alinhada à necessidade de investimento em ESG, reforçando a dificuldade de viabilizar essas iniciativas. Além disso, a relativa fraca associação entre a resistência da alta administração e a pressão dos investidores pode indicar que a percepção sobre a influência dos investidores ainda não é um fator determinante para superar as barreiras de governança sustentável.

Por outro lado, os demais pares de variáveis apresentaram correlações muito fracas ou insignificantes, o que sugere que, de acordo com os respondentes, a relação entre essas barreiras não é suficientemente forte para caracterizar uma interdependência significativa. Em especial, não foram observadas correlações fortes entre a ausência de regulamentação e a pressão insuficiente de investidores, o que pode indicar que, segundo a percepção dos profissionais da contabilidade respondentes, a regulamentação ainda não é uma demanda central impulsionada pelos investidores no contexto ESG.

A partir da análise das correlações, pode-se inferir de forma interpretativa que os respondentes da pesquisa percebem a integração do ESG como um processo impactado principalmente por fatores internos, como a alocação de recursos e o posicionamento da alta administração. A relação moderada identificada entre a falta de recursos internos e a ausência de regulamentação reforça a ideia de que, na visão desses respondentes, a implementação do ESG encontra desafios estruturais e normativos que dificultam sua consolidação nas empresas.

Além disso, a correlação observada entre resistência da alta administração e falta de recursos sugerem que o engajamento da alta gestão pode ser um fator decisivo para superar a

escassez de investimentos destinados ao ESG. Por fim, a baixa correlação entre a pressão de investidores e outras variáveis indica que, segundo os respondentes, esse fator pode ainda não estar exercendo um papel significativo na superação das barreiras ESG dentro das organizações.

A Tabela 07, abaixo, apresenta a matriz de correlação categorizada para uma análise abrangente e contextualizada desse determinado evento ou processo.

Tabela 07- Matriz de Correlação Categorizada – Seção Parte 3

	Resistência da Alta Administração	Falta de Recursos Internos	Cultura Organizacional	Ausência de Regulamentação	Pressão Insuficiente de Investidores
Resistência da Alta Administração	Muito forte	Fraca	Muito fraca ou insignificante	Muito fraca ou insignificante	Fraca
Falta de Recursos Internos	Fraca	Muito forte	Fraca	Moderada	Muito fraca ou insignificante
Cultura Organizacional	Muito fraca ou insignificante	Fraca	Muito forte	Muito fraca ou insignificante	Muito fraca ou insignificante
Ausência de Regulamentação	Muito fraca ou insignificante	Moderada	Muito fraca ou insignificante	Muito forte	Muito fraca ou insignificante
Pressão Insuficiente de Investidores	Fraca	Muito fraca ou insignificante	Muito fraca ou insignificante	Muito fraca ou insignificante	Muito forte

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dessa forma, os achados da pesquisa, conforme a Tabela acima, apontam para a necessidade de ações estratégicas voltadas à conscientização da alta administração, bem como para o desenvolvimento de regulamentações mais claras que incentivem a destinação de recursos para práticas ESG. O fortalecimento da cultura organizacional alinhada a essas diretrizes e uma maior mobilização de investidores também podem ser elementos fundamentais para a superação dos desafios percebidos pelos profissionais da área contábil.

4.1.2.2 Análise de correspondência dos resultados – Seção Parte 3

A análise de correspondência dos respondentes permite compreender quais barreiras internas e externas são vistas como os principais desafios à integração de práticas ESG nas empresas. Para isso, foram calculadas as médias conforme Tabela 08, das respostas dos 46

participantes, refletindo o grau de concordância com cada afirmação sobre obstáculos internos e externos à implementação do ESG. Além disso, a análise de correspondência, utilizando a técnica de Decomposição em Valores Singulares (SVD), possibilitou visualizar como essas barreiras se relacionam entre si, conforme a percepção dos respondentes.

Tabela 08 – Cálculo das Médias das Respostas – Seção Parte 3

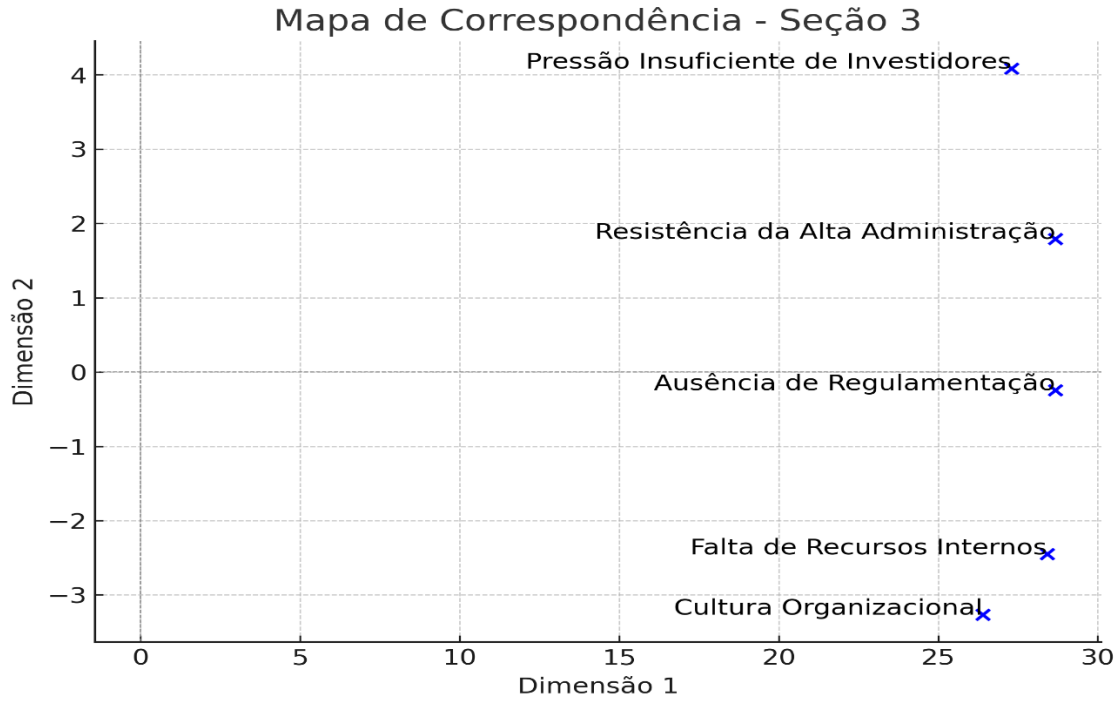
Variável	Média	Posição X	Posição Y
Resistência da Alta Administração	4,17	28,397561	1,760381879
Falta de Recursos Internos	4,11	28,1273511	-2,466073867
Cultura Organizacional	3,87	26,09326577	-3,259412357
Ausência de Regulamentação	4,22	28,24223729	-0,21626281
Pressão Insuficiente de Investidores	4	27,00125703	4,093514315

Fonte: Dados da Pesquisa.

A aplicação da Decomposição em SVD, permitiu decompor a matriz de respostas e projetar as relações entre as variáveis em um espaço bidimensional. O SVD identificou padrões na percepção dos respondentes, mostrando que variáveis próximas no gráfico indicam associações mais fortes na visão dos respondentes, enquanto variáveis mais distantes representam fatores percebidos de forma independente.

No mapa de correspondência, conforme o Gráfico 23, observa-se que os respondentes associam fortemente a resistência da alta administração à ausência de regulamentação específica. Essa relação sugere que, na percepção dos participantes da pesquisa, a falta de diretrizes claras desincentiva os gestores a adotarem práticas ESG. O receio de custos adicionais, incertezas sobre exigências futuras e a dificuldade de adaptação ao mercado são fatores que podem estar por trás dessa correlação. Esse achado indica que a regulamentação poderia atuar como um fator indutor, reduzindo a resistência organizacional e promovendo uma maior adesão ao ESG.

Gráfico 23 – Mapa de Correspondência – Seção Parte 3



Fonte: Dados da Pesquisa.

Outro agrupamento significativo identificado na percepção dos respondentes envolve a falta de recursos internos e a cultura organizacional. As respostas indicam que esses fatores são vistos como interligados, sugerindo que empresas com restrições financeiras tendem a enfrentar dificuldades adicionais para transformar sua cultura e alinhar seus processos a princípios ESG. Os participantes apontam que essa limitação impacta diretamente a oferta de treinamentos, o desenvolvimento de lideranças voltadas para sustentabilidade e a implementação de mudanças estruturais. Dessa forma, mudanças culturais dentro das empresas são percebidas como dependentes de investimentos, o que reforça a importância de planejamento financeiro adequado para a consolidação do ESG.

Por outro lado, a pressão insuficiente dos investidores aparece isolada no mapa de correspondência, refletindo que, segundo os respondentes, esse fator não exerce influência tão determinante quanto as barreiras internas. Apesar do crescente interesse do mercado por práticas ESG, a percepção predominante é de que as decisões organizacionais são mais impactadas por desafios internos, como resistência da administração e falta de recursos, do que pela cobrança de *stakeholders* externos. Esse resultado sugere que, para muitos profissionais, mudanças impulsionadas internamente são mais eficazes na adoção de ESG do que depender exclusivamente da influência dos investidores.

Finalizando, os achados desta análise reforçam que, para os respondentes, a implementação do ESG depende prioritariamente da superação de barreiras internas. A ausência de regulamentação é vista como um elemento que amplifica a resistência da alta administração, enquanto a falta de recursos financeiros impacta diretamente a capacidade das empresas de promover mudanças culturais. Já a pressão dos investidores, embora crescente, ainda não é percebida como um fator com influência determinante. Assim, os dados indicam que o avanço do ESG exige iniciativas que fortaleçam a governança interna, garantam investimentos adequados e incentivem mudanças estruturais, sem depender exclusivamente de pressões externas.

4.1.3 Análise dos Resultados Seção Parte 4 – Análise descritiva, fatorial e de correspondência – Para Dados Quantitativos (Escala *Likert*)

Na Seção Parte 4, o tema abordado será a formação e capacitação para ESG, sobre o qual foram analisadas outras cinco perguntas, que foram respondidas pelos participantes da pesquisa:

1. A formação dos contadores sobre ESG é insuficiente para lidar com as práticas atuais.
2. A oferta de treinamentos sobre ESG nas empresas é inadequada.
3. A capacitação em ESG deveria ser obrigatória para todos os contadores.
4. A falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação.
5. A formação contínua em ESG melhora a governança corporativa das empresas.

Na tabela 09, são apresentados os cálculos das estatísticas descritivas referentes às respostas quantitativas da pesquisa, para Seção Parte 4. Esses cálculos incluem a média, o desvio padrão, bem como os valores mínimos e máximos para cada pergunta analisada. A média oferece uma visão geral das tendências centrais das respostas, enquanto o desvio padrão reflete a variabilidade dos dados em relação à média. Os valores mínimo e máximo, por sua vez, indicam a amplitude das respostas dadas pelos participantes, permitindo uma análise mais detalhada sobre a distribuição dos dados coletados.

Tabela 09 – Cálculos estatísticos descritivos – Seção Parte 4

	Pergunta 1	Pergunta 2	Pergunta 3	Pergunta 4	Pergunta 5
Nº observações	46	46	46	46	46
Média	3,891304348	3,913043478	3,91304348	4,413043478	4,5652174
Desvio Padrão	1,079676101	1,050419746	1,17049063	0,747621026	0,6201137
Mínimo	1	1	1	3	3
25%	3	3	3	4	4
50%	4	4	4	5	5

75%	5	5	5	5	5
Máximo	5	5	5	5	5

Fonte: Dados da Pesquisa.

Segundo a Tabela 09, pode-se notar que a Pergunta 1: "A formação dos contadores sobre ESG é insuficiente para lidar com as práticas atuais", apresentou média 3,89 e desvio padrão 1,08, ou seja, a média próxima a 4 indica que a maioria concorda que a formação atual dos contadores é insuficiente. Há uma variação considerável nas respostas, indicando que algumas pessoas veem essa formação como mais adequada. Existem percepções extremas, uma vez que o mínimo foi "1" (Discordo Totalmente), e o máximo, "5" (Concordo Totalmente).

Na Pergunta 2, que consiste em: "A oferta de treinamentos sobre ESG nas empresas é inadequada", a média foi 3,91 e o desvio padrão 1,05. Isso significa uma percepção de que os treinamentos oferecidos são insuficientes, embora apresente variação significativa, sugerindo divergências na percepção sobre os treinamentos. Também existem percepções extremas, ou seja, algumas empresas podem estar oferecendo treinamentos adequados, enquanto outras não.

A Pergunta 3 diz: "A capacitação em ESG deveria ser obrigatória para todos os contadores", a média foi 3,91 e o desvio padrão 1,17. Esses números estão indicando concordância moderada com a obrigatoriedade de capacitação em ESG, até porque houve uma maior variação em relação às outras perguntas, indicando que nem todos concordam plenamente. Aqui, também existem percepções extremas.

Por outro lado, a Pergunta 4, que traz: "A falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação", apresentou uma maior média, 4,41, e um menor desvio padrão, 0,75, mostrando que a barreira do conhecimento é amplamente reconhecida como significativa, e com respostas mais consistentes, indicando consenso maior. Nesse caso, o mínimo foi "3" (Neutro) e o máximo "5" (Concordo Totalmente), implicando que a maioria dos respondentes concorda que essa barreira existe.

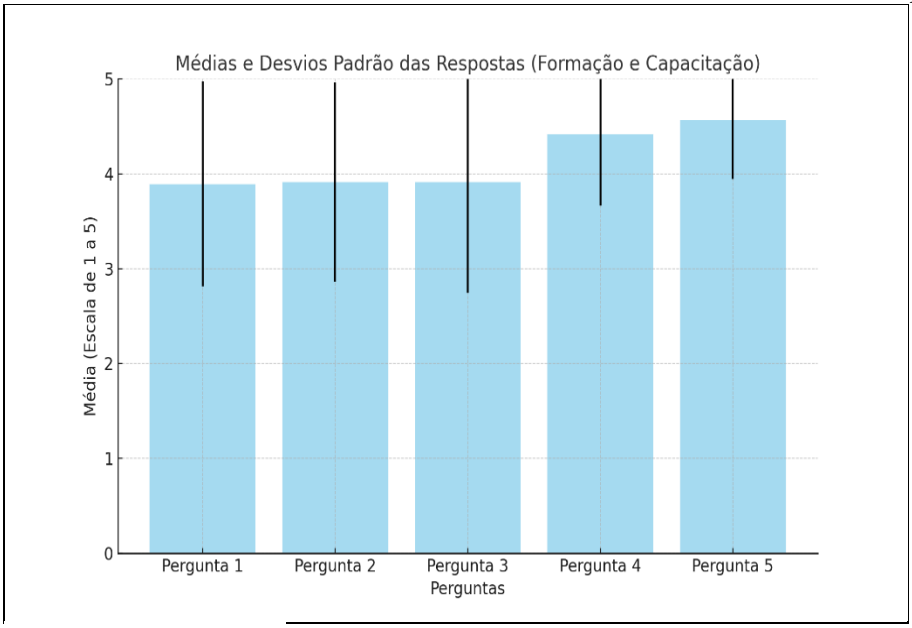
A média mais alta foi a da Pergunta 5: "A formação contínua em ESG melhora a governança corporativa das empresas", 4,57, e também o menor desvio padrão, 0,62, ou seja, forte concordância com o impacto positivo da formação em ESG, e, baixa variação, refletindo consenso entre os respondentes. Aqui, o mínimo também foi "3" (Neutro): não há discordância sobre a questão.

Em resumo, a maior concordância ocorre na Pergunta 5, refletindo um consenso forte. Por outro lado, a maior divergência se deu na Pergunta 3, que teve o maior desvio padrão, mostrando percepções mais variadas. E, como tendência geral, pode-se interpretar que as

médias mostraram que os respondentes concordam amplamente com as barreiras (desafios) e a importância da formação em ESG.

A seguir, os gráficos permitem visualizar os resultados, para melhor interpretá-los. O Gráfico 24, abaixo, apresenta as médias e os desvios padrão das respostas:

Gráfico 24 – Gráfico de Barras com Médias e Desvios Padrão – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

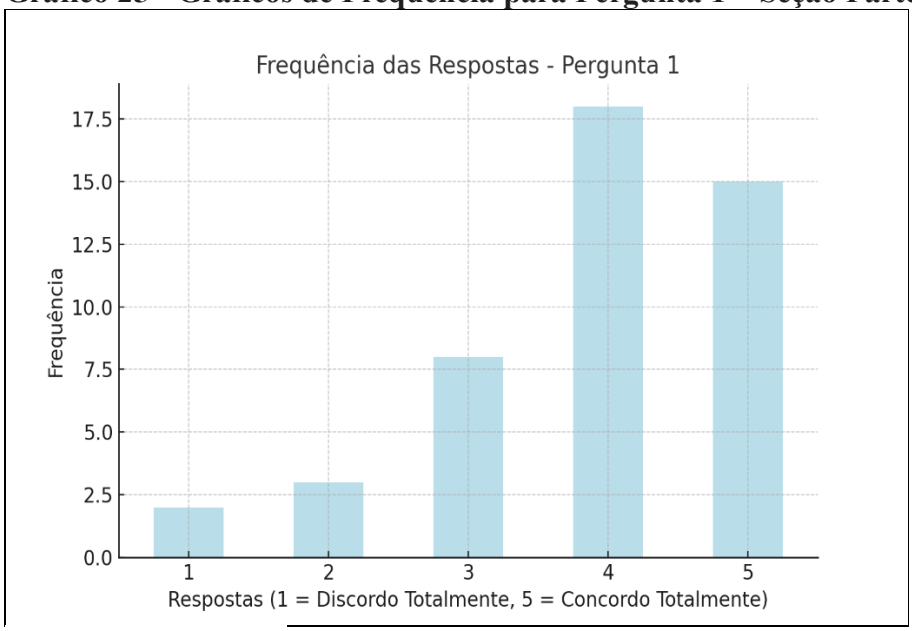
O Gráfico 24, acima, mostra as médias das respostas de cada pergunta na escala *Likert* (de 1 a 5), incluindo barras de erro que representam o desvio padrão, para evidenciar a variação nas opiniões. O gráfico evidencia que as médias das três primeiras perguntas estão pouco abaixo de 4, o que, apesar de ainda indicar uma alta concordância sobre as questões, não são tão altas quanto as duas últimas perguntas, que ficaram bem acima de 4, corroborando a forte concordância sobre a importância da formação e do conhecimento. O desvio padrão indica a dispersão das respostas, e, do mesmo modo, as três primeiras perguntas apresentaram barras maiores, o que mostra mais divergência nas respostas, enquanto as duas últimas, barras menores, ou seja, maior consenso entre os respondentes.

Do Gráfico 25 ao 29, são gráficos de frequência, para cada pergunta. Eles detalham como os respondentes distribuíram suas respostas na escala *Likert*. O eixo X representa as opções de resposta (1 – Discordo Totalmente a 5 – Concordo Totalmente). O eixo Y mostra o número de respondentes que escolheram cada opção.

O Gráfico 25, abaixo, sobre a Pergunta 01 (“A formação dos contadores sobre ESG é insuficiente para lidar com as práticas atuais”), houve frequência predominante em 4 ou 5, ou

seja, reforçando a percepção de que a formação atual é insuficiente. Poucos discordam dessa afirmação, indicando que é uma preocupação generalizada.

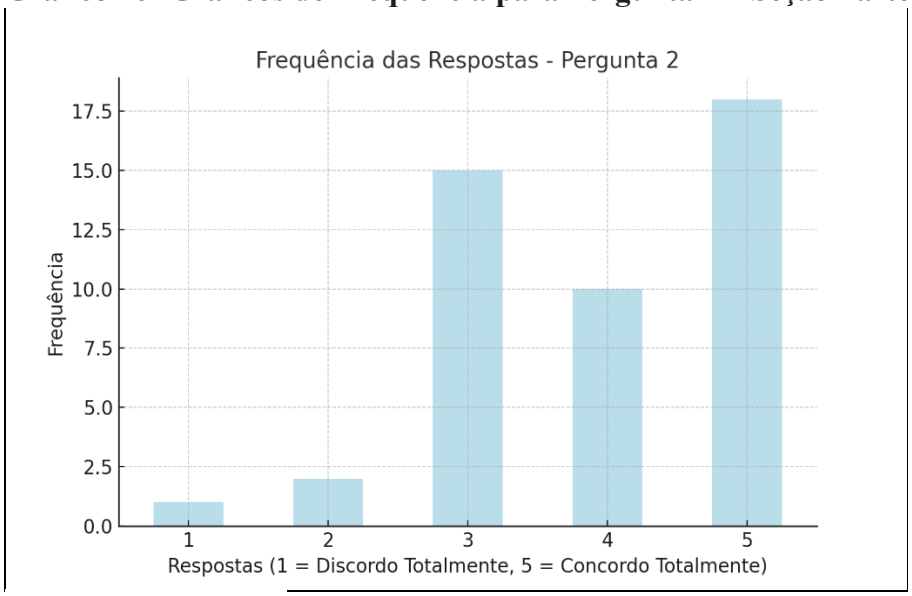
Gráfico 25 - Gráficos de Frequência para Pergunta 1 – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 26, a seguir, em relação à Pergunta 02 (“A oferta de treinamentos sobre ESG nas empresas é inadequada”), mostra altas frequências em 4 e 5, sugerindo que a inadequação dos treinamentos é amplamente reconhecida. Leve dispersão em 3 sugere que algumas empresas podem estar oferecendo treinamentos mais adequados, mas ainda é uma minoria.

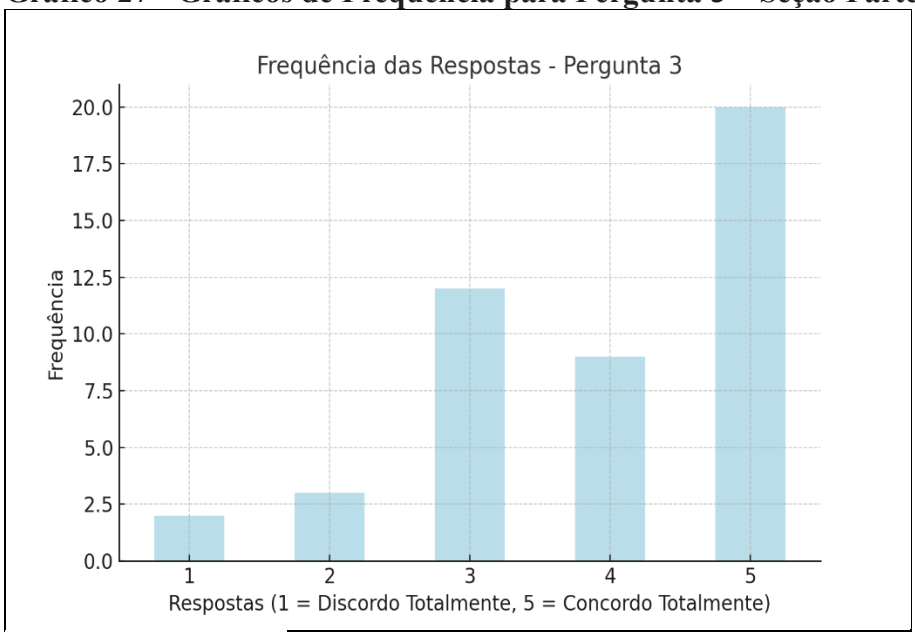
Gráfico 26- Gráficos de Frequência para Pergunta 2 – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

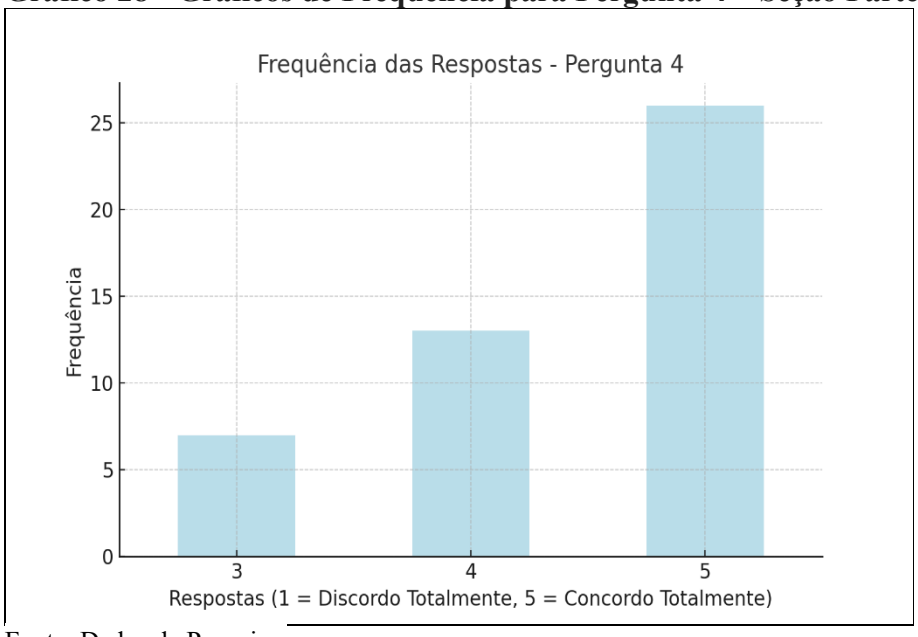
O Gráfico 27, abaixo, que trata da Pergunta 03 (“A capacitação em ESG deveria ser obrigatória para todos os contadores”), apresentou uma frequência significativa em 3, 4 e 5, ou seja, apesar de muitos concordarem com a ideia de obrigatoriedade, também há um grupo que não considera a obrigatoriedade essencial. Houve maior dispersão em relação às outras perguntas.

Gráfico 27 - Gráficos de Frequência para Pergunta 3 – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

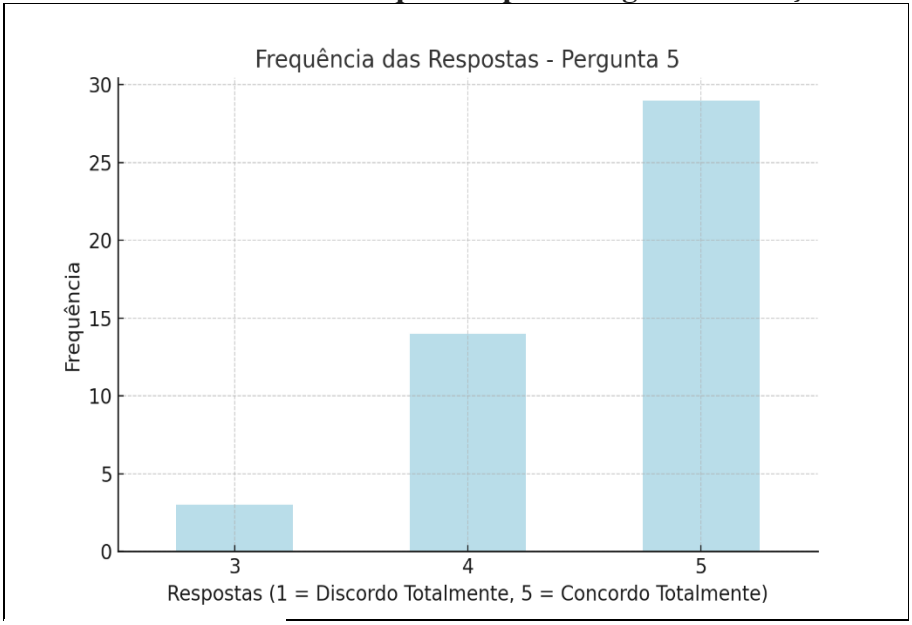
Gráfico 28 - Gráficos de Frequência para Pergunta 4 – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

No Gráfico 28, acima, que traz a Pergunta 04 (“A falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação”), tem alta concentração em 5, ou seja, a maioria dos respondentes concorda totalmente que a falta de conhecimento é uma barreira significativa. A frequência baixa em 3 indica que poucos respondentes veem essa barreira como menos relevante, e o fato de não haver nenhuma resposta em 1 e em 2 revela que não há discordância, um consenso geral sobre a relevância desse fator.

Gráfico 29 - Gráficos de Frequência para Pergunta 5 – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

O Gráfico 29, sobre a Pergunta 05 (“A formação contínua em ESG melhora a governança corporativa das empresas”), também com forte consenso em 4 e 5, revela que a maior parte dos respondentes reconhece o impacto positivo da formação contínua na GC. A baixa dispersão, dado que não há respostas em 1, 2 e quase não há em 3, mostra concordância ampla na questão.

Em resumo, pode-se citar que as perguntas com maior consenso foram a 5 e a 4, e a com maior variação foi a 3, que teve maior dispersão, refletindo opiniões mais diversas. No entanto, a tendência geral é de que a maioria das perguntas teve concentração em 4 e 5, mostrando que os respondentes reconhecem a importância da formação e capacitação em ESG.

4.1.3.1 Análise fatorial dos resultados – Seção Parte 4

Nesta seção, serão apresentados os detalhes metodológicos, os resultados obtidos e as interpretações ligadas à análise fatorial, aplicada aos dados da Parte 4.

Abaixo, a Tabela 10 traz a matriz de correlação para a análise fatorial. A matriz de correlação mostra o grau de relação entre as variáveis, que, neste caso, são as perguntas aplicadas na pesquisa.

A matriz de correlação apresentada segue a categorização proposta por Mukaka (2012) e Ratner (2009), que classifica as correlações da seguinte forma:

. Correlação muito fraca ou insignificante: 0 a 0,30

. Correlação fraca: 0,31 a 0,50

. Correlação moderada: 0,51 a 0,70

. Correlação forte: 0,71 a 0,90

. Correlação muito forte: > 0,90

Tabela 10- Matriz de Correlação para a Análise Fatorial – Seção Parte 4

	Pergunta 1	**Pergunta 2**	**Pergunta 3**	**Pergunta 4**	**Pergunta 5**
Pergunta 1	1	0,344179	0,168198	0,004773	-0,005772
Pergunta 2	0,344179	1	0,028637	0,176314	-0,006006
Pergunta 3	0,168198	0,028637	1	0,322528	0,497842
Pergunta 4	0,004773	0,176314	0,322528	1	0,606708
Pergunta 5	-0,005772	-0,006006	0,497842	0,606708	1

Fonte: Dados da Pesquisa.

Demonstra-se, aqui, uma interpretação dos dados, para entender a adequação para a análise fatorial. Foi possível identificar as relações mais fortes, que seriam aquelas com os valores altos de correlação (acima de 0,50), o que indicaria que as variáveis podem estar associadas a um mesmo fator latente.

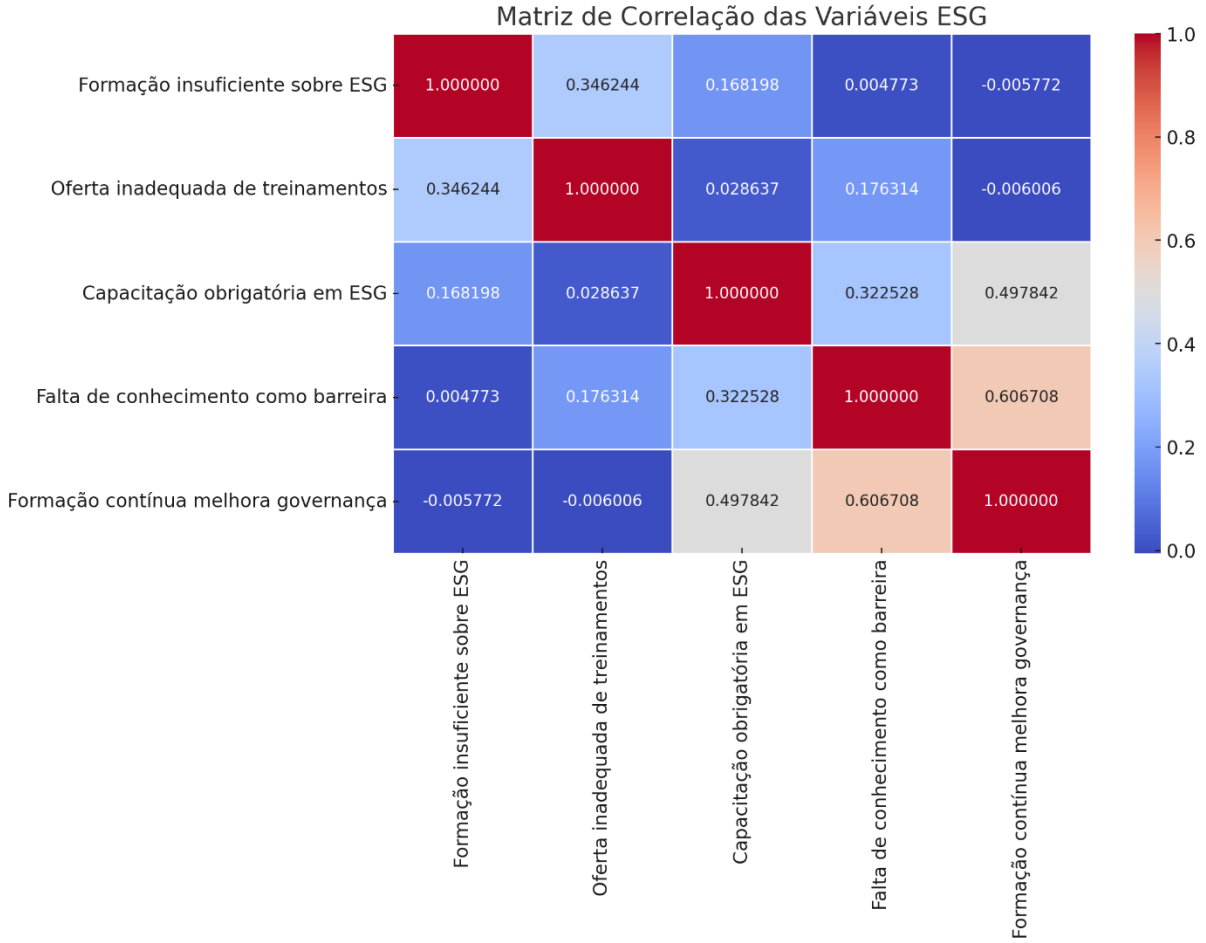
O próximo passo desta análise será utilizar o *heatmap* da matriz de correlação, o qual é uma ferramenta visual que permite explorar as relações entre as variáveis analisadas na Seção 4 da pesquisa, que aborda as percepções sobre formação e capacitação para ESG. Essa matriz apresenta as correlações entre as perguntas desta seção, identificando a força e a direção dos relacionamentos entre os itens avaliados.

No contexto da análise fatorial, o *heatmap* é essencial para identificar padrões de agrupamento entre as variáveis, indicando quais itens possuem relações mais estreitas e podem formar fatores subjacentes. O *heatmap* é uma visualização da matriz de correlação, onde as cores indicam a intensidade da relação entre as perguntas. Ele facilita a identificação de variações fortes, moderadas e fracas. A representação gráfica das correlações, com variações de cores que vão de tons mais claros (correlações baixas ou negativas) a tons mais escuros (correlações altas e positivas), facilita a interpretação e destaca conexões relevantes entre as

respostas dos participantes. As cores vermelhas são intensamente positivas, indicam correlações fortes e positivas entre as perguntas.

Esta análise é um passo inicial, crucial para determinar a adequação dos dados à análise fatorial, permitindo identificar possíveis redundâncias entre as variáveis e fornecer *insights* iniciais sobre as dimensões latentes que podem ser extraídas. A seguir, no Gráfico 30, são apresentados o *heatmap* da matriz de correlação e sua interpretação, destacando as implicações para a análise fatorial e os principais resultados encontrados.

Gráfico 30 - Matriz de Correlação – Seção Parte 4



Fonte: Dados da Pesquisa.

Do Gráfico 30, demostra que a presente pesquisa buscou investigar as percepções dos contabilistas respondentes acerca das barreiras e desafios na integração das práticas ESG, especialmente no que se refere à formação e capacitação profissional. Com base nos dados coletados e na matriz de correlação calculada, foi possível identificar padrões de latência entre diferentes variáveis que refletem a percepção dos respondentes sobre os desafios enfrentados na integração das práticas ESG.

Ao analisar as relações entre as variáveis, observou-se que a percepção de que a formação dos contadores sobre ESG é insuficiente, apresenta uma correlação fraca com a oferta inadequada de treinamentos (0,346244). Esse resultado sugere que, embora os respondentes reconheçam uma limitação na formação acadêmica, essa percepção não está fortemente vinculada à oferta de treinamentos pelas empresas. Isso pode indicar que, para muitos profissionais, a lacuna na formação acadêmica representa um desafio independente da disponibilidade de treinamentos organizacionais.

Além disso, a crença de que a falta de conhecimento sobre ESG representa uma barreira para sua implementação apresenta uma correlação moderada com a percepção de que a formação contínua em ESG contribui para a melhoria da governança corporativa (0,606708). Esse achado indica que os respondentes reconhecem a importância da capacitação constante para a efetiva aplicação das práticas ESG, sugerindo que investimentos em educação continuada podem mitigar os desafios enfrentados nesse contexto.

Por outro lado, a exigência de que a capacitação em ESG seja obrigatória para todos os contadores apresenta correlação fraca com a percepção de que a falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação (0,322528). Isso sugere que, embora alguns profissionais considerem a capacitação essencial, essa percepção não está uniformemente distribuída entre os respondentes, podendo indicar diferentes níveis de engajamento e entendimento sobre a necessidade de uma formação obrigatória.

Ainda, cabe destacar que nenhuma das correlações analisadas atingiu patamares fortes ou muito fortes, conforme a categorização de Mukaka (2012) e Ratner (2009). Isso indica que, embora algumas variáveis possuam associação moderada, os respondentes não percebem uma relação determinante entre a formação e a adoção do ESG nas práticas contábeis.

A partir da análise dos dados coletados, destacam-se três principais achados da pesquisa:

1.A formação insuficiente em ESG é reconhecida, mas sua relação com a oferta de treinamentos é percebida de forma limitada, sugerindo que os profissionais não veem os treinamentos corporativos como solução definitiva para a lacuna na formação acadêmica.

2.A formação contínua é considerada um fator relevante para a governança corporativa, indicando que os respondentes reconhecem a necessidade de aprimoramento constante para a melhor aplicação das práticas ESG.

3.A obrigatoriedade da capacitação em ESG gera opiniões divergentes, sem um consenso claro sobre sua necessidade, o que pode indicar diferentes níveis de entendimento sobre o papel do contador na implementação dessas práticas.

Além disso, os achados reforçam a necessidade de um debate mais amplo sobre o papel dos contabilistas na governança corporativa e na sustentabilidade, a fim de esclarecer se a capacitação obrigatória representaria um caminho efetivo para ampliar a integração do ESG no contexto empresarial.

A Tabela 11, abaixo, apresenta a matriz de correlação categorizada. Demonstra uma forma ampla e abrangente de observar e analisar esse determinado contexto, fenômeno ou cenário.

Tabela 11 – Matriz de Correlação Categorizada – Seção Parte 4

	Formação insuficiente sobre ESG	Oferta inadequada de treinamentos	Capacitação obrigatória em ESG	Falta de conhecimento como barreira	Formação contínua melhora governança
Formação insuficiente sobre ESG	Muito Forte	Fraca	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante
Oferta inadequada de treinamentos	Fraca	Muito Forte	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante
Capacitação obrigatória em ESG	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Forte	Fraca	Fraca
Falta de conhecimento como barreira	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante	Fraca	Muito Forte	Moderada
Formação contínua melhora governança	Muito Fraca ou Insignificante	Muito Fraca ou Insignificante	Fraca	Moderada	Muito Forte

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dessa forma, os resultados da Tabela acima sugerem que, para fortalecer a adoção do ESG na contabilidade, é fundamental investir na formação contínua e em programas de educação profissional, de modo a reduzir as barreiras de conhecimento percebidas pelos respondentes.

4.1.3.2 Análise de correspondência dos resultados – Seção Parte 4

A análise de correspondência foi realizada com base nas respostas de 46 participantes, visando identificar associações entre as variáveis relacionadas à formação e capacitação dos contadores para a prática do ESG. Inicialmente, foram calculadas as médias, conforme a Tabela

12 das respostas para sintetizar a percepção geral dos respondentes, permitindo uma visão preliminar das tendências antes da aplicação da análise.

Tabela 12 – Cálculo das Médias das Respostas – Seção Parte 4

Variável	Média	Posição X	Posição Y
Formação insuficiente sobre ESG	3,89	1,644178	-0,173184
Oferta inadequada de treinamentos	3,91	1,224087	-0,141287
Capacitação obrigatória para contadores	3,91	1,547197	-0,223842
Falta de conhecimento como barreira	4,41	0,450319	0,84271
Formação contínua melhora governança	4,57	0,400252	1,060664

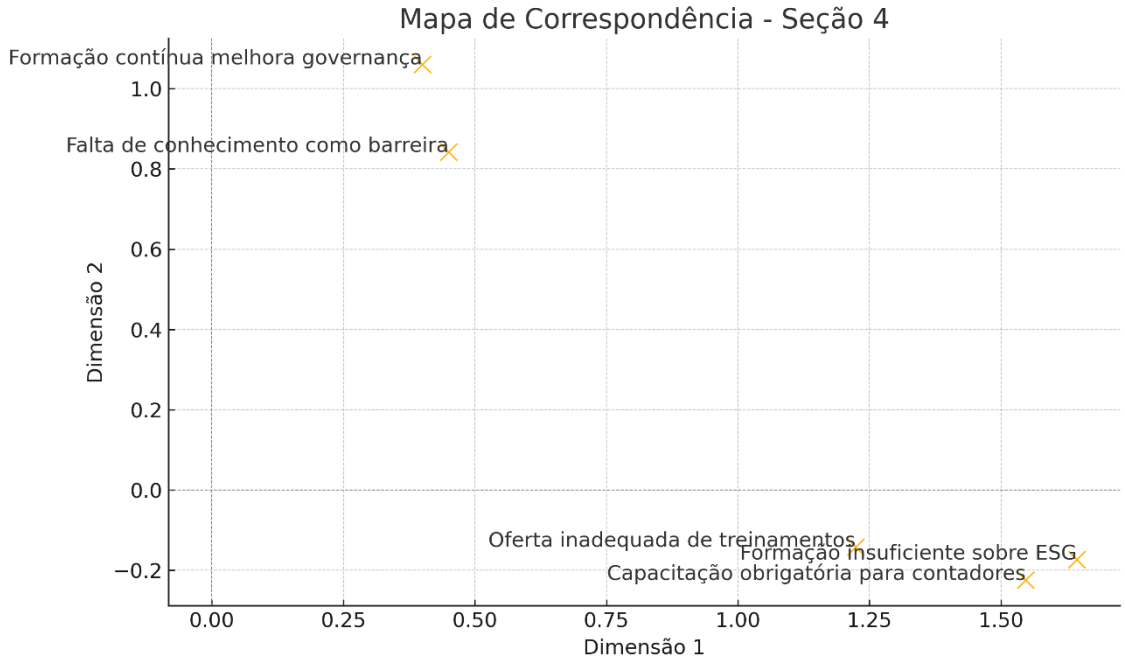
Fonte: Dados da Pesquisa.

No entanto, a posição das variáveis no Gráfico 31 não é determinada exclusivamente pelas médias, uma vez que a técnica empregada, baseada na Decomposição em Valores Singulares (SVD), considera a estrutura global dos dados. Esse método transforma a matriz original de respostas em um novo sistema de coordenadas, projetando as variáveis em um espaço bidimensional onde a proximidade entre os pontos reflete a similaridade das percepções individuais. Assim, mesmo que duas variáveis possuam médias semelhantes, suas posições podem diferir no gráfico, caso apresentem padrões distintos de variação nas respostas.

Diante desse cenário, a análise de correspondência se apresenta como uma ferramenta robusta para compreender como os respondentes percebem a adequação da formação acadêmica, a oferta de treinamentos corporativos e a necessidade de capacitação contínua para a governança corporativa. A interpretação dos resultados possibilita identificar lacunas no preparo dos contadores para lidar com as práticas ESG, evidenciando aspectos críticos que podem orientar futuras iniciativas voltadas ao aprimoramento da educação contábil e da qualificação profissional.

A análise de correspondência, conforme o Gráfico 31, evidenciou uma percepção generalizada entre os respondentes sobre a insuficiência da formação acadêmica dos contadores para lidar com as exigências do ESG. Além disso, foi constatado que essa lacuna não é suprida por treinamentos corporativos, uma vez que a oferta de capacitações empresariais voltadas ao tema foi considerada inadequada. Essa relação reforça a ideia de que a preparação dos contadores para atuar com ESG é falha tanto no ensino formal quanto no desenvolvimento profissional contínuo, o que compromete a efetiva implementação dessas práticas nas organizações.

Gráfico 31 – Mapa de Correspondência – Seção Parte 4



Fonte: Dados da pesquisa.

Os achados também revelaram uma forte associação entre essa percepção de deficiência na formação e a defesa da obrigatoriedade da capacitação em ESG para todos os contadores. Respondentes que avaliaram negativamente a formação e os treinamentos existentes demonstraram maior concordância com a necessidade de tornar a capacitação sobre ESG um requisito fundamental para o exercício profissional. Isso sugere que, para os participantes da pesquisa, o conhecimento sobre ESG não deve ser tratado como um diferencial, mas como um elemento essencial da contabilidade contemporânea, reforçando sua relevância para a governança corporativa e a transparência empresarial.

Outro ponto relevante identificado foi a associação entre a percepção de que a falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação e a visão de que a formação contínua contribui para aprimorar a governança corporativa. Os respondentes que reconheceram a escassez de conhecimento como um entrave demonstraram, simultaneamente, a crença de que a capacitação continuada pode desempenhar um papel central na superação desse desafio. Esse resultado enfatiza que a qualificação permanente dos contadores é vista como um fator determinante para a estruturação de mecanismos de governança mais sólidos e alinhados às diretrizes de ESG.

Adicionalmente, verificou-se que a avaliação negativa sobre os treinamentos empresariais esteve fortemente correspondida à percepção de que a formação contínua melhora a governança corporativa. Isso sugere que os respondentes atribuem às empresas uma responsabilidade relevante na capacitação dos contadores, considerando a ausência de treinamentos como um obstáculo ao avanço das práticas sustentáveis nas organizações. Assim, a pesquisa reforça que a formação dos profissionais da contabilidade não deve se limitar ao ensino acadêmico, mas deve ser complementada por iniciativas empresariais que assegurem uma atualização constante diante das crescentes demandas por transparência e responsabilidade socioambiental.

Dessa forma, os resultados indicam que a qualificação dos contadores para atuar com ESG é percebida como deficiente e que a capacitação contínua se apresenta como um fator essencial para a melhoria da governança corporativa. A necessidade de reformulação dos currículos acadêmicos e o fortalecimento das estratégias empresariais de treinamento emergem como pontos críticos para garantir que os contadores estejam preparados para responder aos desafios impostos pelo mercado e pela sociedade no contexto do ESG.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS QUALITATIVOS

4.2.1 Análise Qualitativa com citações diretas anonimizadas

Nesta pesquisa, foram utilizadas perguntas abertas para explorar as barreiras e desafios enfrentados pelos contadores na integração de práticas ESG, além de identificar como esses fatores afetam a GC e o comprometimento profissional.

Ao realizar a análise, buscou-se identificar padrões, temas emergentes e nuances que não seriam captados por abordagens quantitativas. As respostas foram categorizadas, e citações diretas foram incluídas, para ilustrar os achados e oferecer uma visão mais rica das experiências e opiniões dos participantes da pesquisa.

A partir das respostas coletadas, observa-se que os desafios e percepções dos contabilistas respondentes em relação à implementação de práticas ESG envolvem múltiplos fatores, incluindo falta de conhecimento, ausência de regulamentação clara, resistência da administração e necessidade de capacitação.

Participantes destacaram a preocupação com a falta de normatização. Um deles mencionou: "Também é crucial que as normas contábeis evoluam para contemplar a mensuração de ativos intangíveis relacionados a ESG." (Respondente 2). Outro destacou: "Uma normativa prática que entenda as rotinas e os processos da empresa para que crie condições de implementação das práticas ESG". (Respondente 15). Além disso, a ausência de regulamentação específica foi mencionada como um obstáculo à adoção dessas práticas: "Eu acho que se houvesse normas, regulamentos nesse sentido poderia facilitar a integração". (Respondente 17)

Outros respondentes ressaltaram a importância da capacitação profissional. Segundo um dos participantes: "Deve haver uma maior capacitação dos contadores." (Respondente 1). Enquanto outro frisou a capacitação contínua e o uso de tecnologias: "...capacitação contínua dos profissionais contábeis em temas de sustentabilidade e o uso de tecnologias para coleta e análise de dados ESG". (Respondente 16)

A resistência da administração também foi um tema recorrente. Conforme observado: "Primeiro, há um desinteresse da administração em relação à utilidade da informação gerada pela adoção de práticas de ESG". (Respondente 1). Além disso, foi apontado: "Acredito que a falta de apoio e interesse da alta administração seja um desafio e também a falta de recursos financeiros e de pessoal capacitado". (Respondente 16). Enquanto outro destacou má vontade da alta administração: "...falta de vontade da alta administração e insegurança jurídica e tributária em nosso país". (Respondente 35)

Sobre a relevância da contabilidade na sustentabilidade corporativa, para um deles, essa relação é: "Crucial, pois promove a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e a governança transparente." (Respondente 10). Outro reforçou a importância da profissão dos contabilistas: "Por ser uma das profissões que está evidenciando a ações de Sustentabilidade". (Respondente 6). Além disso, foi destacado que: "Mas também acho que o contador pode e deve ser a figura que mostrará aos investidores a importância dessas ações nos resultados da empresa, na sustentabilidade financeira do negócio e no impacto social." (Respondente 28)

A falta de incentivos governamentais foi citada como um entrave à adoção de práticas ESG. Enquanto um destacou que: "A falta de incentivo do governo e a resistência dos próprios empresários." (Respondente 18) outro demonstrou a necessidade de melhorias inclusive de

incentivos fiscais: "...melhorar, padronização dos indicadores, incentivos fiscais, cultura organização e investimentos". (Respondente 43)

Essas respostas evidenciam que, apesar da crescente importância das práticas ESG, os contabilistas ainda enfrentam desafios estruturais e culturais para sua implementação efetiva.

4.2.2 Análise de Respostas Qualitativas Categorizadas

Esta seção apresenta uma análise detalhada do Quadro 07, o qual consolida as percepções, desafios e sugestões dos respondentes, em relação à integração de práticas ESG na contabilidade. A categorização das respostas qualitativas foi realizada com o objetivo de estruturar as informações coletadas, permitindo a identificação de padrões, temas recorrentes e aspectos específicos mencionados pelos participantes.

Quadro 07 – Respostas Qualitativas Categorizadas

RESPOSTAS QUALITATIVAS CATEGORIZADAS			
Pergunta 1 - Desafios	**Pergunta 2 - Papel da Contabilidade**	**Pergunta 3 - Melhorias para ESG**	**Pergunta 4 - Preparação dos Contadores**
Desinteresse da Administração, *Greenwashing*, falta de legislação impositiva, necessidade de qualificação	Fornece informações além das financeiras, promovendo mensuração e análise de ESG	Maior capacitação e envolvimento da Alta Administração	Despreparados
Falta de padrões claros para relatórios, necessidade de atualização constante das regulamentações, resistência interna	Facilita mensuração e transparência dos impactos ambientais e sociais	Adoção de abordagem holística, colaboração entre departamentos	Variável, mas muitos não têm formação suficiente
Falta de identificação do objetivo prático do ESG	Vejo como salutar, mas falta conscientização nos empresários	Divulgação, cursos e incentivo de conhecimento	Pouca preparação e capacitação insuficiente
Falta de conhecimento e divulgação	É uma das ferramentas na promoção de práticas sustentáveis	Criação de uma área específica nas empresas	Demanda por ESG ainda é baixa, impactando a formação
Falta de apoio dos gestores	Crucial para promover sustentabilidade e governança transparente	Normas e regulamentos mais estruturados	Fraca e sem conhecimento teórico
Capacitação dos profissionais e desenvolvimento de lideranças	Fundamental para tomada de decisão e responsabilidade	Incentivos fiscais e parcerias para capacitação	Ainda pouco explorado e muitos sem experiência
Falta de treinamento e legislação	Ajuda na transparência e cumprimento de regulamentos	Treinamentos personalizados por setor	Mercado em crescimento, mas com lacunas na qualificação
Dificuldade financeira das empresas	Contribui para demonstrar impactos ambientais e financeiros	Melhoria na cultura organizacional	Precisa de mais envolvimento e desenvolvimento
Resistência dos empresários	Impulsiona confiança e transparência nas empresas	Maior participação das universidades e dos conselhos contábeis	Capacitação contínua é essencial

Falta de compreensão e padronização dos relatórios	Pode criar valor através da mensuração de indicadores	Difusão de boas práticas já existentes	Contadores devem se tornar mais estratégicos para ESG

Fonte: Dados da Pesquisa.

O quadro acima, resume as principais percepções dos contabilistas sobre ESG, dividindo as respostas qualitativas em quatro categorias principais. Ao analisar a Pergunta 1 ("Principais Desafios na Implementação do ESG"), percebe-se que a maior parte das respostas aponta para fatores estruturais e culturais como barreiras na implementação do ESG. Os desafios mais citados incluem: falta de interesse da administração, pois muitas empresas ainda veem ESG como custo, e não como valor agregado; práticas de *Greenwashing*, ou seja, algumas organizações fingem seguir ESG para ganhar reputação, sem implementar mudanças reais; ausência de regulamentação específica, dado que a falta de normas claras dificulta a padronização das práticas ESG; resistência interna e falta de capacitação, isto é, muitos profissionais não têm conhecimento suficiente para aplicar ESG; e dificuldades financeiras e falta de incentivo, pois ESG ainda não recebe suporte governamental adequado, o que desmotiva sua adoção. Conclui-se que o despreparo da gestão e falta de normatização são os maiores entraves para ESG no setor contábil.

Da análise da Pergunta 2 ("Papel da Contabilidade na Promoção do ESG"), depreende-se que os contadores reconhecem que a contabilidade tem um papel crucial na promoção das práticas sustentáveis, os mais citados são: mensuração de indicadores ESG, pois os contadores são responsáveis por evidenciar os impactos ambientais, sociais e financeiros; transparência e tomada de decisão, uma vez que relatórios contábeis podem incentivar empresas a tomarem decisões mais sustentáveis; conformidade com regulamentos, dado que a contabilidade pode garantir que as empresas cumpram regras ESG e prestem contas corretamente, e atratividade para investidores, isto é, empresas com boas práticas ESG podem captar mais investimentos por meio da contabilidade. Logo, a contabilidade é vista como um fator estratégico, sendo responsável por coletar e validar informações ESG.

A análise da Pergunta 3 ("Melhorias sugeridas para ESG") traz que os respondentes sugeriram diversas ações para melhorar a integração do ESG nas atividades contábeis: capacitação contínua dos contadores, pois cursos e treinamentos específicos sobre ESG são essenciais; maior envolvimento da alta administração, sendo que as empresas devem priorizar ESG como parte da estratégia; normas e regulamentação mais claras, uma vez que a ESG precisa de padrões mais bem definidos para facilitar sua aplicação; parcerias para desenvolvimento, dado que a colaboração entre instituições e órgãos reguladores pode acelerar

a adoção ESG, e mudança na cultura organizacional, ou seja, ESG deve ser um compromisso de longo prazo, não apenas uma tendência de mercado. Portanto, a educação e regulamentação são vistas como os fatores mais importantes para fortalecer ESG

Analisando a Pergunta 4 (“Preparação dos Contadores para ESG”), a percepção geral é que os contadores ainda estão despreparados para lidar com ESG, no mercado atual. As principais preocupações são: falta de formação acadêmica em ESG, uma vez que muitas universidades ainda não incluem ESG na grade curricular dos cursos de contabilidade; baixa oferta de treinamentos específicos, pois o mercado carece de cursos acessíveis para capacitação ESG; dificuldade na mensuração de indicadores, dado que os contadores precisam de ferramentas e *frameworks* mais sólidos para reportar ESG; falta de experiência prática, isto é, ESG ainda é um campo novo, e poucos contadores têm experiência real na área. Desse modo, a falta de conhecimento técnico e a capacitação são os maiores obstáculos para a atuação dos contadores em ESG.

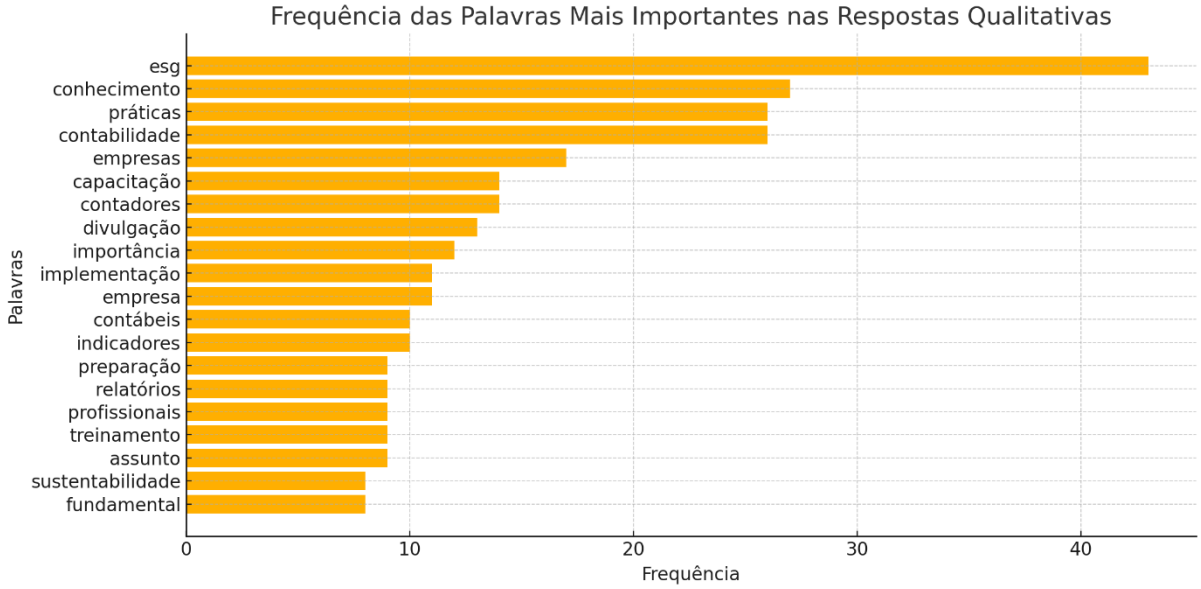
As conclusões, de modo geral, que se pode tirar dessa análise são que os principais desafios para a implementação do ESG são culturais e estruturais. A contabilidade é vista como essencial para ESG, mas ainda precisa de suporte normativo, maior interesse da alta administração, treinamentos, regulamentação e incentivos são as ações mais sugeridas para melhorar ESG e os contadores ainda estão despreparados e precisam de mais capacitação e experiência prática.

4.2.3 Análise das Principais Palavras – Frequência das Palavras

Neste estudo, a frequência das palavras foi analisada com base nas respostas obtidas nas perguntas abertas do questionário, buscando identificar os termos mais utilizados pelos contabilistas ao descrever suas percepções sobre as práticas ESG, as barreiras enfrentadas e as possíveis soluções para integração desses conceitos na contabilidade.

Conforme apresentado no Gráfico 32, a seguir, as palavras de maior frequência refletem as principais preocupações, desafios e oportunidades percebidas pelos participantes. Essa análise, portanto, não apenas ilustra a centralidade de determinados conceitos no discurso dos respondentes, mas também fornece subsídios para aprofundar a discussão sobre os temas mais relevantes para a GC e o papel do contador, na integração de práticas ESG.

Gráfico 32 – Frequência das Principais Palavras nas Respostas Qualitativas



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico de barras exibe as palavras mais mencionadas nas respostas qualitativas da pesquisa, ajudando a entender quais temas são mais recorrentes. O eixo X mostra quantas vezes cada palavra foi mencionada, e o eixo Y contém as palavras mais frequentes nas respostas dos contabilistas respondentes sobre ESG. Quanto mais alta a barra, mais vezes aquela palavra apareceu nas respostas.

A análise das palavras mais frequentes mostra que o ESG é um tema central na contabilidade, mas sua implementação ainda enfrenta desafios devido à falta de capacitação, divulgação e engajamento das empresas. Os contadores reconhecem seu papel fundamental na mensuração e transparência das práticas ESG, mas precisam de mais conhecimento e diretrizes claras para atuar com eficácia. A adoção do ESG exige uma mudança estrutural nas empresas, indo além da contabilidade para se tornar uma estratégia corporativa integrada.

Portanto, a pesquisa demonstra que os respondentes enxergam a falta de conhecimento como um dos maiores desafios para a implementação do ESG. As práticas ESG são reconhecidas como essenciais, mas sua adoção ainda é limitada, especialmente devido à necessidade de maior capacitação. Além disso, a contabilidade é vista como uma ferramenta fundamental para a transparência e mensuração dessas práticas, mas requer mais suporte regulatório. Por fim, destaca-se um forte apelo por treinamentos e normatizações que facilitem a integração do ESG na contabilidade.

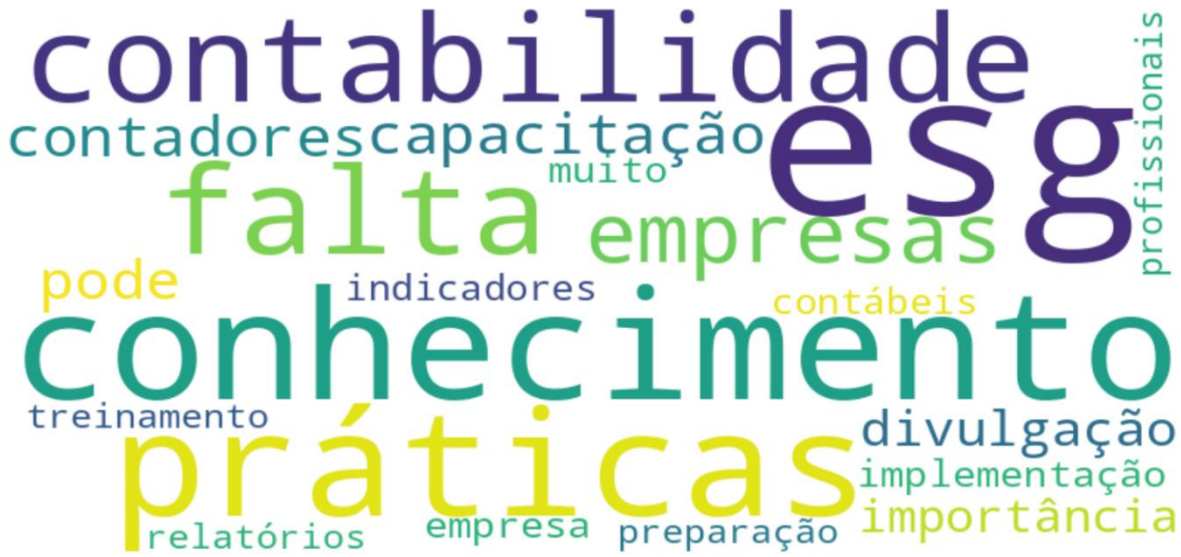
4.2.4 Análise das Palavras Categorizadas – Nuvem de Palavras

Na presente pesquisa, a nuvem de palavras foi construída a partir das palavras categorizadas nas respostas qualitativas, permitindo identificar, de forma intuitiva, os principais conceitos que emergiram das percepções dos respondentes sobre a integração de práticas ESG na contabilidade.

Conforme ilustrado na Figura 07, a seguir, as palavras aparecem com tamanhos proporcionais à sua frequência de ocorrência, destacando os termos mais mencionados pelos participantes. Palavras maiores são os termos mais frequentes nas respostas e as menores, os menos citados. Palavras próximas podem indicar associações entre os conceitos, e cores diferentes são usadas apenas para melhor visualização, não têm impacto na análise. Essa abordagem não apenas facilita a visualização das ideias centrais, mas também evidencia as interconexões entre os temas discutidos, como as barreiras enfrentadas, a relevância da capacitação e a importância da governança corporativa.

A análise da nuvem de palavras contribui para compreender como os participantes priorizam determinados aspectos nas práticas ESG e oferece uma base para discussões mais aprofundadas sobre as percepções e desafios enfrentados no contexto contábil. Essa visualização reforça os *insights* obtidos nas análises qualitativas e quantitativas, consolidando o entendimento dos temas mais relevantes para o estudo.

Figura 07 – Nuvem de palavras



Fonte: Dados da Pesquisa.

As palavras que aparecem maiores na nuvem são as que os respondentes mais enfatizaram. Pode-se depreender dessa análise que o conhecimento e a capacitação aparecem como os principais desafios para os contadores na adoção do ESG, e a contabilidade é vista como uma ferramenta essencial para a implementação do ESG, mas carece de regulamentação adequada. Além disso, a administração das empresas precisa se envolver mais para que ESG se torne parte da cultura corporativa, e treinamentos específicos são necessários para que os contadores consigam atuar com ESG de forma estratégica.

Desse modo, é seguro interpretar que a análise da nuvem de palavras corroborou os achados apresentados no gráfico de frequência, reforçando que os principais desafios enfrentados pelos contabilistas respondentes, na implementação de práticas ESG, são a falta de capacitação, a ausência de regulamentação e o baixo engajamento da administração. Esses fatores emergiram como barreiras significativas à integração das práticas sustentáveis, evidenciando uma interconexão entre as limitações internas e externas enfrentadas pelas empresas.

A falta de capacitação destaca-se como um ponto crítico, pois limita a habilidade dos profissionais de contabilidade em mensurar, reportar e interpretar informações relacionadas aos indicadores ESG. Esse déficit de conhecimento técnico e estratégico é amplamente reconhecido como uma barreira à implementação eficaz dessas práticas.

A ausência de regulamentação surge como um desafio externo importante, sugerindo que, na ausência de diretrizes claras e normativas específicas, muitas empresas carecem de incentivos formais para integrar ESG em suas operações (divulgações) e relatórios contábeis. Essa lacuna regulatória compromete tanto a padronização quanto a comparabilidade das informações ESG entre organizações.

Ademais, o baixo engajamento da administração reflete um obstáculo interno significativo, uma vez que a adesão da alta gestão é essencial para que práticas ESG sejam integradas de forma eficaz às estratégias organizacionais. A falta de apoio ou comprometimento administrativo dificulta o alinhamento dessas práticas com os objetivos organizacionais e a cultura corporativa.

Os resultados reforçam a necessidade de ações que abordem essas barreiras, como a oferta de treinamentos específicos em ESG, a criação de políticas regulatórias mais claras e abrangentes, e o fomento ao engajamento da alta administração. Essas iniciativas são fundamentais para que os profissionais de contabilidade desempenhem um papel ativo na promoção da GC sustentável e no fortalecimento das práticas ESG no ambiente empresarial.

4.2.5 Análise de Sentimentos – Respostas Qualitativas

A pesquisa procurou aqui avaliar a carga emocional presente nas respostas qualitativas, classificando-as em sentimentos positivos, negativos ou neutros. Essa análise fornece *insights* profundos sobre as percepções, opiniões e atitudes expressas pelos respondentes, em relação aos desafios e barreiras enfrentados na implementação de práticas ESG, no contexto contábil.

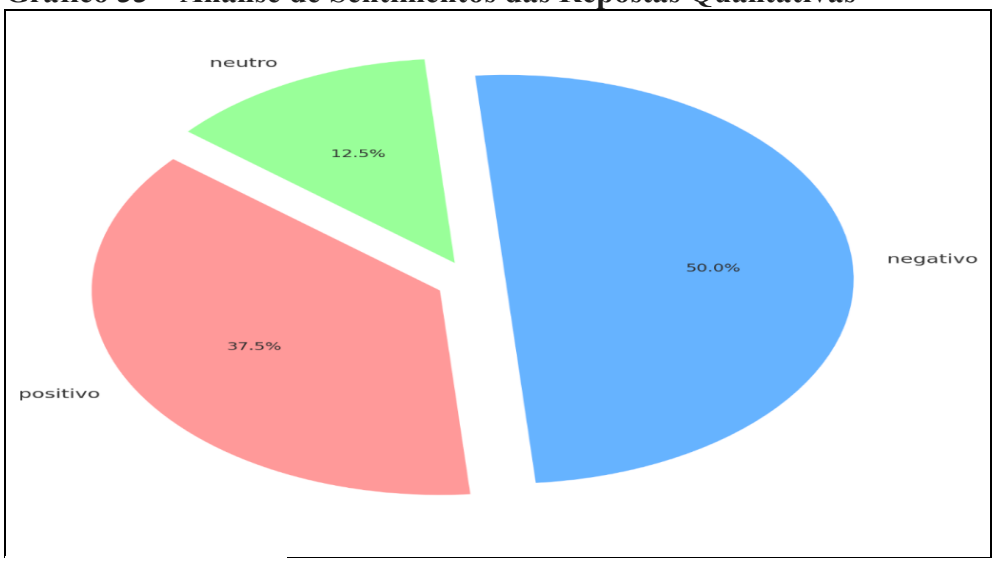
Conforme ilustrado no Gráfico 33, a seguir, os resultados apresentam a distribuição dos sentimentos identificados nas respostas, destacando a prevalência de narrativas positivas, negativas ou neutras para cada categoria analisada. Essa visualização facilita a identificação de padrões emocionais e permite um entendimento mais detalhado das preocupações e expectativas dos profissionais contábeis, em relação às práticas ESG.

Essa análise, ao ser integrada com os demais métodos aplicados, oferece uma visão mais completa e humanizada, evidenciando as emoções subjacentes às respostas. Assim, a análise de sentimentos contribui significativamente para compreender os desafios emocionais e técnicos enfrentados pelos contabilistas na integração das práticas ESG, complementando as conclusões gerais do estudo.

A seguir, alguns exemplos: sobre os desafios enfrentados pelos contadores na implementação de práticas ESG – “A falta de padrões claros e unificados para relatórios dificulta a medição e a comparação de desempenho”, “A resistência da alta administração é uma barreira significativa para a implementação de ESG”. Sobre o papel da contabilidade na promoção de práticas sustentáveis – “A contabilidade desempenha um papel crucial ao fornecer informações financeiras transparentes sobre os impactos ambientais e sociais”, “Ela transforma dados ESG em indicadores financeiros e não financeiros que impulsionam práticas responsáveis”. Sobre melhorias para integrar práticas ESG – “A colaboração entre departamentos, como finanças e sustentabilidade, promoveria uma visão unificada”, “É essencial que as organizações adotem uma abordagem holística, incluindo treinamento específico em ESG”. Sobre a preparação dos contadores para lidar com ESG – “Muitos profissionais estão despreparados, com lacunas significativas na formação acadêmica e nas práticas tradicionais”, “As demandas por ESG estão forçando uma adaptação, mas ainda há um longo caminho a percorrer”.

Essas respostas foram categorizadas em sentimentos positivos, negativos ou neutros com base na tonalidade e conteúdo.

Gráfico 33 – Análise de Sentimentos das Repostas Qualitativas



Fonte: Dados da Pesquisa.

A análise do gráfico revelou que:

. 50% das respostas apresentam um tom negativo, refletindo preocupações com barreiras como falta de conhecimento, regulamentação e resistência organizacional.

. 37,5% das respostas foram categorizadas como positivas, destacando elementos como a importância da contabilidade para práticas ESG e o papel de treinamentos e capacitação.

. 12,5% das respostas foram consideradas neutras, indicando afirmações sobre a importância do apoio da alta administração sem um tom explicitamente positivo ou negativo.

Conclui-se que a predominância de sentimentos negativos (50%) evidencia que os respondentes percebem barreiras significativas e desafios estruturais na implementação de práticas ESG. Isso reforça a necessidade de ações concretas, como maior divulgação, regulamentação e capacitação contínua para superar as limitações identificadas.

4.2.6 Análise Fatorial Qualitativa

A Análise Fatorial é uma técnica estatística amplamente utilizada para reduzir a dimensionalidade de conjuntos de dados quantitativos, identificando fatores subjacentes que explicam a variabilidade das variáveis observadas. No entanto, sua aplicação direta a dados qualitativos apresenta limitações metodológicas significativas, uma vez que a Análise Fatorial requer que as variáveis sejam expressas numericamente, geralmente em escalas contínuas ou ordinais, como ocorre em questionários baseados em escala *Likert*.

No presente estudo, as respostas qualitativas foram coletadas por meio de questões abertas, sem atribuição de valores numéricos às informações. Dessa forma, não há estrutura de

correlação numérica entre as variáveis que permita a extração de fatores latentes por meio de técnicas como a Análise Fatorial Exploratória (AFE) ou a Análise de Componentes Principais (PCA). Conforme ressaltam Hair *et al.* (2019), a análise fatorial requer uma matriz de correlação entre variáveis quantitativas, o que não é viável em um conjunto de dados puramente textual.

Diante dessa limitação, optou-se por não realizar a análise fatorial nos dados qualitativos, visto que sua aplicação não atenderia aos pressupostos estatísticos adequados. Alternativamente, as respostas foram categorizadas e analisadas por meio de técnicas descritivas, permitindo a identificação de padrões e tendências sem a necessidade de conversão arbitrária dos dados qualitativos em variáveis numéricas. Esse procedimento reforça a coerência metodológica do estudo, garantindo que as interpretações extraídas das respostas respeitem a natureza dos dados coletados.

4.2.7 Análise de Correspondência Qualitativa

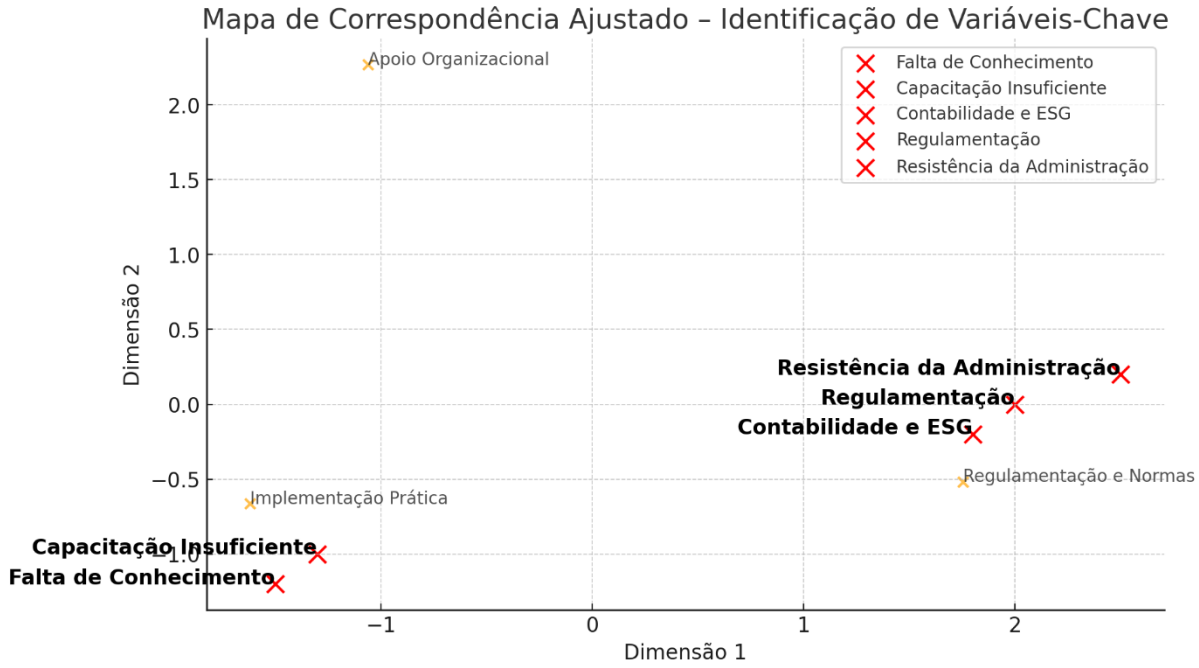
O Mapa de Correspondência é uma representação gráfica que ajuda a visualizar relações entre categorias de respostas qualitativas. Ele permite identificar quais categorias estão mais associadas entre si, revelando padrões e agrupamentos dentro dos dados qualitativos. O eixo X (Dimensão 1) representa a principal variação entre as categorias. O eixo Y garante uma disposição clara, evitando sobreposição de rótulos. Pontos próximos no eixo X indicam categorias mais relacionadas, ou seja, categorias que apareceram em respostas similares dos participantes.

No Mapa de Correspondência, categorias agrupadas próximas indicam correlações fortes. Se duas ou mais categorias estão próximas na dimensão 1, significa que elas foram mencionadas juntas com frequência pelos participantes. Por exemplo, se "Falta de conhecimento" está próxima de "Capacitação insuficiente", isso sugere que os respondentes que falaram sobre um desses tópicos também mencionaram o outro como um desafio para ESG. Categorias afastadas indicam baixa associação. Se uma categoria estiver distante das outras no eixo X, significa que ela foi mencionada de forma independente nas respostas. Por exemplo, se "Regulamentação necessária" estiver isolada, isso pode indicar que poucos respondentes a associaram diretamente com outros desafios de ESG.

Conforme o Mapa de Correspondência apresentado no Gráfico 34, a seguir, foi possível observar como as percepções e opiniões expressas pelos respondentes estão relacionadas com diferentes categorias analisadas, destacando conexões relevantes e contribuindo para uma interpretação mais aprofundada dos resultados. Essa análise permite

uma compreensão visual e analítica das tendências emergentes, enriquecendo o entendimento sobre os desafios e as barreiras, na integração de práticas ESG, no contexto contábil.

Gráfico 34 – Mapa de Correspondência



Fonte: Dados da Pesquisa.

É possível interpretar pelo mapa que a falta de conhecimento e capacitação aparecem como desafios centrais, sendo altamente correlacionadas com a dificuldade de implementação do ESG. Também, a contabilidade é vista como crucial para ESG, sendo frequentemente mencionada junto com a necessidade de mais regulamentação. Assim como a resistência da administração empresarial aparece como um fator isolado, indicando que é um problema independente de outras barreiras. No mais, sugestões, como incentivos fiscais e normatização, foram mencionadas, mas não aparecem fortemente associadas a desafios específicos (centrais).

Embora a regulamentação e o papel da contabilidade sejam considerados elementos essenciais para o avanço das práticas ESG, essas dimensões surgem de forma mais fragmentada nas percepções dos participantes. Isso sugere que, embora reconhecidas como importantes, essas questões ainda carecem de maior integração e alinhamento nas práticas empresariais.

Outro aspecto relevante identificado é a resistência das empresas à adoção de ESG, atribuída, em grande parte, à falta de prioridade estratégica por parte da alta administração. Contudo, essa barreira não demonstra estar diretamente conectada a outras dificuldades centrais

mencionadas, o que indica que ela pode ser tratada como uma questão isolada, possivelmente superada por meio de esforços de sensibilização e engajamento organizacional.

Os resultados reforçam a importância de medidas estruturadas para mitigar esses desafios, incluindo o desenvolvimento de programas de capacitação técnica, a implementação de políticas regulatórias claras e a promoção de uma cultura organizacional favorável ao ESG. Tais ações são fundamentais para garantir o fortalecimento das práticas ESG, contribuindo para a relevância das informações contábeis e o fortalecimento da GC nas empresas.

Conclui-se que a análise dos dados revela que as principais barreiras enfrentadas para a implementação de práticas ESG estão fortemente associadas à falta de conhecimento técnico e capacitação dos profissionais, emergindo como os desafios mais frequentemente mencionados pelos respondentes. Essa constatação evidencia a necessidade urgente de investimentos em formação contínua e treinamento direcionado, possibilitando que os contadores estejam mais bem preparados para lidar com as demandas associadas à governança ambiental, social e corporativa.

4.2.8 Análise Mista – Integração dos Resultados

A partir das respostas coletadas, observa-se que os desafios e percepções dos respondentes em relação à integração de práticas ESG envolvem múltiplos fatores, incluindo falta de conhecimento, ausência de regulamentação clara, resistência da administração e necessidade de capacitação.

Os dados quantitativos revelam que 80,43 % (Resposta 4-Seção 3) dos respondentes consideram a falta de regulamentação como um obstáculo significativo para a adoção de práticas ESG. Essa percepção é reforçada pelas respostas qualitativas, nas quais os contabilistas respondentes destacam a ausência de diretrizes claras e a necessidade de um arcabouço normativo mais sólido. Um participante mencionou: “Eu acho que se houvesse normas, regulamentos nesse sentido poderia facilitar a integração”. (Respondente 17)

Além disso, 71,74% (Resposta 1- Seção 4) dos respondentes apontam que a formação insuficiente dos contadores é uma barreira crítica. Essa visão é corroborada por depoimentos qualitativos que enfatizam a necessidade de formação acadêmica mais específica. Como ressaltado por um respondente: “Entretanto, há uma lacuna na formação acadêmica e nas práticas tradicionais que dificulta a plena integração desses conceitos. É fundamental que as faculdades de contabilidade incluam disciplinas específicas sobre ESG. Além disso, iniciativas de capacitação contínua são essenciais para que os contadores sejam efetivos na assessoria às empresas nesse contexto”. (Respondente 2)

Ainda no contexto da mesma perspectiva de falta de conhecimento e formação contínua, os dados quantitativos da pesquisa concluíram que a falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação, com 84,78% dos respondentes concordando (Resposta 4 – Seção 4). Além disso, 93,48% dos participantes afirmaram que a formação contínua em ESG contribui para a melhoria da governança corporativa das empresas (Resposta 5 – Seção 4).

Também são percepções reforçadas por respostas qualitativas dos respondentes. Um participante mencionou: “Falta de conhecimentos sobre o assunto”. (Respondente 23), enquanto outro enfatizou: “Divulgação, cursos e conhecimento mais aprofundados sobre o tema.”. (Respondente 5)

A resistência da administração também foi mencionada tanto nos dados quantitativos quanto qualitativos. Os dados quantitativos demonstram que 80,43% (Resposta 1- Seção 3) dos participantes indicaram que as empresas não priorizam ESG, uma visão confirmada por respostas abertas como: “Acredito que a falta de apoio e interesse da alta administração seja um desafio”. (Respondente 19)

A pesquisa concluiu que os resultados demonstram que a falta de regulamentação, formação insuficiente e resistência da administração são fatores interligados que dificultam a implementação eficaz das práticas ESG no setor contábil.

5 CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que os contabilistas respondentes enfrentam desafios significativos na integração de práticas ESG, influenciados por barreiras tanto internas quanto externas. A análise quantitativa revelou que a falta de regulamentação e a resistência organizacional são os principais obstáculos enfrentados pelos profissionais da contabilidade, na implementação de práticas ESG. Esses achados foram corroborados pelas respostas qualitativas, que destacaram a necessidade de maior capacitação e envolvimento estratégico da alta administração.

A pesquisa buscou responder à pergunta: "Como os contabilistas lidam com as barreiras internas e externas na integração de boas práticas ESG, e como esses desafios afetam a relevância das informações contábeis na GC e o comprometimento da atuação dos contabilistas?". A partir dos dados coletados, constatou-se que, embora os contabilistas respondentes reconheçam a importância das práticas ESG para a transparência e a GC, a sua adoção ainda enfrenta limitações estruturais e culturais. O alinhamento entre normas contábeis e ESG, bem como o suporte da alta administração, emergem como fatores essenciais para o avanço desse processo (ADAMS, 2002; ALDA, 2021; BARBOSA & KLANN, 2023).

5.1 RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DA PESQUISA

Os resultados também confirmaram os objetivos propostos no estudo:

1. Identificou as práticas contábeis relacionadas à ESG e os desafios enfrentados pelos contabilistas – A análise revelou que as práticas ESG adotadas variam amplamente entre as empresas, sendo influenciadas pela cultura organizacional e pela percepção da GC (BARTH *et al.*, 2008).
2. Analisou as barreiras internas e externas à integração ESG – Os desafios mais citados foram a resistência organizacional, falta de recursos internos e ausência de regulamentação específica, corroborando estudos prévios que apontam a necessidade de um arcabouço normativo mais robusto para ESG (AGRAWAL & CHADHA, 2005).
3. Investigou a percepção dos contabilistas sobre o impacto ESG na GC – A maioria dos respondentes reconheceu a relevância da contabilidade para a GC sustentável, alinhando-se a achados anteriores que ressaltam a relação entre transparência e credibilidade empresarial (ABOUKHADEER *et al*., 2023).

4. Avaliou a influência da formação e capacitação na implementação ESG – A falta de conhecimento técnico foi apontada como um dos principais obstáculos, reforçando a necessidade de maior ênfase em ESG na formação contábil (HAIR *et al*., 2019).
5. Examinou o papel da contabilidade na mensuração e reporte de indicadores ESG – A pesquisa evidenciou que a contabilidade pode atuar como um facilitador na integração de ESG, mas há necessidade de padronização e normatização para garantir a confiabilidade das informações divulgadas (JENSEN & MECKLING, 1976).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas evidências coletadas, recomenda-se a adoção de políticas que promovam a capacitação dos contabilistas em ESG, além da formulação de regulamentações mais claras sobre o reporte de informações relacionadas à sustentabilidade e à governança. A integração das práticas ESG no ambiente contábil requer não apenas conhecimento técnico, mas também engajamento organizacional e normatizações eficazes (ANDRADE & FUJINO, 2024).

Dessa forma, esta pesquisa contribuiu para o avanço do conhecimento sobre o papel da contabilidade na governança corporativa sustentável e fornece *insights* relevantes para a formulação de políticas que incentivem a adoção de práticas ESG de maneira eficaz e transparente.

E por fim, é importante ressaltar que os resultados desta pesquisa refletiram as percepções dos respondentes e não devem ser interpretados como representativos de toda a classe contábil. A natureza descritiva e exploratória permitiu uma inferência interpretativa e assim identificar tendências e desafios percebidos pelos participantes, contribuindo para a compreensão da temática. No entanto, devido à natureza da amostra não probabilística na coleta de dados, não há pretensão de inferência estatística generalizável. Assim, os achados devem ser analisados dentro do escopo da pesquisa, servindo como base para reflexões e estudos futuros sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO MARTINS, V.; JEREMIAS JUNIOR, J.; FERNANDO ENCISO, L. Conflitos de agência, Governança Corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. **RGC - Revista de Governança Corporativa**, v. 5, n. 1, 1 abr. 2021.

ABOUKHADEER, E. A. S.; AZAM, S. M. F.; ALBATTAT, A. R. S. Corporate Governance and International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) on the Quality of Accounting Information in Libyan Government Sector. **International Journal of Professional Business Review**, v. 8, n. 1, p. e0812, 16 jan. 2023.

ADAMS, C. A. Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 2, p. 223–250, 1 maio 2002.

AGRAWAL, A.; CHADHA, S. Corporate Governance and Accounting Scandals. **The Journal of Law and Economics**, v. 48, n. 2, p. 371–406, out. 2005.

AKSU, M.; CETIN, A. T.; MUGAN, C. S. Value Relevance of Accounting Data in an Emerging Market: Did Accounting Reforms Make a Difference? Em: **Accounting and Corporate Reporting - Today and Tomorrow**. [s.l.] InTech, 2017.

ALDA, M. The environmental, social, and governance (ESG) dimension of firms in which social responsible investment (SRI) and conventional pension funds invest: The mainstream SRI and the ESG inclusion. **Journal of Cleaner Production**, v. 298, p. 126812, maio 2021.

ALIPOUR, M. *et al*. The relationship between environmental disclosure quality and earnings quality: a panel study of an emerging market. **Journal of Asia Business Studies**, v. 13, n. 2, p. 326–347, 21 mar. 2019.

ANASTASIA CHI-CHI (PHD), O.; OGHENEFEGHA FRIDAY, I. Corporate Governance and Financial Reporting Quality in Selected Nigerian Company. **International Journal of Management Science and Business Administration**, v. 2, n. 3, p. 7–16, 2014.

ANDRADE, C. Sample Size and its Importance in Research. **Indian Journal of Psychological Medicine**, v. 42, n. 1, p. 102–103, 1 jan. 2020.

ANDRADE, L. M. N.; FUJINO, A. Regime de Informação do Sistema de Governança Corporativa (RISGC): conformação de um modelo para melhoria da qualidade da informação contábil. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, v. 17, n. 1, p. 5762–5783, 24 jan. 2024.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix : An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, nov. 2017.

AROLES, J.; MITEV, N.; DE VAUJANY, F. Mapping themes in the study of new work practices. **New Technology, Work and Employment**, v. 34, n. 3, p. 285–299, 14 nov. 2019.

ASHTON, R. H.; WILLINGHAM, J. J.; ELLIOTT, R. K. An Empirical Analysis of Audit Delay. **Journal of Accounting Research**, n. 2, p. 27525, 1987.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1–51, fev. 2000.

BARAIBAR-DIEZ, E.; LUNA SOTORRÍO, L. The mediating effect of transparency in the relationship between corporate social responsibility and corporate reputation. **Review of Business Management**, v. 20, n. 1, p. 5–21, jan. 2018.

BARBOSA, I. DE S.; KLANN, R. C. Efeitos do desempenho ambiental, social e de governança na relevância das informações contábeis de empresas brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 20, n. 54, p. 1–15, 9 nov. 2023a.

BARBOSA, I. DE S.; KLANN, R. C. Efeitos do desempenho ambiental, social e de governança na relevância das informações contábeis de empresas brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 20, n. 54, p. 1–15, 9 nov. 2023b.

BARLEY, S. R.; BECHKY, B. A.; MILLIKEN, F. J. The Changing Nature of Work: Careers, Identities, and Work Lives in the 21st Century. **Academy of Management Discoveries**, v. 3, n. 2, p. 111–115, jun. 2017.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467–498, 28 jun. 2008.

BASTIAN, B.; HASLAM, N. Experiencing Dehumanization: Cognitive and Emotional Effects of Everyday Dehumanization. **Basic and Applied Social Psychology**, v. 33, n. 4, p. 295–303, 7 out. 2011.

BATISTELLA, A. J. *et al*. Relevância da informação contábil e cultura nacional. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 15, p. e169533, 26 fev. 2021.

BATISTELLA, A. J.; MAZZIONI, S.; BAÚ DAL MAGRO, C. Efeito da Cultura Nacional na Responsabilidade Social Corporativa. **Revista de Administração IMED**, v. 10, n. 1, p. 63, 5 out. 2020.

BAUER, P.; GREILING, D. Greening Austrian social service and healthcare non-profits. **Heliyon**, v. 10, n. 1, p. e23767, jan. 2024.

BAYHAN KARAPINAR, P.; METIN CAMGOZ, S.; TAYFUR EKMEKCI, O. Employee Wellbeing, Workaholism, Work–Family Conflict and Instrumental Spousal Support: A Moderated Mediation Model. **Journal of Happiness Studies**, v. 21, n. 7, p. 2451–2471, 15 out. 2020.

BEISLAND, L. A. A Review of the Value Relevance Literature. **The Open Business Journal**, v. 2, n. 1, p. 7–27, 2 abr. 2009.

BERLE, A. J.; MEANS, G. The Modern Corporation and private property. **New York: MacMillan publishing company**, 1932.

BERTERO, C. O. A arte de bem governar. **FGV Revista Debates GVSaúde**, p. 21–22, 1 jan. 2008.

BHASIN, M. Contribution of Forensic Accounting to Corporate Governance: An Exploratory Study of an Asian Country. **SSRN Electronic Journal**, 2015.

BIANCHI, M.; NASCIMENTO, A. M. A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente. **Universidade do Vale do Rio dos Sinos**, 2005.

BOAVENTURA, J. M. G. *et al*. Teoria dos Stakeholders e Teoria da Firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileiras. **RBGN: São Paulo**, p. 289–307, jul. 2009.

BOLARINWA, O. Sample size estimation for health and social science researchers: The principles and considerations for different study designs. **Nigerian Postgraduate Medical Journal**, v. 27, n. 2, p. 67, 2020.

BOTTI, L. *et al*. Corporate governance efficiency and internet financial reporting quality. **Review of Accounting and Finance**, v. 13, n. 1, p. 43–64, 4 fev. 2014.

BOYD, J.; BANZHAF, S. What are ecosystem services? The need for standardized environmental accounting units. **Ecological Economics**, v. 63, n. 2–3, p. 616–626, ago. 2007.

BROADSTOCK, D. C. *et al*. The role of ESG performance during times of financial crisis: Evidence from COVID-19 in China. **Finance Research Letters**, v. 38, p. 101716, jan. 2021.

BRONSTEIN, M. M. Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. **Revista Cadernos de Negócios**, p. 24–45, 12 jan. 2020.

BUALLAY, A. *et al*. Corporate social responsibility disclosure and firms' performance in Mediterranean countries: a stakeholders' perspective. **EuroMed Journal of Business**, v. 15, n. 3, p. 361–375, 15 abr. 2020.

BUALLAY, A.; HAMDAN, A. Guest editorial: Sustainability reporting in different institutional and regulatory environments. **Competitiveness Review: An International Business Journal**, v. 33, n. 1, p. 1–6, 9 jan. 2023.

CARMO, C. H. S. DO; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. DE. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 242–262, dez. 2011.

CARVALHO, F. L. *et al*. Income smoothing and corporate governance. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 20, n. 3, 10 dez. 2023.

CARVALHO JÚNIOR, C. V. DE O.; ROCHA, J. S. DA. Controladoria no Brasil: um estudo a partir da perspectiva dos pesquisadores brasileiros. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 1, p. 4–19, 2009.

CASTRO, M. A. R. Análise do alisamento de resultados contábeis nas empresas abertas brasileiras. **DSPACE**, 2008.

CFC, C. F. DE C. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade agrupados por Categoria**. Disponível em: <https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConsultaPorRegiao.aspx?Tipo=1&_gl=1*2u5cgb*_ga*MTkxODQ5Njc3My4xNzA2NTcwOTE1*_ga_38VHCFH9HD*MTcyNDcyMTgyMC40LjEuMTcyNDcyMTgyNS4wLjAuMA..>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CHAGAS, J. F. Governança corporativa: aplicabilidade do conceito, dos princípios e indicadores à gestão de pequenas e médias organizações. **CEP**, v. 60, p. 180, 2007.

CHAI, S. *et al*. Dynamic nonlinear connectedness between the green bonds, clean energy, and stock price: the impact of the COVID-19 pandemic. **Annals of Operations Research**, 6 jan. 2022.

CHEN, W.; XIE, Y.; HE, K. Environmental, social, and governance performance and corporate innovation novelty. **International Journal of Innovation Studies**, v. 8, n. 2, p. 109–131, jun. 2024.

CÍRICO JUNIOR, A.; GALVÃO, C. R. Contador Influencer: Análise do papel do profissional contábil para a promoção da Responsabilidade Social Corporativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e41910716882, 27 jun. 2021.

COHEN, J.; KRISHNAMOORTHY, G.; WRIGHT, A. Corporate Governance in the Post-Sarbanes-Oxley Era: Auditors' Experiences*. **Contemporary Accounting Research**, v. 27, n. 3, p. 751–786, 16 set. 2010.

CONNELLY, B. L. *et al*. Signaling Theory: A Review and Assessment. **Journal of Management**, v. 37, n. 1, p. 39–67, 20 jan. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA240(R1).pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de Pesquisa em Administração - 12ª Edição. **AMGH Editora Ltda.**, 2016.

CORDAZZO, M.; BINI, L.; MARZO, G. Does the EU Directive on non-financial information influence the value relevance of ESG disclosure? Italian evidence. **Business Strategy and the Environment**, v. 29, n. 8, p. 3470–3483, 17 dez. 2020.

COSTA, A. P. P. DA; WOOD JR., T. Fraudes corporativas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 4, p. 464–472, ago. 2012.

COSTA, F. B. DA *et al*. Perfil do profissional contábil do setor público: Uma análise das capitais brasileiras e Distrito Federal. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 1, p. 74, 4 abr. 2018.

COSTA, F. M. DA; LOPES, A. B. Ajustes aos US-GAAPS: estudo empírico sobre sua relevância para empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. spe, p. 45–57, jun. 2007.

COSTA, P. R. DA. **Estatística**. 3. ed. [s.l: s.n.].

CPC00(R2), C. DE P. C. **CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CVM, C. DE V. M. **Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/20**. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/snc-sep/oc-snc-sep-0120.html>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DE CARVALHO, G. D. G. *et al*. Bibliometrics and systematic reviews: A comparison between the Proknow-C and the Methodi Ordinatio. **Journal of Informetrics**, v. 14, n. 3, p. 101043, ago. 2020.

DE LOO, I.; VERSTEGEN, B.; SWAGERMAN, D. Understanding the roles of management accountants. **European Business Review**, v. 23, n. 3, p. 287–313, 17 maio 2011.

DEEPHOUSE, D. L.; NEWBURRY, W.; SOLEIMANI, A. The effects of institutional development and national culture on cross-national differences in corporate reputation. **Journal of World Business**, v. 51, n. 3, p. 463–473, abr. 2016.

DEGENHART, L.; MAZZUCO, M. S. A.; KLANN, R. C. The relevance of accounting information and the corporate social responsibility of Brazilian companies. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 14, n. 3, 24 nov. 2017.

DINIZ, L. M. *et al*. A segregação de função do contador e do controle interno na administração pública. **Congresso Internacianal de Administração 2020**, 21 out. 2020.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. **The Academy of Management Review**, p. 65–91, jan. 1995.

DONTHU, N. *et al*. How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 133, p. 285–296, set. 2021.

DUMITRESCU, A.; GIL-BAZO, J.; ZHOU, F. Defining Greenwashing. **SSRN Electronic Journal**, 2022.

ECCLES, R. G.; LEE, L.-E.; STROEHLE, J. The Social Origins of ESG?: An Analysis of Innovest and KLD. **SSRN Electronic Journal**, 2019.

EISENHARDT, K. M. Agency Theory: An Assessment and Review. **The Academy of Management Review**, v. 14, p. 57–74, 1989.

ESTADOS UNIDOS. Sarbanes-Oxley Act of 2002: Public Law 107-204, 30 July 2002. Washington, D.C.: U.S. **Government Publishing Office, 2002**. Disponível em: https://www.govinfo.gov/content/pkg/PLAW-107publ204/pdf/PLAW-107publ204.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024

ETIKAN, I.; ALKASSIM, R. S.; MUSA, S. A. Comparison of Convenience Sampling and Purposive Sampling. **American Journal of Theoretical and Applied Statistics**, v. 5, n. 1, p. 1, 2016.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, v. 26, p. 301–325, 1983.

FARIA, F. P. **O aumento da taxa de não resposta: as pesquisas diante de seu maior desafio? – Parte I**. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-aumento-da-taxa-de-nao-resposta-pesquisas-diante-de-seu-maior-desafio-parte-i?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 1 fev. 2025.

FARO, J. P.; SALOMÃO, C. **Anuário Integridade ESG 2024**. Disponível em: <https://integridadeesg.insightnet.com.br/anuario-integridade-esg-2024/#baixar>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FAVARETTO, M.; DE CLERCQ, E.; ELGER, B. S. Big Data and discrimination: perils, promises and solutions. A systematic review. **Journal of Big Data**, v. 6, n. 1, p. 12, 5 dez. 2019.

FERRAMOSCA, S. A worldwide empirical analysis of the accounting behaviour in the waste management sector. **Waste Management**, v. 88, p. 211–225, abr. 2019.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. DA. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 160–185, jun. 2010.

FONTES FILHO, J. R.; ALVES, C. F. Mecanismos de controle na governança corporativa das empresas estatais: uma comparação entre Brasil e Portugal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 1, p. 2–13, jan. 2018.

FREEMAN, I.; HASNAOUI, A. The Meaning of Corporate Social Responsibility: The Vision of Four Nations. **Journal of Business Ethics**, v. 100, n. 3, p. 419–443, 25 maio 2011.

FREEMAN, R. E. A Stakeholder Theory of the Modern Corporation. Em: **The Corporation and Its Stakeholders**. [s.l.] University of Toronto Press, 1998. p. 125–138.

FREIRE, M. M. A.; ALBUQUERQUE FILHO, A. R. Influência da responsabilidade social corporativa na qualidade das demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 21, p. e3223, 11 fev. 2022.

FROGERI, R. F.; PORTUGAL, N. DOS S.; GUEDES, L. C. V. O conceito de Governança e a Governança Corporativa. **Textos para Discussão do Grupo Unis**, p. 2–15, 26 ago. 2019.

GALANOS, A. K.; DUTRA, V. R.; MEDEIROS, I. B. DE O. Epistemologia(s) na governança corporativa: Existe realmente escolha? **Revista De Administração De Empresas**, 2022.

GARCÍA, B.; WELFORD, J. Supporters and football governance, from customers to stakeholders: A literature review and agenda for research. **Sport Management Review**, v. 18, n. 4, p. 517–528, 1 out. 2015.

GARCÍA SALAZAR, A.; ECHEVERRI RUBIO, A.; VIEIRA SALAZAR, J. A. Responsabilidad social corporativa y gobernanza: una revisión. **Revista Universidad y Empresa**, v. 23, n. 40, 25 jan. 2021.

GHOSH, R.; WOLF, S. Hybrid governance and performances of environmental accounting. **Journal of Environmental Management**, v. 284, p. 111995, abr. 2021.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. [s.l.] Editora Atlas, 2002.
GIRÃO, M.; BARRETO, L. M. Americanas: nem tudo o que reluz é ouro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 21, n. 6, 2023.

GRILLO, F. F. *et al*. Value relevance: Análise dos efeitos da avaliação a valor justo. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, v. 16, n. 32, p. 94–109, 2016.

HĄBEK, P.; WOLNIAK, R. Assessing the quality of corporate social responsibility reports: the case of reporting practices in selected European Union member states. **Quality & Quantity**, v. 50, n. 1, p. 399–420, 9 jan. 2016.

HAIR, J. F. *et al*. When to use and how to report the results of PLS-SEM. **European Business Review**, v. 31, n. 1, p. 2–24, 14 jan. 2019.

HAIR, J. F., JR. *et al*. **Análise multivariada de dados [recurso eletrônico]**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, J. A. *et al*. Stakeholder governance and sustainability in football: A bibliometric analysis. **Heliyon**, v. 9, n. 8, p. e18942, ago. 2023.

HIRSCHI, A. The Fourth Industrial Revolution: Issues and Implications for Career Research and Practice. **The Career Development Quarterly**, v. 66, n. 3, p. 192–204, 5 set. 2018.

HÖRISCH, J.; SCHALTEGGER, S.; FREEMAN, R. E. Integrating stakeholder theory and sustainability accounting: A conceptual synthesis. **Journal of Cleaner Production**, v. 275, p. 124097, dez. 2020.

HOSSAIN, A. T.; KRYZANOWSKI, L. Political corruption and Corporate Social Responsibility (CSR). **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 31, p. 100538, set. 2021.

HØVRING, C. M. Caught in a communicative catch-22? Translating the notion of CSR as shared value creation in a Danish CSR frontrunner. **Business Ethics: A European Review**, v. 26, n. 4, p. 369–381, 14 out. 2017.

IAMANDI, I.-E. *et al*. Mapping the ESG Behavior of European Companies. A Holistic Kohonen Approach. **Sustainability**, v. 11, n. 12, p. 3276, 13 jun. 2019.

IBGC, I. B. DE G. C. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/24640/2023_C%c3%b3digo%20das%20Melhores%20Pr%c3%a1ticas%20de%20Governan%c3%a7a%20Corporativa_6a%20Edi%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IBGC, I. B. DE G. C. **IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IBRACON. **Erros, fraudes e as responsabilidades da Auditoria Independente e dos preparadores das informações financeiras**. Disponível em: <https://www.ibracon.com.br/wp-content/uploads/2023/09/0509-AJUSTADO-MIND_THE_GAP_-_Artigo_7_-_v3-1.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

IBRE, I. B. DE E. **O aumento da taxa de não resposta: as pesquisas diante de seu maior desafio? – Parte I.** Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-aumento-da-taxa-de-nao-resposta-pesquisas-diante-de-seu-maior-desafio-parte-i>. Acesso em: 11 fev. 2025.

IFAC. **Governance in the public. sector: a governig body perspective .In: Internacional public. sector study, nº 13**. Disponível em: <https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/publications/files/study-13-governance-in-th.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

IFAC. **Good governance in the public. sector: consultation draft for an international framework.** Disponível em: <https://www.ifac.org/_flysystem/azure-private/publications/files/Good-Governance-in-the-Public-Sector.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C.; ARAUJO, R. G. Responsabilidade social corporativa: O que revelam os relatórios sociais das empresas. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 80, p. 73–88, mar. 2017.

JÄRVENPÄÄ, M. Making Business Partners: A Case Study on how Management Accounting Culture was Changed. **European Accounting Review**, v. 16, n. 1, p. 99–142, 24 jan. 2007.

JENSEN, M. C. Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function. **Business Ethics Quarterly**, v. 12, n. 2, p. 235–256, 23 abr. 2002.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305–360, out. 1976.

JIA, J.; LI, Z. Corporate sustainability, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. **Accounting & Finance**, 14 maio 2021.

JOVANOVIC, D. Atkinson, A.A., Kaplan, R.S., Matsumura, E.M. and Young, S.M.: Management accounting: Information for decision making and strategy execution, 6th edition, Pearson education limited, Edinburgh, 2012. **Ekonomski horizonti**, v. 14, n. 3, p. 207–209, 2012.

JÚNIOR, A. P. D.; NEHME, S. **Nota de esclarecimento – Grupo Americanas**. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/nota-de-esclarecimento/>. Acesso em: 26 set. 2024.

JÚNIOR, J. V. DA C.; RIBEIRO, D. S. M. Transações de Forfait no Brasil: Override às Avessas? **VIII Congresso Brasileiro de Administração e Contabilidade - AdCont 2017**, 2017.

KAHN, W. A. Psychological Conditions of Personal Engagement and Disengagement at Work. **Academy of Management Journal**, v. 33, n. 4, p. 692–724, dez. 1990.

KIM, D.; KIM, J. Effects of Corporate Social Responsibility and Governance on Its Credit Ratings. **The Scientific World Journal**, v. 2014, p. 1–6, 2014.

KOH, P.; LAPLANTE, S. K.; TONG, Y. H. Accountability and value enhancement roles of corporate governance. **Accounting & Finance**, v. 47, n. 2, p. 305–333, 16 jun. 2007.

KURZHALS, C.; GRAF-VLACHY, L.; KÖNIG, A. Strategic leadership and technological innovation: A comprehensive review and research agenda. **Corporate Governance: An International Review**, v. 28, n. 6, p. 437–464, 21 nov. 2020.

KWARTENG, J. T.; SERVOH, M. W. K. A reasoned action approach to understanding anti-corruption intentions among MBA (accounting) students in Ghana. **Heliyon**, v. 10, n. 5, p. e26752, mar. 2024.

LANDRISCINA, G. **Conheça os quatro princípios da governança corporativa**. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/blog/principios-de-governanca-corporativa>. Acesso em: 3 maio. 2024.

LANGE, D.; LEE, P. M.; DAI, Y. Organizational Reputation: A Review. **Journal of Management**, v. 37, n. 1, p. 153–184, 20 jan. 2011.

LARCKER, D. F.; RICHARDSON, S. A.; TUNA, I. Corporate Governance, Accounting Outcomes, and Organizational Performance. **The Accounting Review**, v. 82, n. 4, p. 963–1008, 1 jul. 2007.

LEE, S. P.; ISA, M. Environmental, Social and Governance (ESG) Practices and Performance in Shariah Firms: Agency or Stakeholder Theory? **Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance**, v. 16, n. 1, p. 1–34, 14 ago. 2020.

LEVY, H.; LAZAROVICH-PORAT, E. Signaling theory and risk perception: An experimental study. **Journal of Economics and Business**, v. 47, n. 1, p. 39–56, fev. 1995.

LIN, P. T. *et al*. Self-Determination Theory and Accountant Employees' Psychological Wellbeing: The Roles of Positive Affectivity and Psychological Safety. **Frontiers in Psychology**, v. 13, 25 maio 2022a.

LIN, P. T. *et al*. Self-Determination Theory and Accountant Employees' Psychological Wellbeing: The Roles of Positive Affectivity and Psychological Safety. **Frontiers in Psychology**, v. 13, 25 maio 2022b.

LINTNER, J. Distribution of incomes of corporations among dividends, retained earnings, and taxes. . **The American economic review**, v. 46, p. 97–113, maio 1956.

MA, G.-W. *et al*. Qualitative research in vascular surgery. **Seminars in Vascular Surgery**, v. 35, n. 4, p. 438–446, dez. 2022.

MAHADEO, J. D.; OOGARAH-HANUMAN, V.; SOOBAROYEN, T. Changes in social and environmental reporting practices in an emerging economy (2004–2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. **Accounting Forum**, v. 35, n. 3, p. 158–175, 28 set. 2011.

MANETTI, G. The quality of stakeholder engagement in sustainability reporting: empirical evidence and critical points. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 18, n. 2, p. 110–122, 13 mar. 2011.

MANNING, B.; BRAAM, G.; REIMSBACH, D. Corporate governance and sustainable business conduct— <scp>E</scp> ffects of board monitoring effectiveness and stakeholder engagement on corporate sustainability performance and disclosure choices. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 26, n. 2, p. 351–366, 16 mar. 2019.

MAO, J. *et al*. Site selection of straw collection and storage facilities considering carbon emission reduction. **Environmental Science and Pollution Research**, 27 jul. 2021.

MAO, J.; LIU, R.; ZHANG, X. Research on smart surveillance system of Internet of Things of straw recycling process based on optimizing genetic algorithm. **Journal of Intelligent & Fuzzy Systems**, v. 37, n. 4, p. 4717–4723, 25 out. 2019.

MARTINEZ, A. L. Agency Theory na Pesquisa Contábil. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração. **ENANPAD, XXII**, 1998.

MATALLÍN-SÁEZ, J. C.; SOLER-DOMÍNGUEZ, A. Cost and performance of carbon risk in socially responsible mutual funds. **Quantitative Finance and Economics**, v. 7, n. 1, p. 50–73, 2023.

MATHEWS, M. R. Twenty-five years of social and environmental accounting research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 481–531, 1 out. 1997.

MAVLANOVA, T.; BENBUNAN-FICH, R.; KOUFARIS, M. Signaling theory and information asymmetry in online commerce. **Information & Management**, v. 49, n. 5, p. 240–247, jul. 2012.

MINC, S. D. *et al*. Mixed methods research: A primer for the vascular surgeon. **Seminars in Vascular Surgery**, v. 35, n. 4, p. 447–455, dez. 2022.

MITCHELL, R. K. *et al*. Stakeholder Inclusion and Accounting for Stakeholders. **Journal of Management Studies**, v. 52, n. 7, p. 851–877, nov. 2015.

MOHR, C. D. *et al*. Can supervisor support improve daily employee well-being? Evidence of supervisor training effectiveness in a study of veteran employee emotions. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 94, n. 2, p. 400–426, 12 jun. 2021.

MOREIRA, C. S. *et al*. Environmental, social and governance e o ciclo de vida das firmas: evidências no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 34, n. 92, 2023.

MUBEEN, R. *et al*. The Relationship Between CEO Duality and Business Firms' Performance: The Moderating Role of Firm Size and Corporate Social Responsibility. **Frontiers in Psychology**, v. 12, 30 dez. 2021.

MUKAKA, MM. Statistics corner: A guide to appropriate use of correlation coefficient in medical research. Malawi Medical Journal, v. 24, p. 69–71, 2012.

MUNARO, M. The Academic Journey: 12 Stages to Scientific Recognition. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 3, p. 414–428, dez. 2022.

NADEEM, W. *et al*. Consumers' value co-creation in sharing economy: The role of social support, consumers' ethical perceptions and relationship quality. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 151, p. 119786, fev. 2020.

NAVEED, K.; VOINEA, C. L.; ROIJAKKERS, N. Board Gender Diversity, Corporate Social Responsibility Disclosure, and Firm's Green Innovation Performance: Evidence From China. **Frontiers in Psychology**, v. 13, 24 jun. 2022.

NEIRA, A. C.; GOZZI, R. **Além das Americanas (AMER3): empresas de Lemann e sócios da 3G têm histórico de problemas contábeis**. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2023/empresas/alem-das-americanas-amer3-empresas-de-lemann-socios-3g-historico-problemas-rsgp-acnn/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

NGUYEN, N. T. T.; NGUYEN, N. P.; THANH HOAI, T. Ethical leadership, corporate social responsibility, firm reputation, and firm performance: A serial mediation model. **Heliyon**, v. 7, n. 4, p. e06809, abr. 2021.

NGUYEN, T. N. Developing health information systems in developing countries: Lessons learnt from a longitudinal action research study in Vietnam. **THE ELECTRONIC JOURNAL OF INFORMATION SYSTEMS IN DEVELOPING COUNTRIES**, v. 89, n. 5, 21 set. 2023.

NIU, Y.; WANG, X.; LIN, C. A Study on the Impact of Organizing Environmental Awareness and Education on the Performance of Environmental Governance in China. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 19, p. 12852, 7 out. 2022.

OECD, O. The OECD principles of corporate governance. **Contaduría y Administración**, n. 216, 5 out. 2005.

OLIVEIRA, D. J. DE; BORGES, M. A. D. DOS A. E. A importância do controle interno: um estudo bibliométrico. **REVISTA GETEC**, p. 37–57, 19 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. L. C. DE. Data integration in mixed-method research studies: challenge and opportunity for nursing. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 29, 2020.

OLIVEIRA, J. L. C. DE; MAGALHÃES, A. M. M. DE; MISUEMATSUDA, L. Métodos mistos na pesquisa em enfermagem: possibilidades de aplicação à luz de Creswell. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 2, 21 jun. 2018.

OLIVEIRA, L. C. S.; SOARES, G. F. Gestão de riscos operacionais e controles internos: O caso de uma Instituição Bancária. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 1, p. 227, 4 abr. 2018.

OTUSANYA, O. J.; LAUWO, S.; KHAIR, A. H. A. The culpability of accounting practice in promoting bribery and corruption in developing countries. **International Journal of Economics and Accounting**, v. 8, n. 2, p. 106, 2017.

PAGOTTO, D. DO P.; BORGES, C. Pesquisa quantitativa em empreendedorismo e o apoio do software R para análise de dados. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, 2 maio 2023.

PALMROSE, Z.; SCHOLZ, S. The Circumstances and Legal Consequences of Non-GAAP Reporting: Evidence from Restatements*. **Contemporary Accounting Research**, v. 21, n. 1, p. 139–180, 15 mar. 2004.

PAMUNGKAS, I. D.; GHOZALI, I.; ACHMAD, T. A pilot study of corporate governance and accounting fraud: The fraud diamond model. **Journal of Business & Retail Management Research**, v. 12, n. 02, 31 jan. 2018.

PARANHOS, R. *et al*. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, n. 42, p. 384–411, ago. 2016.

PARMAR, B. L. *et al*. Stakeholder Theory: *The State of the Art*. **Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 403–445, jan. 2010.

PEREIRA, R. *et al*. ESG: Uma revisão integrativa. **Engema**, nov. 2021.

PERERA, L. C. J.; FREITAS, E. C. DE; IMONIANA, J. O. Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 03, 26 ago. 2014.

PESSIN, V. Z. *et al*. A method of Mapping Process for scientific production using the Smart Bibliometrics. **MethodsX**, v. 11, p. 102367, dez. 2023.

PHAM, H. S. T.; TRAN, H. T. CSR disclosure and firm performance: The mediating role of corporate reputation and moderating role of CEO integrity. **Journal of Business Research**, v. 120, p. 127–136, nov. 2020.

PINHEIRO, A. B. *et al*. Influência da Cultura Nacional sobre as Práticas de RSC: Analisando as Empresas Industriais dos Países do BRICS. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 5 abr. 2024.

PLATONOVA, E. *et al*. The Impact of Corporate Social Responsibility Disclosure on Financial Performance: Evidence from the GCC Islamic Banking Sector. **Journal of Business Ethics**, v. 151, n. 2, p. 451–471, 1 ago. 2018.

POJE, T.; ZAMAN GROFF, M. Mapping Ethics Education in Accounting Research: A Bibliometric Analysis. **Journal of Business Ethics**, v. 179, n. 2, p. 451–472, 10 ago. 2022.

PRAZERES, R. V. DOS; LAGIOIA, U. C. T. Uma análise dos efeitos da suavização de dividendos sobre a relevância da informação contábil no Brasil. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, 1 jul. 2020.

PULLIGADDA, S.; KARDES, F. R.; CRONLEY, M. L. Positive affectivity as a predictor of consumers' propensity to be brand loyal. **Journal of Brand Management**, v. 23, n. 2, p. 216–228, 11 mar. 2016.

RATNA, T. D.; ANISYKURLILLAH, I. The Effect of Experience, Independence, and Gender on Auditor Professional Scepticism with Professional Ethics as Moderating. **Accounting Analysis Journal**, v. 9, n. 2, p. 138–145, 27 set. 2020.

RATNER, B. The correlation coefficient: Its values range between +1/−1, or do they? **Journal of Targeting, Measurement and Analysis for Marketing**, v. 17, n. 2, p. 139–142, 18 jun. 2009.

RIM, H.; FERGUSON, M. A. T. Proactive Versus Reactive CSR in a Crisis: An Impression Management Perspective. **International Journal of Business Communication**, v. 57, n. 4, p. 545–568, 29 out. 2020.

RIVERA, J.; BIGNE, E.; CURRAS-PEREZ, R. Effects of Corporate Social Responsibility on consumer brand loyalty. **Review of Business Management**, v. 20, n. 3, p. 395–415, jul. 2019.

ROMANO, R. The Sarbanes-Oxley Act and the Making of Quack Corporate Governance. **SSRN Electronic Journal**, 2004.

SAHOO, S. Big data analytics in manufacturing: a bibliometric analysis of research in the field of business management. **International Journal of Production Research**, v. 60, n. 22, p. 6793–6821, 17 nov. 2022.

SAKAWA, H.; WATANABEL, N. Family Control and Corporate Innovation in Stakeholder-Oriented Corporate Governance. **Sustainability**, v. 13, n. 9, p. 5044, 30 abr. 2021.

SANTOS, G. **Cálculo amostral**. Disponível em: <https://praticaclinica.com.br/anexos/ccolaborativa-calculo-amostral/ccolaborativa-calculo-amostral.php>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SAWATSKY, A. P.; RATELLE, J. T.; BECKMAN, T. J. Qualitative Research Methods in Medical Education. **Anesthesiology**, v. 131, n. 1, p. 14–22, 1 jul. 2019.

SCHALTEGGER, S.; ZVEZDOV, D. Gatekeepers of sustainability information: exploring the roles of accountants. **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 11, n. 3, p. 333–361, 7 set. 2015.

SHAH, S. G. M.; SARFRAZ, M.; IVASCU, L. Assessing the interrelationship corporate environmental responsibility, innovative strategies, cognitive and hierarchical <scp>CEO</scp> : A stakeholder theory perspective. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 1, p. 457–473, 11 jan. 2021.

SIDDIQUI, F.; YUSHENG, K.; TAJEDDINI, K. The role of corporate governance and reputation in the disclosure of corporate social responsibility and firm performance. **Heliyon**, v. 9, n. 5, p. e16055, maio 2023.

SINGH, S. K. *et al*. Environmental ethics, environmental performance, and competitive advantage: Role of environmental training. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 146, p. 203–211, set. 2019.

SOMJAI, S. *et al*. **The stakeholder's pressure and environmental supply chain: Does the environmental training matter in Thai sports manufacturing firms?** Journal of Human Sport and Exercise - 2019 - Summer Conferences of Sports Science. **Anais**...Universidad de Alicante, 2019.

SOUZA, A. B. E; BAUER, M. M.; COLETTI, L. A importância da governança corporativa e do controle interno na área contábil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 17, n. 1, p. 148, 3 jan. 2020.

SPENCE, M. Signaling in Retrospect and the Informational Structure of Markets. **American Economic Review**, v. 92, n. 3, p. 434–459, 1 maio 2002.

STACCHEZZINI, R.; MELLONI, G.; LAI, A. Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. **Journal of Cleaner Production**, v. 136, p. 102–110, nov. 2016.

STOCKER, F. **ESG: Anuário revela as 100 empresas que lideram a sustentabilidade no Brasil**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/esg-anuario-revela-100-empresas-lideram-sustentabilidade-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2024.

STUPNISKY, R. H. *et al*. Faculty members' motivation for teaching and best practices: Testing a model based on self-determination theory across institution types. **Contemporary Educational Psychology**, v. 53, p. 15–26, abr. 2018.

SUN, H. Corporate governance and reporting quality of accounts in China-listed firms. A moderating role of ownership pattern. **PLOS ONE**, v. 18, n. 11, p. e0295253, 30 nov. 2023a.

SUN, H. Corporate governance and reporting quality of accounts in China-listed firms. A moderating role of ownership pattern. **PLOS ONE**, v. 18, n. 11, p. e0295253, 30 nov. 2023b.

TAJ, S. A. Application of signaling theory in management research: Addressing major gaps in theory. **European Management Journal**, v. 34, n. 4, p. 338–348, ago. 2016.

TALIENTO, M.; FAVINO, C.; NETTI, A. Impact of Environmental, Social, and Governance Information on Economic Performance: Evidence of a Corporate 'Sustainability Advantage' from Europe. **Sustainability**, v. 11, n. 6, p. 1738, 22 mar. 2019.

TANG, Y. *et al*. Whether an innovation act as a catalytic moderator between corporate social responsibility performance and stated owned and <scp>non-state</scp> owned enterprises' performance or not? An evidence from Pakistani listed firms. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 3, p. 1127–1141, 18 maio 2021.

TETTAMANZI, P.; VENTURINI, G.; MURGOLO, M. Sustainability and Financial Accounting: a Critical Review on the ESG Dynamics. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 29, n. 11, p. 16758–16761, 13 mar. 2022.

THALLER, J. *et al*. Career development in management accounting: empirical evidence. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 25, n. 1, p. 42–59, 18 jan. 2024.

TIBILETTI, V. *et al*. Does corporate governance matter in corporate social responsibility disclosure? Evidence from Italy in the "era of sustainability". **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 28, n. 2, p. 896–907, 3 mar. 2021.

TORRES, F. **O que são e como contabilizar as operações de forfait ou risco sacado que abalaram a Americanas?** Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/noticia/2023/01/12/como-contabilizar-as-operacoes-de-forfait-ou-risco-sacado-professor-responde.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2024.

VĂRZARU, A. A. *et al*. Assessing the Contribution of Managerial Accounting in Sustainable Organizational Development in the Healthcare Industry. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 4, p. 2895, 7 fev. 2023.

VAZQUEZ-BRUST, D. Media Review: Sustainability and small and medium-sized entreprises: Lessons from mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 16, n. 4, p. 500–502, 29 out. 2022.

VENTURI, J. L.; SILVA, C. A. DA; FILHO, L. C. DE P. Governança corporativa: um diálogo entre a gestão de riscos, controles internos, compliance e a contabilidade. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, p. 1–18, 25 dez. 2019.

VEST. **Portfólio financeiro: saiba o que é e como montar**. Disponível em: <https://www.sproutfi.com/pt-BR/insights/portfolio-financeiro/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

VIEIRA, J. B.; TAVARES, R. Governança, gestão de riscos. **Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública**, 2019.

WALTER, I. Sense and Nonsense in ESG Ratings. **Journal of Law, Finance, and Accounting**, v. 5, n. 2, p. 307–336, 2020.

WANG, M.; CHEN, Y. Does voluntary corporate social performance attract institutional investment? Evidence from China. **Corporate Governance: An International Review**, v. 25, n. 5, p. 338–357, 29 set. 2017.

WANG, X.; SONG, X.; SUN, M. How Does a Company's ESG Performance Affect the Issuance of an Audit Opinion? The Moderating Role of Auditor Experience. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 20, n. 5, p. 3878, 22 fev. 2023.

WARIS, M.; HAJI DIN, B. Impact of corporate governance and ownership concentrations on timelines of financial reporting in Pakistan. **Cogent Business & Management**, v. 10, n. 1, 31 dez. 2023.

WATANABEL, N.; YAMAUCHI, S.; SAKAWA, H. The Board Structure and Performance in IPO Firms: Evidence from Stakeholder-Oriented Corporate Governance. **Sustainability**, v. 14, n. 13, p. 8078, 1 jul. 2022.

WILLEKES, E.; WAGENSVELD, K.; JONKER, J. The Role of the Accounting and Control Professional in Monitoring and Controlling Sustainable Value. **Sustainability**, v. 14, n. 23, p. 15709, 25 nov. 2022.

WILSON, A. B. *et al*. Journal recommended guidelines for survey-based research. **Anatomical Sciences Education**, v. 17, n. 7, p. 1389–1391, 26 out. 2024.

WOLF, T. *et al*. What we know about management accountants' changing identities and roles – a systematic literature review. **Journal of Accounting & Organizational Change**, v. 16, n. 3, p. 311–347, 31 jul. 2020.

WU, L.; LAM, J. F. I.; LIU, Y. Can semi-mandatory non-financial disclosure requirements drive firms to improve ESG performance - evidence from Chinese listed companies. **Heliyon**, v. 10, n. 14, p. e34235, jul. 2024.

YANG, C.-H.; LEE, K.-C. Developing a strategy map for forensic accounting with fraud risk management: An integrated balanced scorecard-based decision model. **Evaluation and Program Planning**, v. 80, p. 101780, jun. 2020.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de Pesquisa. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC**, 2013.

ZHANG, H. Mandatory corporate social responsibility disclosure and firm innovation: Evidence from a quasi-natural experiment. **Finance Research Letters**, v. 47, p. 102819, jun. 2022.

ZHANG, Q. *et al*. Effects of corporate social responsibility on customer satisfaction and organizational attractiveness: A signaling perspective. **Business Ethics: A European Review**, v. 29, n. 1, p. 20–34, 19 jan. 2020.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário: Barreiras e Desafios na Integração de Práticas ESG na Contabilidade

Barreiras e Desafios na Integração de Práticas ESG na Contabilidade

Instruções: Prezado(a) respondente ,

Sua participação nesta pesquisa é
essencial para o avanço da minha dissertação de mestrado em Administração, que busca compreender a relevância dos contabilistas nas questões relacionadas a ESG (Environmental, Social and Governance).

Responder ao questionário
levará no máximo 15 minutos e trará contribuições valiosas, para
identificar como os profissionais da contabilidade atuam na integração desses pilares nas organizações.

A pesquisa tem como objetivo
reforçar a importância dos contabilistas no cenário atual, onde práticas de sustentabilidade e governança são cada vez mais demandadas. **Sua colaboração será fundamental** para gerar insights que poderão auxiliar empresas e profissionais a adotarem melhores práticas no campo do ESG.

Sua participação é voluntária e
livre de qualquer remuneração ou benefício. No entanto, para aqueles que se interessarem no resultado da pesquisa, por favor, enviar um e-mail para ranieryestudante@gmail.com,
que ao final enviarei com prazer uma cópia do meu trabalho.

IMPORTANTE:

O pesquisador responsável
assegura que as respostas individuais não serão divulgadas, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os resultados

tratados e divulgados, de modo agrupado, serão publicados na pesquisa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Alves Faria (UNIALFA).

Muito obrigado pela sua colaboração!

Raniery Rodrigues de Souza (aluno de mestrado UNIALFA)

Prof. Dr. Francisco Carlos B dos Santos (orientador MPA UNIALFA)

Parte 1: Perfil do Respondente

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Idade *

Responder somente com números

3. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Masculino
- ◯ Feminino
- ◯ Prefiro não me identificar

4. 1. Tempo de Experiência Profissional: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Menos de 5 anos
- ◯ 5 a 10 anos
- ◯ 10 a 20 anos
- ◯ Mais de 20 anos

5. 2. Tipo de Empresa em que Trabalha: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Microempresa: (Faturamento anual de até R$ 360 mil)
- ◯ Pequena empresa (Faturamento anual entre R$ 360 mil e R$ 4,8 milhões)
- ◯ Média empresa (Faturamento anual entre R$ 4,8 milhões e R$ 300 milhões)
- ◯ Grande empresa (Faturamento anual superior a R$ 300 milhões)
- ◯ Órgão público / Empresa pública
- ◯ Escritório de contabilidade
- ◯ Autônomo
- ◯ Outro: _____

6. 3. Nível de Formação Acadêmica: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Nível Técnico
- ◯ Graduação Incompleta
- ◯ Graduação Completa
- ◯ Pós-graduação Incompleta
- ◯ Pós-graduação Completa
- ◯ Mestrado Incompleto
- ◯ Mestrado Completo
- ◯ Doutorado Incompleto
- ◯ Doutorado Completo

7. 4. O que você entende sobre o conceito de ESG: *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Nunca ouvi falar e não conheço o assunto
- ◯ Ouvi falar e não conheço assunto
- ◯ Ouvi falar e conheço o assunto
- ◯ Conheço o assunto pela(s) empresa(s) que trabalho / presto serviços
- ◯ Conheço o assunto e participei de ações sobre ESG na minha carreira

8. 5. Participação em Treinamentos sobre ESG ao longo da sua carreira : *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Nunca participou de treinamento
- ◯ Participou de 1 a 2 treinamentos
- ◯ Participou de 3 a 5 treinamentos
- ◯ Participou em mais de 5 treinamentos

Parte 2: Percepções sobre Práticas ESG

9. 1. A contabilidade desempenha um papel essencial na mensuração dos indicadores ESG : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

10. 2. As práticas contábeis facilitam a transparência na divulgação de relatórios ESG: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

11. 3. A implementação de práticas ESG melhora a imagem da empresa perante os stakeholders : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

12. *

4. A integração das práticas ESG na contabilidade contribui para a competitividade empresarial:

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

13. 5. A inclusão de indicadores ESG aumenta a relevância das informações contábeis : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

Parte 3: Barreiras Internas e Externas na Implementação de ESG

14. 1. A resistência da alta administração dificulta a adoção de práticas ESG : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

15. 2. A falta de recursos internos impede a implementação de ESG nas empresas * :

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

16. 3. A cultura organizacional não apoia a integração de práticas ESG : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

17. 4. A ausência de regulamentação específica dificulta a adoção de práticas ESG : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

18. 5. A pressão insuficiente de investidores reduz o interesse por ESG : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

Parte 4: Formação e Capacitação para ESG

19. 1. A formação dos contadores sobre ESG é insuficiente para lidar com as práticas atuais : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

20. 2. A oferta de treinamentos sobre ESG nas empresas é inadequada : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

21. 3. A capacitação em ESG deveria ser obrigatória para todos os contadores : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

22. 4. A falta de conhecimento sobre ESG é uma barreira para sua implementação : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

23. 5. A formação contínua em ESG melhora a governança corporativa das empresas : *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	◯	◯	◯	◯	◯	Concordo totalmente

Parte 5: Perguntas Abertas

24. 1. Na sua opinião, quais são os principais desafios que os contadores enfrentam na implementação de práticas ESG? *

25. 2. Como você vê o papel da contabilidade na promoção de práticas sustentáveis nas empresas? *

26. 3. O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a integração das práticas ESG nas atividades contábeis? *

27. 4. Como você avalia a preparação dos contadores para lidar com as demandas de ESG no mercado atual? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários